

O PORTO DE SANTOS COMO PÓLO REDISTRIBUIDOR DE MERCADORIAS COLONIAIS NO FUNCIONAMENTO DO ORGANISMO COLONIAL PORTUGUÊS (1765-1822)

Dra. Denise Aparecida Soares de Moura (UNESP)

A preponderância mercantil da vila e praça marítima de Santos no centro sul do Brasil-colônia.

A idéia que será discutida neste texto é a de que os negociantes da vila e praça marítima de Santos adquiriram preponderância mercantil na capitania de São Paulo como gerenciadores da distribuição de mercadorias européias e asiáticas e como captadores de mercadorias de consumo que redistribuíam entre os portos da própria capitania, do sul e das importantes praças do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Lisboa e Porto.

A bibliografia e as fontes levam a crer que as várias conjunturas do período da revitalização do sistema colonial¹, como podem ser denominados os anos 1765-1822, caracterizadas pela ampliação da demanda de alimentos e matérias-primas no Reino e na colônia e intensificação da inserção dos países e domínios coloniais no comércio internacional, favoreceram a divisão e complementaridade das atividades portuárias, estimulando o funcionamento do sistema colonial e, inclusive, a constituição de estruturas mercantis autônomas no seu interior.

Refiro-me, neste último caso, à constituição de interesses comerciais mais estreitos e contínuos entre o Rio de Janeiro e a vila e praça marítima de Santos, algo que pode ser considerado com fundamentação um pouco maior a partir de 1810, quando o pesquisador passa a contar com maiores dados de importação e exportação deste porto, devido os registros da balança de comércio, levantados por pesquisadores na Biblioteca Nacional do Rio de

¹ Novais, Fernando A. *Portugal e a crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. SP, HUCITEC, 1979; Arruda, José Jobson de A O sentido da colônia. Revisitando a crise do Antigo Sistema colonial no Brasil (1780-1830). In: Tengarrinha (org.). *História de Portugal*. SP, EDUSP/UNESP, 2001, pp. 167-183; Maxwell, Kenneth R. Pombal and the nationalization of the Luso-Brazilian Economy. *Hispanic American Historical Review*. Vol. XLIII, 1968: 609-631; Menz, Maximiliano M. *Entre dois Impérios: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1822)*. SP, Tese (DO), 2006.

Janeiro² e os mapas desta movimentação comercial existentes numa lata da alfândega de Santos, disponível no Arquivo do Estado de São Paulo.

A idéia central, contudo, é a da vigência de um organismo colonial funcionando através de complementaridade hierárquica, com praças mercantis economicamente consolidadas, historicamente articuladas aos grandes empreendimentos transoceânicos³ e aquelas que redimensionam suas atividades conforme as conjunturas do sistema, inserindo-se neste com atribuições econômicas específicas, mas essenciais para o seu funcionamento.

Entendendo o sistema colonial como um organismo hierarquicamente articulado, o objetivo é o de pensá-lo a partir de uma vila marítima periférica como Santos, ou seja, como esta praça se integrava ao sistema, seu papel econômico, como o organismo imperial se articulava neste espaço sócio-econômico e como processos econômicos autônomos foram gestados simultaneamente ao funcionamento do sistema, a ponto de desintegrá-lo.

Contrariamente às noções de mercado interno colonial, que articulam mercadorias de consumo-mercadorias européias-plantation⁴, este texto valoriza a relação mercadorias de consumo ou de investimento-mercadorias européias⁵, ou seja, norteia-se pela recente historiografia preocupada com a tessitura mercantil que compõem o organismo imperial português⁶.

² Maximiliano Max Meinz, atualmente pesquisador da Cátedra Jaime Cortesão, muito gentilmente cedeu-me cópias das balanças de Santos, desde 1810, que digitalizou para sua pesquisa. Sérgio Buarque de Holanda escreveu texto clássico que leva a pensar neste estreitamento de interesses. Cf. São Paulo. *História Geral da Civilização Brasileira*. 6ª ed., RJ, Bertrand Brasil, tomo 2, vol. II: 416-472, 1995.

³ Fragoso, João Luís R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. RJ, Civilização Brasileira, 1998; Florentino, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. SP, Comp. das Letras, 1997.

⁴ Lapa, José R. do Amaral. *O sistema colonial*. SP, Ed. Ática, 1991; Fragoso, João, op. cit.

⁵ Defino mercadorias de investimento aquelas empregadas nos grandes investimentos econômicos, como aguardente, tecidos, tabaco e as de consumo aquelas empregadas no abastecimento, como arroz, banha, toucinho, couros, etc.

⁶ Costa, Leonor Freire. *O transporte no atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. 2002 e *Império e grupos mercantis: entre o Oriente e o Atlântico*. Lisboa, Livros Horizonte, 2002; Meinz, Maximiliano Max. Op. cit.; Ferreira, Roquinaldo. Dinâmica do comércio intra-colonial: geribitas, panos asiáticos e guerra no tráfico angolano de escravos. In: Fragoso, João Et alli. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. RJ, Civilização Brasileira,

Tendo como ponto de partida o porto de Santos, este texto priorizará as relações inter-portuárias coloniais, concebidas hierarquicamente, complementares, conjunturalmente conflituosas e vinculadas ao mercado interno, o que leva a um entendimento da colonização e do Império como sistema.

Inspirando-me na investigação de Leonor Freire Costa, que argumentou que a Restauração ou sua principal arma, a Companhia Geral de Comércio do Brasil, provocou mudança de equilíbrio portuário estabelecido no tempo da União Dinástica, despertando forças concorrenciais entre Lisboa e outros portos ou uma articulação sustentada em redes mercantis que ora dão primazia a Lisboa ora a outros povoados litorâneos⁷, venho percebendo processo semelhante na capitania de São Paulo após a restauração de sua autonomia administrativa com D. Luís de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus (1765-1775).

A racionalização financeira e administrativa promovida pelo Estado português no Reino e nos seus domínios no Brasil⁸ teve impactos regionalmente diferenciados, através da redefinição de papéis econômicos e políticos dos espaços geográficos da colônia⁹.

No caso da capitania de São Paulo estou considerando um esforço oficial do Estado, materializado nas ações dos governadores gerais, de exteriorização da economia da capitania, que até então fora interiorizada, visando ampliar os domínios territoriais e financeiros do Império. Neste processo de exteriorização pode estar a explicação para a precedência econômica e o poder de pressão política que a vila e praça marítima de Santos passou a ter a partir da segunda metade do século XVIII despertando

2001, pp.341-378 ; Antunes, Luís Frederico Dias. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). Idem, pp. 381-420; Boxer, Charles. A Índia Portuguesa em meados do século XVIII. Lisboa, Edições 70, 1980

⁷ Costa, Leonor Freire. O transporte no Atlântico....op. cit., p. 16.

⁸ Maxwell, Kenneth R. Pombal and the nationalization of the Luso-Brazilian Economy. *Hispanic American Historical Review*. Vol. XLIII, 1968: 609-631 e Hespanha, Antonio Manuel. A fazenda. In: Mattoso, José (coord.) e Hespanha, A. M. *História de Portugal*. O Antigo Regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 203-239.

⁹ Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. In: *Revista Brasileira de História*, n. 36, vol. 18, 1998, págs. 210 e 217.

rivalidades com a capital, São Paulo e com as câmaras, lavradores e negociantes de outras vilas marítimas na capitania.

Parafraseando Leonor Freire Costa, a crise de prosperidade da segunda metade do XVIII moldou uma diferente geografia econômica na capitania, retirando da capital seu papel de centro mercantil e transferindo-o para Santos. A realidade passou a ser de existência de uma força concorrencial, até então latente, mas que passou a contar com o endosso oficial dos governadores e outras autoridades régias. Santos, portanto, redefiniu sua importância na geografia econômica do Império.

Embora o projeto português para a capitania de São Paulo tenha sido atlantizá-la via porto de Santos e integrando-a diretamente ao Reino, como demonstram os vários esforços de estabelecimento de companhias de comércio, a tendência foi de desenvolvimento de uma articulação interportuária costeira, cujo centro era o Rio de Janeiro, onde os negociantes de São Paulo abasteciam-se de escravos e mercadorias européias, posteriormente redistribuídas serra acima e na costa.

Santos tornou-se centro econômico na capitania e subordinadamente associado ao Rio de Janeiro. Na relação com os outros portos adquiria as mercadorias de consumo que tanto negociava com o Rio de Janeiro e este com o Reino, como as distribuía entre estes mesmos portos menores. A hierarquia portuária funcionava numa complementaridade, na qual o Rio de Janeiro tendia a ser centro, estabelecendo-se uma relação simultânea àquela projetada pela política oficial do Reino, que previa sua articulação direta com a capitania de São Paulo.

Este texto, portanto, irá mostrar os esforços oficiais para integrar a capitania diretamente ao Reino e como simultaneamente houve um processo de maior integração ao Rio de Janeiro e portos menores da capitania e do sul, constituindo-se um eixo econômico integrado, mas em processo de autonomização.

A atividade mercantil será interrogado como setor sujeito à interferência dos agentes que dele participavam, como negociantes e autoridades régias e não na perspectiva exclusiva de mercado. A natureza da maior parte da documentação – administrativa, formada por correspondência de governadores

gerais – influencia este tipo de abordagem. Os dados quantitativos disponíveis são reduzidos e cronologicamente irregulares, o que impede explicações do ponto de vista do mercado, como acompanhar a movimentação de preços ou volumes de importação/exportação, superávits ou déficits.

As rotas mercantis portuárias que se encontram no porto de Santos, os produtos que circulam indicam as relações mercantis existentes, permitem caracterizar as complementaridades e concorrências. A idéia é também levantar algumas idéias sobre como os negócios eram organizados no porto de Santos e sua comunidade mercantil. Para tanto serão utilizados dois processos encontrados na documentação da alfândega de Santos, no Arquivo do Estado: um de 1806, na realidade um rol de perguntas feito aos camaristas, lavradores e negociantes das vilas de Paranaguá pelas autoridades régias e um processo de execução movido contra uma suma que veio de Pernambuco consignada ao negociante Bento Thomas Vianna, de 1817.

A comunidade mercantil da vila de Santos

Ainda não é possível conceituar com consistência a comunidade mercantil desta praça, porque até o momento as pesquisas foram feitas apenas em documentação administrativa. Após a montagem de um banco de informações com seus nomes e funções, através dos Maços de População, será pesquisada a documentação cartorial e da familiatura do Santo Ofício e Ordem de Cristo.

As considerações que seguem são ainda o que a documentação administrativa permite vislumbrar. Dos 245 nomes de negociantes do período 1765-1822 os registros nos maços indicam que a maioria era negociante de fazenda seca que mandava buscar no Rio de Janeiro. Os mapas de exportação/importação indicam que havia comércio com Lisboa e Porto, mas em proporção bem menor do que com esta praça.

Não estou trabalhando com a idéia de que esta praça, a de Santos, fosse menos capitalizada e portanto menos capacitada para abraçar empreendimentos transoceânicos, mas com as idéias de que o sistema colonial

funciona hierarquicamente, com as regiões se especializando em certos papéis econômicos, assim como os negociantes se especializam e tiram vantagens de certos papéis econômicos.

Vincular-se mais diretamente ao Rio de Janeiro, comprando fazendas secas e negociando mercadorias de consumo pode ter sido economicamente mais vantajoso do que a relação direta com o Reino e isto é indicado pela oposição de negociantes da capital em aderir à proposta de uma casa de negócio direto com Portugal proposta pelo Morgado de Mateus e que será discutido adiante.

Justifica-se, com isto, uma afirmação do governador Bernardo José de Lorena, de que eram “necessárias muitas providências para evitar a saída dos efeitos de comércio com a Europa para o Rio de Janeiro (havendo aqui navios a carga de bom conceito) pelo costume, em que estavam os negociantes de São Paulo, desmerecerem menos este nome, do que o de caixeiros dos do Rio”¹⁰.

Esta comunidade mercantil, que acredito não ter sido compacta, ou seja, agiu em sintonia e oposição, conforme os interesses conjunturais que ainda necessitam ser melhor documentados, consolidou-se como consignatária de negociantes do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, necessitando controlar o circuito de mercadorias de consumo na capitania. Por isto as relações com as câmaras, lavradores e negociantes das vilas vizinhas foram tensas, os negociantes de Santos classificados como monopolistas e as disputas em torno destas mercadorias na costa da capitania.

Quando uma embarcação não lhes vinha em consignação para ser carregada, os negociantes a fretavam, como fizeram o capitão-mor cidade de São Paulo, Joaquim Jozé dos Santos (vereador – 1775-77-78-1817; juiz – 1788; almotacé – 1770) e seu sócio, o capitão-mor de Ordenanças da mesma cidade Jozé Mendes da Costa (juiz 1783-91; procurador – 1776), que “compraram na Vila de Parnaguá avultada porção de farinha com o intento de a embarcarem por sua conta para Pernambuco; para este fim fretaram no Porto de Santos o Bergatim Jozefina, de que era Mestre e Dono Antonio Nunes, o

¹⁰ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 45, 1897, p. 208.

qual chegando a Parnaguá, embarcou as farinhas e tomou a seu Bordo o capitão-mor Jozé Mendes, e saindo fora da barra, com a cautela de não consentir que larga-se da Borda a Canoa que tinha conduzido o referido capitão, repentinamente ordenou a sua equipagem que lhe deitassem outra vez o ... na canoa, e com duas pistolas, depois de proferir mil absurdos, o obrigou a aceitar um saco de dinheiro e Barris dizendo-lhe que era o imposto das farinhas, e a passar recibos depois do que o mandou sair do Bergatim, esse fez a vela, contra o despacho que tinha tirado”. O mestre Antonio Nunes fora a Angola negociar as farinhas com escravatura.¹¹

Controlar o acesso às mercadorias de consumo da capitania pode ter estado na raiz da política régia de centralizar a exportação no porto de Santos, pois a intenção da política oficial era atlantizar a economia da região, vinculando-a diretamente ao Reino. Contudo, a tendência foi a dos negociantes da vila contarem com endosso oficial para terem prioridade no acesso a estas mercadorias que na prática enviavam para o Rio de Janeiro.

Esta situação gerou um auto de perguntas feito pelo governador Franca e Horta, que retomou a política de Bernardo José de Lorena de centralização das exportações no porto de Santos¹². Neste, lavradores, negociantes e camaristas de Paranaguá manifestaram sobre o tipo de prejuízo que sofriam com a obrigatoriedade das exportações saírem por Santos.

O problema principal era o de impedir que barcos fossem a Paranaguá comprar os gêneros de embarque para os exportar para outras capitanias, o que significa que a intenção de Santos era centralizar o comércio de mercadorias de consumo na costa do centro-sul. Sob a alegação de que as mercadorias seguiriam para o Reino, na realidade poderiam estar seguindo para o Rio de Janeiro em primeiro lugar, para em seguida serem reexportadas para Portugal.

Tratava-se, de fato, de controlar as mercadorias de consumo, porque uma das questões levantadas pelo governador geral era se na sua governadoria havia ocorrido aumento da cultura do arroz, café e cana para

¹¹ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 55, 1794, p. 285.

¹² Auto de Perguntas. Câmara Municipal, ofícios, 1721-1822, Santos, São Vicente, São Sebastião, Ubatuba e Vila Bela, C00236, doc. 10-6-50, 1806.

produção de aguardente. Com este questionamento o governador também melhorava sua imagem perante o rei, tendo em vista que a centralização das exportações em Santos, embora oficialmente visasse fortalecer o controle do comércio com o Reino, na prática favorecia o eixo mercantil Santos-Rio de Janeiro.

Os negociantes e lavradores reconheceram o aumento da produção dos gêneros citados, mas admitiram que houve diminuição da cultura da mandioca. Num mapa dos produtos da vila de Santos os principais gêneros produzidos de fato eram aguardente, farinha de mandioca, arroz em casca, feijão, milho e café¹³. Tratavam-se, portanto, de mercadorias de consumo, mas que movimentavam o comércio externo, seguindo para o Reino via Rio de Janeiro, não se restringindo a subir a serra. Existem indícios nas fontes de que os panos oriundos da Ásia ou Europa subiam o Caminho do Mar à custa deste comércio de mantimentos.

O problema ainda enfrentado pelos negociantes e lavradores de Paranaguá era o monopólio dos preços estabelecidos pelo grupo mercantil de Santos, embora todos tenham recusado citar nomes. Um deles reforçou o argumento, dizendo que os gêneros enviados a Santos “se reputão por menos do que se fossem remetidos para outra parte”, o que se deve ao fato destas mercadorias na realidade serem redistribuídas pelo grupo mercantil santista para outras praças.

Como Santos se colocava como centro do comércio costeiro da capitania, também como redistribuidor de mercadorias européias, uma das questões colocadas pelo governador ao grupo de Paranaguá era se “os gêneros que [vinham] da Europa, molhados, tecidos, ferragens” tinham tido aumento ou diminuição sob sua governadoria. Com isto reforçava a própria função econômica de Santos, o que justificava o envio obrigatório das mercadorias de consumo para esta praça.

¹³ Mapa dos produtos da vila de Santos e seu termo no ano de 1815. Câmara Municipal. Ofícios, 1721-1822. Santos, São Vicente, São Sebastião, Ubatuba e Vila Bela, C00236, doc. 10-7-19, 1815.

Um auto de apreensão movido contra uma sumaca proveniente de Pernambuco¹⁴ permite certas idéias sobre como os negociantes atuavam na praça de Santos. A condição de caixeiro, conforme denominou o governador Bernardo Lorena pode ser definida também como negociante-consignatário, ou seja, um consignador, em alguma praça, enviava uma embarcação para o consignatário, dar destino, ou seja, abastecer com mercadorias específicas e recebia por isto uma comissão, em dinheiro ou mercadoria.

No caso em questão, a sumaca Oliveira, de propriedade do negociante de Pernambuco Antonio Manuel de Oliveira Arouca, veio consignada ao negociante de Santos Bento Thomas Vianna, encarregado de embarcar farinha, taboado, feijão e toucinho. Recebeu em dinheiro e a sumaca veio em lastro de areia. Além disso, caso o dinheiro não desse, Bento Thomas comprometia-se em completá-lo, sendo ressarcido posteriormente, quando houvesse nova viagem

Embora Santos recebesse mercadorias européias de Pernambuco, como tecidos, o comércio de mercadorias de consumo deveria compensar o envio de uma embarcação apenas com lastro de areia, o que reforça a tese do quanto esta praça se articula política e economicamente para se colocar como pólo redistribuidor destas mercadorias na capitania.

Bento Thomaz Viana, como consignatário da embarcação em questão, ficava encarregado de captar as mercadorias de consumo e para tanto encomendou farinhas no Rio de São Francisco. Como demoravam para chegar, a sumaca permaneceu longo período ancorada em Santos, suscitando a desconfiança de ser de rebeldes do movimento revolucionário de Pernambuco.

Esta condição primeira e essencial de consignatários de negociantes das principais praças da costa e em especial do Rio de Janeiro diz respeito ao caráter hierárquico e especializador do sistema colonial. Estes negociantes se subordinavam a outros mais abonados e envolvidos nos tráficos atlânticos e com isto tinham acesso às mercadorias européias, cuja capacidade de

¹⁴ Translado de uns autos de apreensão. Alfândega-almoxarifado, 1722-1822, Santos, C00227, doc. 1-19-1, 1817.

distribuição nos portos menores da capitania dava-lhes precedência no acesso às mercadorias coloniais da costa da capitania.

As intenções do Reino de atlantizar a economia da capitania via Santos

A documentação administrativa da capitania de São Paulo indica a existência de pelo menos três iniciativas oficiais frustradas de atlantizar os negócios na região, vinculando-os diretamente ao reino. Já em 1768 o Morgado de Mateus tentou estabelecer, juntamente com alguns negociantes de Santos, uma companhia de comércio na mesma vila, para o comércio em direitura com o reino, enfrentando a recusa incisiva de negociantes e camaristas da cidade de São Paulo.

A proposta do governador, conforme os camaristas e negociantes de Santos, transcrita numa ata da câmara da capital era o “aumento do comércio e navegação de Lisboa, Porto e Ilhas, em direitura para esta praça para della se dirigirem por toda (...) capitania e mais partes circunvizinhas (...) de forma que os navios que [transportassem] as mercadorias da Europa para esta praça, nella [carregassem] os efeitos da terra e em direitura os [transportassem] para Lisboa, Porto, Ilhas e mais logares de Portugal na mesma forma que se [observava] na cidade do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e mais portos da América”¹⁵.

Até então acreditei que a oposição da câmara de São Paulo a esta proposta dizia respeito a disputas por precedência política e econômica entre negociantes e oficiais municipais da capital e de Santos: os primeiros defendendo o mercado interno de abastecimento e os segundo compartilhando dos interesses régios de atlantização da economia da capitania.

Mas a percepção que venho tendo da existência de uma aliança de interesses entre negociantes de Santos/São Paulo-Rio de Janeiro em torno do gerenciamento do comércio de tecidos e mercadorias de consumo, através de alguns mapas de importação e exportação localizados na documentação

¹⁵ Atas da Câmara, v. 15, p. 326-335, 1768.

alfandegária de Santos, me levam a crer que o fracasso do projeto desta companhia esteve relacionado a esta questão.

Retomando o documento da Ata da Câmara de São Paulo, com a manifestação dos camaristas e negociantes de Santos favoráveis à companhia, percebe-se uma certa disputa com o eixo mercantil São Paulo-Santos-Rio de Janeiro.

Estou considerando que nesta conjuntura de 1768, os interesses régios, traduzidos na ação do Morgado de Mateus, de exteriorizar a produção e comércio da capitania via Santos e direto ao Reino encontrou receptividade junto à grupos mercantis instalados nesta praça, que podem ter visto nesta iniciativa uma oportunidade de negócios mais vantajosa do que com os negócios de fazendas que até então ou que outros grupos vinham tendo com o Rio de Janeiro.

Estes próprios negociantes, representados pelos camaristas, defendiam o porto de Santos, enaltecendo sua “disposição e saída que tem e [podia] dar a todos os gêneros da Europa tanto na circunferência desta capitania [de São Paulo], como nas de Goyazes, Cuiabá, Mato Grosso e outras partes, cujos efeitos a maior parte deles até o presente tem os comerciantes transportado da cidade do Rio de Janeiro, com risco de mar e consideráveis despesas (...) além dos irreparáveis prejuízos que tem acontecido em perdas de embarcações que tem havido no transporte das fazendas pertencentes ao comércio destas e daquelas capitanias ”.¹⁶

Os negociantes favoráveis à companhia argumentavam contra o comércio de fazendas com o Rio de Janeiro, o que sugere que este circuito mercantil, melhor documentado na primeira metade do século XIX, já existia no porto de Santos, mas o seu estabelecimento diretamente com o reino poderia representar a possibilidade de melhores negócios naquele momento.

Do ponto de vista da política régia, considero que a própria retomada da autonomia administrativa da capitania e a instalação de um governador geral, que fomentasse a produção interna da capitania, integrando-a ao litoral, tivesse

¹⁶ Idem.

a intenção de interferir nesta proximidade mercantil São Paulo-Santos-Rio de Janeiro.

Uma carta do Morgado de Mateus ao Conde de Oeiras leva a pensar deste modo, pois conforme ele coloca : “sobre o estabelecimento do negócio também [era] muito preciso que [fosse] servido dar nesta capitania as mesmas providências que se derão para o Maranhão e Pará porque os homens de negócio **deste paíz** costumados à sua antiga rotina de correspondência que tem para o Rio de Janeiro, donde lhe vem fazendas, a maior parte de Inglaterra não tratam de comprar gêneros da terra para os carregarem para o Reino, tendo já entrado quatro navios no porto de Santos, que vierão em direitura do dessa cidade, sairão outra vez para carregarem em o Rio de Janeiro, Bahia **sem levarem deste paiz couza de entidade**¹⁷.

A idéia do governador e do grupo de Santos interessado na companhia era estimular a produção de mercadorias de consumo na capitania e na “marinha” – açúcar, sola, couro e arroz – e vendê-las diretamente ao reino. Como será visto adiante, na primeira metade do século XIX estas eram as mercadorias mais exportadas para o Rio de Janeiro, além de Bahia e Pernambuco, praças que forneciam grande variedade de tecidos para São Paulo, o que sugere que o eixo Santos-São Paulo-Rio de Janeiro teve mais êxito.

Uma das propostas dos negociantes envolvidos com a idéia da companhia era de que, assim que fosse instalada, fosse proibido “o vir fazendas ou outros quaisquer gêneros dos da Europa de outras partes da América a esta praça, sem faculdade dos caixas das tais sociedades e só sim tudo o que for fabricado na América, sem embargo da real determinação de S. M. de 2 de junho de 1766 a respeito de poderem navegar livremente as fazendas de uns e para outros portos com guias das alfândegas (...)”¹⁸.

Sugeriam ainda que as sociedades fossem livres, sem pensão alguma de contrato ou outro qualquer imposto, exceto os tradicionais direitos alfandegários, que os sócios pudesse se ajustar conforme quisessem,

¹⁷ Relação das cartas de serviço do governador e capitão general da capitania de São Paulo...AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 25. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, doc. n. 338 no catálogo.

¹⁸ Idem.

desfazendo os negócios conforme conviesse. Interessava-lhes, ainda, que não viesse “fazendas da Europa de outros portos para este [porto] sem faculdade das caixas de tais sociedades”.¹⁹

Cogito a hipótese de que a proposta do governador, naquela conjuntura, tivesse sido vista, por negociantes da praça de Santos, como uma oportunidade de independentizarem-se, em certa medida, do controle da praça do Rio de Janeiro sobre o comércio de produtos europeus, principalmente as fazendas, que tanto poderiam vir da Europa como da Índia.

Não estou considerando que a comunidade mercantil agia contra o Rio de Janeiro, mas agiam como negociantes, ou seja, podem ter enxergado na atuação do Morgado de Mateus a oportunidade de maximizar vantagens, ganhos monetários, maior liberdade de negociação, diminuição de tributos e controles. Até que ponto ligar-se a um circuito direto com o Reino, com casas comerciais de Lisboa não era visto como mais vantajoso, naquele momento?

As disputas entre negociantes na capital e no litoral não envolveram, portanto, questões político-ideológicas, mas tiveram caráter o caráter circunstancial próprio do mundo dos negócios

Em São Paulo, os negociantes, através da câmara, alegaram que “as fazendas **vindas da Europa por contrato**, não só não [eram úteis] ao real serviço (...) e a estas cidades e suas alfândegas como também por encontrar o real decreto de 2 de julho de 1766, a respeito de poderem navegar (...) uns para outros portos levando guias das alfândegas (...)”²⁰.

Esta passagem do documento sugere a defesa das tradicionais ligações mercantis costeiras a partir da manifestação de negociantes da capital. De fato alguns negociantes da cidade de São Paulo tinham negócios na praça de Santos como o Brigadeiro Luiz Antonio de Souza²¹, que além de inúmeros empreendimentos transoceânicos, tinham armazém na praça de Santos. Nos maços de população desta vila Cipriano José Pereira Ribeiro aparece como administrador do armazém do Brigadeiro. Joaquim José dos Santos e Jozé Mendes da Costa, que ocuparam cargos públicos na câmara da cidade, eram

¹⁹ Idem.

²⁰ Atas da Câmara, v. 15, 1768, pp. 339-40.

²¹ Leonzo, Nanci. Um empresário nas milícias paulistas: o Brigadeiro Luis Antonio de Souza. *Anais do Museu Paulista*. Tomo 30: 241-254, 1980/81.

sócios em negócios de farinha que compravam em Paranaguá, fretavam navio em Santos e enviavam o produto para Pernambuco.

Não considero, contudo, adequado afirmar com esta indisposição dos negociantes da capital com a instalação de casas de negócio que fossem contrários a este circuito mercantil direto com o Reino. Do mesmo modo, negociantes instalados em Santos podem não ter assinado a favor das casas de negócio, mas tinham correspondência com negociantes de Lisboa, como João Francisco de Oliveira. Apenas viram na proposta do governador uma oportunidade de negócios e se juntaram a ela.

Novamente, em 1891, um outro governador Bernardo José de Lorena (1788-1797), tentou estabelecer uma companhia de comércio, porém exclusivamente de couros, um dos produtos de maior demanda no Rio de Janeiro²², possivelmente porque era usado para enfardar mercadorias.

Lorena foi um grande defensor dos interesses dos negociantes da vila de Santos, pavimentando a descida da serra e defendendo a centralização do comércio neste porto, mas como toda autoridade régia, deveria ter atuação pendular, não prescindindo dos interesses do Reino e por isto a proposta de uma companhia de comércio de couros em direitura para Lisboa.

Não obtive, até o momento, maiores informações sobre esta companhia, mas sua proposta despertou controvérsias entre os negociantes, pois temiam o privilégio de uns sobre outros no momento da divisão dos couros, que tinham tamanhos variados e, portanto preços diversificados.

Para remediar a situação, o governador propôs que os couros não fossem divididos, mas enviados juntos para Lisboa, “por conta da sociedade a um bom correspondente para que vendida junta [fossem liquidados] os lucros pertencentes a cada sócio com a maior igualdade”. Os lucros seriam empregados em fazendas e gêneros, conforme cada negociante quisesse e representasse ao caixa da sociedade²³.

Novamente, em 1806, ocorreu uma interferência régia no eixo São Paulo-Santos-Rio de Janeiro, no que diz respeito ao tráfico de escravos com

²² As pesquisas de Helen Osório e Maximiliano Max Meinz mostram o eixo mercantil deste gênero entre Rio de Janeiro e Rio Grande.

²³ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 46, p. 113, 1791.

Angola. O Rio de Janeiro, pelos mapas de importação/exportação, era o maior vendedor de escravos para São Paulo. Estes cativos deviam ser negociados serra acima, pois não há registro de redistribuição deles nos portos que comerciavam com Santos.

A idéia do governador Antonio José da Franca e Horta (1802-1811) era de montar um “negócio para comércio com Angola”. A divisão entre os negociantes aparece entre os acionistas e os que foram convidados para administrar o negócio. A empresa mercantil de escravos exigia capitais elevados, como indicaram importantes pesquisas.²⁴

Acostumados às negociações com o Rio de Janeiro, José Antonio Vieira de Carvalho e Manoel Theotônio Rodrigo de Carvalho, convidados pelos negociantes para “administradores da negociação projetada para Angola” exigiram um ganho de 3% sobre a compra e 3% sobre a venda dos escravos, mais pagamento à parte do caixeiro e despesas com escritório. Os acionistas se opuseram, oferecendo apenas 4% de comissão sobre o total da negociação.

Os negociantes convidados recusaram o convite, manifestando-se o governador “que esta negociação era débil nos seus princípios, e portanto exigia a maior equidade nas despesas” e que eles, “por patriotismo” deviam ceder de “uma comissão rigorosa”²⁵.

Na capitania de São Paulo, o período 1765-1822 contou com ações pontuais da Coroa visando atlantizar a economia da região, vinculando-a diretamente ao reino. Adotar política favorável ao porto de Santos, tornando-o centro dos negócios de importação e exportação da capitania ou revitaliza o Caminho do Mar foram iniciativas neste sentido, mas o eixo de tráfico pré-existente, ligando Santos-Rio de Janeiro-Bahia–Pernambuco tendeu a adquirir consistência e força.

Assim, a vila e praça marítima de Santos tendeu a manter uma relação de complementaridade e subordinação²⁶ aos principais portos da costa da América Portuguesa, assim como colocou-se como preponderante em relação

²⁴ Florentino, Manolo, op. cit.

²⁵ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo. v. 57, 1806, pp. 10-11 e 11-12.

²⁶ Hierarquia e complementaridade são idéias chave para a compreensão das relações inter-portuárias. Cf. Costa, Leonor Freire. O transporte...op. cit., p. 98.

aos outros portos menores da capitania, onde obtinha as mercadorias de consumo que empregava em seus negócios.

O eixo Santos-Rio de Janeiro na redistribuição de mercadorias européias e de consumo.

Desde a abolição do sistema de frotas e esquadras e o franqueamento do comércio costeiro (1777), pode-se considerar que a vila e praça marítima de Santos, na hierarquia do Sistema Colonial, tornou-se um ponto de redistribuição no centro-sul de mercadorias européias e asiáticas. Os dados dos mapas de entrada e saída de navios no porto indicam que as relações comerciais com o Rio de Janeiro eram numericamente maiores. Em 1808 foram 29 entradas de embarcações desta praça e em 1818 o número aumentou para 57²⁷.

Mapas de importação/exportação, com descrição minuciosa das mercadorias, distinguindo-se, portanto, das balanças de comércio, que contêm informações mais gerais, um de 1796²⁸, exclusivo das mercadorias oriundas do Rio de Janeiro e outros de 1816, 1818 e 1821²⁹, contendo o registro de todos os portos envolvidos em negociações com Santos, mostram que a principal mercadoria que unia Santos à praça carioca era os tecidos, grosseiros aos finos, tais como casemiras de toda a qualidade, droguetes, baetas, seda, cetim, tafetá, linho, fustão, cortes de saias barradas, peças de riscado, brins, etc.

Pesquisas já demonstraram a existência de relações comerciais entre o Brasil e a Índia, no período joanino e o papel dos panos asiáticos em dar liga ao Império, articulando Àsia, Portugal, África e Brasil³⁰.

Bahia e Pernambuco, embora tenham enviado menor número de embarcações para Santos, respectivamente 15 e 1, em 1808 e 11 e 3 em 1818, os mapas de mercadorias de 1816, 1818, 1821 mostram que a natureza dos negócios destas duas praças com Santos era bastante semelhante com a do

²⁷ Alfândega-almoxarifado, 1772-1822, Santos, C00227, 1-14-2 (1808) e 1-20-4 (1818).

²⁸ Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, v. 45, 1795, pp. 133-174.

²⁹ Alfândega-almoxarifado, 1772-1822, Santos, C00227, 1-18-16, 1-20-3 e 1-23-18a

³⁰ Ferreira, Roquinaldo. Op. cit. ; Antunes, Luís Frederico Dias. Op. cit.

Rio de Janeiro, ou seja, predominavam os tecidos, seguidos por outros produtos comestíveis, como vinagre, azeite, vinhos, manteiga, bacalhau, etc.

Na documentação administrativa as referências a negócios com a Bahia são freqüentes, desde as iniciativas do Morgado de Mateus para integrar a produção do interior da capitania com o litoral. Foi o caso do negociante João Francisco de Oliveira, que justificou-se ao governador por não carregar a embarcação sob sua responsabilidade em Santos alegando que esta já vinha carregada de mercadorias da Bahia.³¹

Antonio da Silva Prado, negociantes de animas e arrematador de contratos públicos, como o do registro de Curitiba, começou seus negócios comprando escravos em Caitité, Bahia³². Bento Thomaz Vianna, negociante e administrador da alfândega de Santos, mantinha estreitas negociações com comerciantes de Pernambuco³³.

Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, praças que englobavam os principais empreendimentos mercantis transoceânicos funcionavam como centros de acesso às principais mercadorias européias, – têxteis, ferragens e alimentos – que permitiam à vila e praça marítima de Santos estabelecer ligações mercantis inter-portuárias que lhe deram condições para disputar e em certa medida e conjunturalmente manter certa preponderância na costa centro-sul³⁴.

Ainda não foi possível compreender como os negociantes de Santos pagavam os tecidos oriundos destes portos. Com mercadorias coloniais que poderiam servir como investimento nos tráficos no atlântico sul ou asiáticos não era, pois os produtos exportados para Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia

³¹ Relação das cartas de serviço do governador e capitão general da capitania de São Paulo...AHU-São Paulo, cx. 5, doc. 25. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, doc. n. 338 no catálogo.

³² Petrone, Theresa Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da independência*. SP, Ed. Nacional/Brasília/INL, 1976 (Col. Brasiliana, 361)

³³ Traslado de uns autos de apreensão e Inventário de sumaca...AESP, 1772-1822, Santos, C00227, 1817.

³⁴ Fala-se também numa relação de dependência entre o comércio na colônia e o sistema colonial. Santos manteria uma relação economicamente subordinada ao Rio de Janeiro, na qual as mercadorias européias seriam o ponto central. Cf. Max, Maximiliano. M. Menz. Centro e periferias coloniais: o comércio do Rio de Janeiro com Santos e Rio Grande (1802-1818). *Revista de História*. Dep. de História da USP. N. 154, 2006255

eram basicamente de consumo, os mesmos que tinham demanda e eram exportados para portos do Reino, como Lisboa e Porto.

Panos asiáticos, aguardente e tabaco são as mercadorias de investimento. Açúcar, banha, toucinho, carne de porco, arroz, feijão, queijos de minas, marmelada, café, farinha de trigo eram os gêneros de consumo. A tabela abaixo permite perceber a quase equivalência entre as exportações de Santos para os portos do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Porto e Lisboa.

A hipótese que pode ser cogitada, tendo em vista que os negócios diretos com o Reino foram menores do que com o Rio de Janeiro é a de que muitas destas mercadorias que a praça carioca importava de Santos exportava para abastecer o mercado consumidor do Reino, não se limitando, portanto, ao mercado interno colonial ou da Corte.

Gêneros exportados pelo porto de Santos em 1816	
Porto	Açúcar, arroz, banha, café, aguardente, couros em cabelo
Lisboa	Açúcar, arroz, café, banha, sebo, couros em cabelo, aguardente
Pernambuco	Toucinho, banha, velas de sebo, azeite de peixe, carne de porco, arroz, feijão, farinha de mandioca, farinha de trigo, queijos de minas, caixetas de marmelada, fumo, taboado, café
Bahia	Toucinho, arroz, banha, feijão, queijos de minas, caixetas de marmelada, fumo
Rio de Janeiro	Açúcar, toucinho, banha, presunto, café, arroz, farinha de trigo, carne de porco, vinho da companhia, vinagre, azeite de peixe, gamelas, achas de lenha

Tabela 1: Mapa de exportação conforme dados levantados em Alfândega-Almoxarifado, 1772-1822, Santos, C00227, 1816.

Chama atenção nesta tabela os queijos de minas, que pode-se remeter à “indústria de laticínios”, que Caio Prado mencionou, invocando uma

passagem de Saint-Hilaire que tratou do famoso produto, exportado em quantidade para o Rio de Janeiro e outros pontos da colônia³⁵.

O sul de Minas Gerais, acessível através de regiões subsidiárias como Atibaia e Bragança, pode ter tido um importante circuito mercantil terrestre com Santos em relação a este produto, formando a tríade de interesses comerciais sul de Minas (pecuária/indústria de laticínios)-Santos-Rio de Janeiro.

Ainda nesta região, segundo o próprio Caio Prado, criava-se porco em quantidade e este, tanto quanto o gado, teve importante papel na economia colonial, pois sua carne era usada na dieta da população, sua criação era barata e o principal derivado do suíno era o toucinho, usado como condimento, sobretudo no feijão e do qual se extraía a banha, um tipo de óleo tradicional na cozinha brasileira³⁶ e que possuía demanda nos mercados do Reino.

Os produtos coloniais de consumo que Santos exportava para as praças coloniais centrais, que por sua vez poderiam ser reexportados para as principais praças mercantis do Reino, podem ter funcionado como giro do comércio da principal mercadoria de origem européia ou asiática, ou seja, os têxteis, mas os negociantes de Santos, geralmente atuando como consignadores dos negociantes do Rio de Janeiro, Bahia e Recife, também movimentaram com metal. A pesquisa, contudo, não tem a intenção de quantificar estes valores, servindo-se apenas da documentação de caráter qualitativo, conforme visto anteriormente.

Estudos indicam que Santos acumulava déficits com o Rio de Janeiro, mas não havia, no período, sinais de decadência econômica que levassem a uma descapitalização da praça. Esses déficits podem ter sido compensados com o fornecimento de mercadorias para o interior da capitania e inclusive para Goiás e Mato Grosso³⁷ ou através da atividade mercantil inter-portuária, pois parte dos tecidos recebidos das três praças mercantis centrais da colônia eram redistribuídos pelos portos menores do centro-sul. Estes, por sua vez, forneciam as mercadorias coloniais de consumo que Santos enviava para as três praças, Lisboa e Porto.

³⁵ Prado Jr., Caio Prado Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. SP, Ed. Martins, 1942, p. 196.

³⁶ Idem, p. 198

³⁷ Meinz, M. Max. Op. cit., 258

Portos como os de Santa Catarina, Rio Grande, Iguape, Paranaguá, Rio de São Francisco receberam varas de pano de algodão. Na lista de mercadorias importadas do Rio de Janeiro de 1796 e de 1816, 1818 e 1821 não aparecem apenas varas de panos de algodão, mas uma variedade de tecidos, inclusive finos, como sedas, casemiras, tafetás, fitas, lenços e chalés de seda, linho, xitas inglesas, o que leva a crer que deviam ser negociados serra acima. Seria necessário, contudo, acompanhar a distribuição desta mercadoria.

As fontes consultadas até o momento indicam que a circulação dos tecidos na capitania de São Paulo não era inter-portuária. Talvez neste comércio de tecidos finos serra acima esteja uma possível explicação para a geração de recursos que compensavam os déficits da praça de Santos e impediam a sua descapitalização.

Em 1796, houve uma consulta do governador Antonio de Mello e Castro à câmara de S. Paulo e os ditos “principais da capitania” para a imposição de cobrança de direitos sobre “as fazendas que o luxo e não a necessidade” vinham fazendo “precisas à sociedade”, tendo em vista a possibilidade de abolição da cobrança de direitos sobre o sal e a viabilização de fábricas de ferro.

A câmara concordou com esta proposta de imposição de direitos, mas os negociantes de São Paulo e os de Santos julgaram inadmissível esta decisão, alegando que as “fazendas meramente de luxo tem ali concurso muito incerto” e por isto não podiam afiançar os direitos equivalentes³⁸. A alegada incerteza dos negócios de luxo, contudo, podia ser uma estratégia da comunidade mercantil da região para preservar este importante negócio da tributação e com isto maximizar seus ganhos.

As mercadorias coloniais eram também redistribuídas pelo porto de Santos nos portos periféricos do centro-sul, pois Santos procurava controlar o comércio destes portos menores, visando assegurar sua condição polarizadora destas mercadorias que o ligavam às praças mercantis centrais do Rio de

³⁸ AHU – São Paulo, cx. 14, doc. 34.0, 1797. Projeto Resgate Barão do Rio Branco, doc. n. 686.

Janeiro, Pernambuco e Bahia. Estas, por sua vez, exportavam os produtos da terra para o Reino.

Esta ação de Santos de promover uma articulação inter-portuária periférica, chegou a criar conflitos com negociantes e autoridades municipais de outras vilas marítimas, como vimos no caso da vila de Paranaguá.

Um mapa de embarcações que entraram e saíram no porto de Santos, em 1808, indica mais detalhadamente as rotas mercantis de Santos

Mapa das embarcações que entraram e saíram do porto de Santos no último ano de 1808		
	Entraram	Saíram
Lisboa		1
Londres	1	
Ilha da Madeira		1
Pernambuco	1	1
Bahia	15	2
Rio de Janeiro	29	13
Cravellas*		2
Ubatuba	4	
São Sebastião	25	27
Iguape	6	10

Cananéia		5
Parnagoa	6	15
Rio de São Francisco	4	
Ilha de Santa Catarina	3	2
Laguna	1	
Rio Grande		24
Montevideo	4	
Buenos Ayres	2	
Cabo Verde	2	
Moçambique		1
Total	103	104

Tabela 2: Mapa das embarcações que entraram e saíram no porto de Santos em 1808

Nesse ano de 1808 percebe-se que o Rio de Janeiro foi o principal exportador para Santos, seguido de São Sebastião. Ou seja, os negócios de importação dos negociantes da vila de Santos estavam concentrados nestas duas praças, geograficamente bastante próximas e articuladas economicamente, como já foi cogitado pela historiografia.³⁹ Esta situação se manteve em 1810, conforme indica a balança de comércio, envolvendo 41 entradas de embarcações oriundas do Rio de Janeiro, 9 da Bahia, 9 de São Sebastião e de Iguape.

Cruzando estes dados com um mapa das importações de Santos de 1816 com descrição dos produtos negociados, percebe-se, contudo, que embora São Sebastião fosse geográfica e economicamente articulado à praça do Rio de Janeiro, seus negócios tinham caráter próprio, basicamente formado por mercadorias coloniais, ou seja, São Sebastião não era mera escala ou pólo redistribuidor de mercadorias européias da praça carioca, mas um exportador para Santos de gêneros como aguardente, fumo, farinha de trigo, toucinho, feijão, gomas, telhas, café e em menor escala peixes miúdos.

³⁹ Petrone, Maria Thereza Schorer. Petrone, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo*. Expansão e declínio (1765-1888). SP, Difusão Européia do Livro, 1968.

Alguns desses produtos possivelmente eram resultado das produções do interior da capitania, na região do Vale do Paraíba, também mais vinculada a este porto⁴⁰ e é bastante significativo que os negociantes de Santos tenham tido no porto de São Sebastião um principal importador de mercadorias coloniais, com demanda nas praças mercantis centras da colônia e do Reino.

Nos registros da balança de comércio de Santos de 1810, percebe-se que café, aguardente e fumo fizeram parte do cômputo geral das exportações deste porto para outros, estrangeiros ou situados na costa da América Portuguesa. Receberam esses produtos o Rio Grande (café e fumo), o Porto e Lisboa (café e aguardente), Pernambuco (café), Bahia (fumo de serra acima), o Rio de Janeiro recebeu um montante muito pequeno de café e Iguape (aguardente).

Se a aguardente, juntamente com os panos asiáticos, era um dos principais gêneros que movimentavam o comércio de escravos da praça carioca com Angola e Benguela⁴¹, assim como o fumo, no caso da vila de Santos eles movimentavam um comércio intra-colonial na própria costa do Brasil e o circuito externo com o Reino.

De Iguape Santos recebia basicamente produtos coloniais, como arroz, farinha de mandioca, couros em cabelo, taboados e do Rio Grande trigo em grão.

O circuito mercantil com São Sebastião, portanto, proporcionava o acesso a mercadorias coloniais tradicionalmente importantes nas relações inter-portuárias entre Santos, portos coloniais periféricos e do Reino.

Neste caso, a relação Santos-São Sebastião-Rio de Janeiro não envolvia a lógica mercadorias européias-mercadorias coloniais-tráficos atlânticos. Não se tratava de uma lógica de compensação, mas de demandas específicas, não necessariamente complementares. Santos atendia a demanda dos negócios do Rio de Janeiro por mercadorias coloniais de consumo, que tanto podiam abastecer o mercado colonial como o do Reino. As mercadorias de investimento, que seriam empregadas nos grandes empreendimentos transoceânicos africanos ou asiáticos vinham de outras praças.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Ferreira, Roquinaldo. Op. cit.

Negociantes de Santos tocavam negócios com interesses próprios, adquirindo as mercadorias européias e asiáticas, redistribuindo-as nos portos periféricos do centro-sul e captando destas mercadorias coloniais que redistribuía entre estes mesmos portos e enviava para o Rio de Janeiro ou mesmo para o Reino.

As relações mercantis centralizadoras da praça marítima de Santos com as outras vilas litorâneas viabilizavam o acesso a estas mercadorias coloniais. A política régia de monopolizar em Santos as exportações para o Reino terminou por favorecer esta praça e seus negociantes, que tinham acesso privilegiado às mercadorias coloniais que não necessariamente comercializavam com portos portugueses, mas as negociavam com as praças do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, reforçando, portanto, a constituição de uma teia autônoma de negócios no interior do Império.

O esforço oficial de revitalizar o organismo colonial, através do estímulo à ligação direta metrópole-colônia assumiu, portanto, outra dimensão, com o protagonismo da comunidade mercantil de Santos no litoral do centro-sul e o fortalecimento da ligação Santos-Rio de Janeiro.

“NEM O LONGE NEM O PERTO FAZIAM DIFERENÇA NA MINHA FIDELIDADE”: CONFLITOS ENTRE PROFESSORES RÉGIOS E AUTORIDADES COLONIAIS EM PERNAMBUCO (1759-1804)

Elaine C Gomes da Cunha
angelusnovus77@yahoo.com.br
Mestranda em História Social da Cultura Regional (UFRPE) / Bolsista CAPES
Membro do Grupo de Estudos em História Cultural – GEHISC

O título deste artigo foi extraído da carta escrita, em 1764, pelo Professor Régio Manuel da Silva Coelho quando o mesmo se encontrava preso na Cadeia do Recife sob a acusação de estupro a D. Anna da Sylva¹. Elaborada para ser a sua defesa, este professor elencou um conjunto não apenas de acontecimentos ocorridos desde a sua chegada à Capitania de Pernambuco, em 1760², mas também dos conflitos para a implantação dos novos métodos pedagógicos determinados pela Metrópole após a expulsão da Companhia de Jesus de todo território lusitano em 1759.

Deste documento, fizemos levantamento acerca dos Professores Régios que atuaram na Capitania de Pernambuco entre 1759 e 1804. Nele, observamos que os problemas enfrentados por Coelho não foram isolados, mas freqüentes, e ampliados, desde 1772, para os questionamentos sobre a falta de pagamento de seus ordinários, e desvio do Subsídio Literário³. Com tal levantamento, elaboramos um projeto que visa compreender os obstáculos enfrentados pelos professores diante das autoridades coloniais. E neste sentido, o presente artigo pretende apresentar, de maneira geral, este projeto com o intuito de divulgar os resultados parciais do mesmo.

Não são de todo desconhecidos por parte da historiografia luso-brasileira os obstáculos que as denominadas “Reformas Pombalinas na Instrução Pública”

¹ AHU, ACL, CU 015, cx 100, doc. 7831.

² Manuel da Silva Coelho chegou à Pernambuco acompanhado de outro Professor Régio, Manuel de Mello e Castro. Na referida Carta, não há referências nem do nome ou da atuação deste, os quais conseguimos através dos anexos da obra: CARVALHO, Laerte Ramos de. **Reformas Pombalinas na Instrução Pública**. São Paulo: Edusp, 1978.

³ No reino o imposto era cobrado sobre o azeite e o vinho e “*para o caso da América portuguesa e da África, a cada 460 gramas (1 arretel ou 1 libra) de carne verde cortada nos açougues, deveria ser pago 1 real [sic]; e a cada dois litros de aguardente da terra (1 canada), pagos 10 réis*”. SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos da construção das práticas de escolarização em Pernambuco em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de História, 2006. Tese de Doutorado. Como ressalta esta autora, estes produtos eram abundantes na época “*o que demonstra o esforço pombalino no sentido de viabilizar os seus projetos*”. p 81

enfrentaram para serem implementadas. Inseridas no conjunto de alterações nas estruturas político-administrativas, ocorridas durante o governo de D. José I e encabeçadas pelo seu Secretário, José Sebastião de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal⁴, de maneira geral, aquelas modificações objetivavam diminuir a dependência lusitana em relação à Inglaterra⁵ através das relações coloniais com a América Portuguesa, sua principal fonte de riqueza⁶. Desta maneira, e auxiliado pelos pensadores Luis António Verney⁷ e Ribeiro Sanches⁸, Pombal defendeu, através de sucessivos Alvarás, projeto de laicização e tecnização do ensino. Ou seja, a instrução deixaria de ser restrita à esfera doméstica para ser uma prioridade do reinado de D. José I., o auxílio daqueles pensadores na elaboração daquele projeto demonstra isto.

As intenções em secularizar o ensino não foram modificadas no governo de D. Maria I⁹. No entanto, esta secularização não significava ruptura total com os preceitos católicos. Na seleção, no comportamento fora e dentro de sala de aula, os professores deveriam ser exemplos morais. Além disto, devido à insuficiência constante de candidatos qualificados para cobrirem todo o domínio ultramarino, foram necessárias as nomeações de homens advindos de ordens religiosas, especificamente as oratorianas. O que dificultou substancialmente a laicização pretendida pelo Marquês de Pombal e seus colaboradores.

As mudanças na aprendizagem não se voltaram para a formação de indivíduos “ilustrados”, mas de oficiais, de técnicos, comprometidos com o

⁴ O título de Conde de Oeiras foi concedido em 06/06/1759. O de Marquês de Pombal foi outorgado em 1769.

⁵ CARVALHO, Laerte Ramos de. *Op cit*; NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995; MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁶ SILVA, André Mansuy-Diniz. “Portugal e o Brasil: a reorganização do Império (1750-1808)”. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina: história da América Colonial**. vol 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

⁷ Nascido em Lisboa a 1713 e falecido em Roma em 1792, reconhecido estrangeirado, ou seja, pensador cuja influência filosófica ou carreira acadêmica é externa a Portugal, teve como principal obra *O verdadeiro método de estudar* publicada em 1746.

⁸ Pensador português, também estrangeirado, nascido em Penamacor a 1699 e falecido em Paris em 1783, publicou em 1759 *Cartas sobre a educação da mocidade*, onde defende um ensino laicizado, sob a tutela do Estado, e da manutenção do exclusivismo português no ensino, isto é, somente em Portugal tanto colonos quanto metropolitanos seriam instruídos. Ao lado de Luis Antonio Verney, tornou-se o principal artífice das reformas pedagógicas pombalinas. Sobre os estrangeirados ver SILVA, Ana Rosa Cloclét da. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec, 2006.

⁹ GOUVEIA, José Camões. “Estratégias de interiorização da disciplina”. IN: HESPANHA, António Manuel (org). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p 382.

reerguimento de Portugal¹⁰. E era responsabilidade dos Professores Régios a capacitação desses oficiais. Privilegiaram-se as ciências naturais não por que estivessem inseridas dentro da concepção empirista do iluminismo, mas porque eram necessárias para localização, levantamento e extração de bens naturais e minerais que dada região poderia oferecer. Assim, os Professores Régios inscreveram-se tanto nas mudanças estipuladas por Pombal e seus aliados no âmbito pedagógico quanto nas político-administrativas, tornando-se representantes nas colônias daquele projeto de reerguimento.

Importantes obras como as de Laerte Ramos de Carvalho¹¹, Antonio Alberto Banha de Andrade¹², José Camões Gouveia¹³, Tereza Maria Levy Cardoso¹⁴, Anita Correia Lima de Almeida¹⁵, Thais Nivia de Lima e Fonseca¹⁶ e Adriana Paulo da Silva¹⁷, ocuparam-se das particularidades dessas mudanças no ensino, do projeto pombalino através delas, das questões em torno dos professores¹⁸ e das recomendações acerca dos materiais didáticos.

Todavia, no tocante aos Professores Régios, estes trabalhos enfocam as reformas pombalinas a partir de 1772, especificamente quando na Metrópole são lançadas as alterações nos Estatutos da Universidade de Coimbra e a determinação da cobrança do imposto que visava pagar os professores e dar suporte às reformas desencadeadas em 1759: o Subsídio Literário.

As obras de António de Andrade e de Laerte de Carvalho nos auxiliam a perceber, de maneira geral, mas pertinente, as dimensões ultramarina e metropolitana

¹⁰ CARVALHO, Laerte Ramos de. *Op cit. passim*.

¹¹ *Ibidem*.

¹² ANDRADE, António Alberto Banha de. **As Reformas Pombalinas dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva – EDUSP, 1978.

¹³ GOUVEIA, José Camões. *Op cit.* p 367-392.

¹⁴ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

¹⁵ ALMEIDA, Anita Correia Lima de. “Notas sobre a Reforma Pombalina dos estudos menores no Brasil”. In: MAGALDI, Ana Maria *et al* (org). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Rio de Janeiro: Editora Universitária São Francisco, 2003. p 99 -116.

¹⁶ FONSECA, Thais Nivia de Lima e. “Discurso político e práticas educativas no Brasil do Século XVIII”. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino em História da Educação**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p 3702-3711.

¹⁷ SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

¹⁸ Insiste-se na repetição deste termo por conta da diferenciação que se faz entre “mestre” e “professor”. O primeiro voltado ao ensino das primeiras letras, e cujas reformas ocorreram em 1772, e o segundo ao que se ocupa da aprendizagem secundária. Ver GOUVEIA, José Camões. *Op cit.* p 379-380.

respectivamente. O trabalho de Andrade é exceção no conjunto de estudos citados acima, pois se ocupa das tentativas de implantação das reformas nas Capitanias da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco antes de 1772, e apresenta os problemas enfrentados pelo Professor Régio Manuel da Silva Coelho. Ao contrário de Ruy Bello¹⁹, que ao se referir a este assunto se utilizou de comparações com o que ocorreu na Bahia para tecer suas observações, Andrade recorreu a documentos que ainda hoje se encontram em Portugal, e, neste sentido nos auxiliou a preencher algumas lacunas. Todavia, em nosso trabalho não pretendemos apontar os problemas e conflitos no princípio das alterações pombalinas na instrução, mas analisá-los e percebê-los num contexto maior que as questões pedagógicas a que emergiram.

A obra de Laerte de Carvalho oferece discussões abrangentes e sobre âmbitos estruturais importantes das características das reformas engajadas pelo Marquês de Pombal. Foi a sua tese, de que as modificações no ensino visavam transformações culturais e políticas²⁰, que nos iniciou no aprofundamento de nossos questionamentos. Segundo Carvalho, através das mudanças seriam estabelecidos os principais meios de formação de um grupo de oficiais escolhidos para reproduzir o projeto centralizador nos domínios portugueses. Estes “leais servidores” seriam a chave para o sucesso do projeto político-administrativo que visava um maior controle e fiscalização sobre a América Portuguesa.

Porém, mesmo com a abrangência de todas as obras referidas e dos grupos de pesquisas que estão se formando²¹, ainda são poucos os estudos que dão conta dos impactos daquelas mudanças nos espaços das capitanias no momento de suas elaborações. Como foram interpretadas nos domínios ultramarinos? Sob quais aspectos e delimitações foram aplicadas? Quantos alunos assistiram às *aulas régias* e quais as qualidades e grupos sociais que pertenciam? Quais os recursos didáticos utilizados nas aulas? São questionamentos que ainda estão pendentes.

Em nosso trabalho visamos mapear e analisar as ações dos Professores Régios que lecionaram em Pernambuco entre segunda metade do século XVIII e princípios do XIX. Mapear não apenas no sentido espacial que o termo possui, mas,

¹⁹ BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

²⁰ CARVALHO, Laerte Ramos de. *Op cit. passim*

²¹ Citamos como exemplo o grupo coordenado pela Prof^a Thais Nivia Fonseca sobre os impactos nas práticas culturais das Reformas Pombalinas na instrução e a sociedade em Minas Gerais do século XVIII.

também, elaborar quadros que mostrem o número de professores, os valores de seus ordinários – ao menos o que deveriam receber num dado momento –, a arrecadação do subsídio literário e, se possível, o quantitativo de alunos. Isto é importante, pois além de compreendermos o processo pedagógico em Pernambuco, desde as primeiras tentativas de reformas, poderemos confrontar os valores e indicadores expressos em Mapas elaborados na capitania e no reino.

Com tais dados, pretendemos estudar as ações dos Professores Régios além do viés pedagógico e cultural que os mesmos possuíam. A isto somaremos os conflitos ocorridos entre eles e autoridades eclesiásticas e administrativas. Porque após a leitura da Carta de Manuel da Silva Coelho compreendemos que os confrontos, inscritos nas denúncias sobre interferências nos métodos de ensino, falta de pagamento dos ordinários, desvios do Subsídio Literário, apresentam o questionamento dos querelantes – que nem sempre eram os professores, mas também membros de Câmaras Municipais, Bispos e outros professores – da legitimidade da parte denunciada.

Nas Cartas, Requerimentos e Solicitações observamos construções discursivas que apontavam as falhas nos serviços dos agentes denunciados, do pouco zelo que tinham em cumprir com suas obrigações, de resistências para aplicação das mudanças no ensino – especificamente pelas autoridades eclesiásticas que defendiam uma aprendizagem tridentina – além de tentativas de adaptar as medidas à realidade da Capitania de Pernambuco.

Desta maneira, e através da ponderação sobre estes dados, os conflitos apresentam a complexidade do cargo “professor régio”. Não apenas era dito ao homem investido dele que deveria ensinar no Reino ou em alguma parte dos domínios portugueses. Eram exigidas dele posturas morais e, acima de tudo, políticas em prol do desenvolvimento do Império Lusitano. Nos momentos da nomeação e da posse, esse homem deveria assumir exatamente o que o título “Professor Régio” evocava simbólica e efetivamente: ser representante do modelo pedagógico e dos projetos político-administrativos advindos da Coroa. E é isto que procuramos analisar em nosso trabalho.

Mas para um melhor entendimento sobre aquela complexidade dividimos o trabalho em duas partes. A primeira visa analisar, através do estudo do caso do Professor Régio Manuel da Silva Coelho, o que se compreende como a *primeira fase das reformas*, entre 1759 e 1772. Nela, analisamos os impactos no ensino com a expulsão dos inicianos em Pernambuco; o projeto pedagógico contido no Alvará de

28 de junho de 1759 – o qual instituiu os professores –; a chegada de Coelho em Pernambuco, e os conflitos enfrentados por ele diante do Bispo D. Francisco Xavier Aranha e do Ouvidor Geral Bernardo da Gama e Casco. Além dos olhares sobre a instrução que estes últimos construíram em oposição às alterações advindas da Metrópole.

No segundo momento, pretendemos abordar as características da *segunda fase das reformas*, a partir de 1772 a 1804 (ponto em que paramos o levantamento, mas que não significa que nos restringiremos a ele); o mapeamento das ações e conflitos entre professores e autoridades coloniais, mostrando através deles as marcações e limites das determinações régias no espaço da capitania, e a persistência da defesa do ensino ao molde tridentino pelos Bispos, mesmo com a fundação do Seminário de Olinda. Tomar estes confrontos como demonstrações das tensas relações entre um determinado espaço ultramarino e a sua respectiva Metrópole.

Frisamos que não compreendemos estes embates numa perspectiva dicotômica entre dois grupos: professores e autoridades coloniais. Porque nem todos os Professores Régios tiveram problemas com autoridades eclesiásticas e/ou administrativas. E nem as reclamações e denúncias se davam de maneira coletiva. Eram sujeitos que por motivos diversos escreviam à Corte para relatar atrasos de pagamento, requerimento de provimento de uma cadeira vaga – por falecimento ou ausência do professor titular –, solicitações de Provisão Régia para lecionar e de Carta Patente, estes últimos freqüentes no reinado de D. Maria I.

Logo, os confrontos se deram entre sujeitos específicos em circunstâncias e aspectos distintos, o que nos impossibilita constituir grupos ou blocos em nossa análise. Porém, ressaltamos que isto não significa que os casos que levantamos sejam esporádicos ou singulares. Eles revelam tensões que não eram subterrâneas, mas marcantes no cotidiano da aprendizagem da mocidade e da administração em Pernambuco desde a segunda metade do século XVIII.

Desta forma, a nossa pesquisa se insere nos debates que pouco a pouco vêm ganhando destaque na historiografia luso-brasileira: as ações e conexões dos agentes régios nos domínios portugueses.

E aqui é importante que ressaltemos alguns pontos. Ao afirmarmos que os embates se davam entre sujeitos investidos por Provisões Régias em seus cargos, e que estes correspondiam aos pontos nevrálgicos da dominação na América

Portuguesa – referimo-nos às administrações laicas e eclesiásticas –, apontamos para duas questões fundamentais: os estudos das elites.

De fato, não podemos associar os oficiais régios com aquelas elites que fincaram “raízes”, que permaneceram e tiveram descendentes, os chamados “nobres da terra”. Porém, não são homens de todo comuns, pertenciam à malha de normatização, controle e consolidação dos aspectos do sistema colonial português. Eram sujeitos que se destacavam, seja por suas vestimentas e/ou ações, num dado período de mandado. Elites temporárias nas capitanias aonde eram destinadas, de fato, mas que não deixavam de ser elites. E apesar de toda polêmica que existe em torno desta categoria, os historiadores ainda a concebem como indivíduos que estão no topo da hierarquia social e que, a partir do estudo deles, pode-se apreender os mecanismos de apropriação e detenção de poder e acesso às posições dominantes²².

Se, por um lado os historiadores não escapam desta conceituação, a maneira de percebê-la é diferente. Como enfatizou António Manuel Hespanha, até recentemente as elites eram compreendidas em grupos coesos e homogêneos que se auxiliavam na manutenção do poder²³. Mas os estudos vêm mostrando que no interior desses “grupos” existiam conflitos pela apropriação, detenção e acesso ao poder. Assim, quebra-se com a concepção de harmonia e conjunto e se passa a procurar não apenas os mecanismos de apropriação e detenção de poder, mas como estes são utilizados para excluir aqueles que, em princípio, estariam no mesmo “nível” do “topo”²⁴. A imagem de blocos antagônicos, portanto, não corresponde ao que extraímos dos documentos, e, se fizéssemos isto, estaríamos subestimando as complexas relações que passaram a se estabelecer entre os agentes nos diversos espaços do Império português no setecentos²⁵.

²² HEINZ, Flávio (org). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p 7-8. Mesmo não se atendo à discussão conceitual sobre “elite”, Nuno Gonçalo Monteiro adota esta percepção de indivíduos privilegiados em MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Elites e poder: entre o Antigo Regime e o Liberalismo**. 2 ed. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007.

²³ HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia (orgs). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Portugues (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005. p 40.

²⁴ CARDIM, Pedro. “ ‘Administração’ e ‘governo’: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia (orgs). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Portugues (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005. PP 69-92.

²⁵ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia (orgs). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Portugues (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005. pp 93-115; BARROS, Edval de Souza. “Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séculos XVI – XVIII)”. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: n 17, nov. de 2001.

Estudamos sujeitos que são privilegiados, que possuem representatividades de poder na sociedade pernambucana do período em questão. Porém, estão em conflito pelo reconhecimento da legitimidade de suas ações e, mesmo, presenças.

Ao dividirmos o trabalho em duas etapas percebemos que nosso estudo possui aportes teórico-metodológicos distintos. Se na primeira nos voltamos ao estudo de caso do Professor Régio Manuel da Silva Coelho e dos começos e problemas em torno das reformas pombalinas, tomamos como base as abordagens a respeito das constituições das redes clientelares e de poder no âmbito do espaço ultramarino²⁶. Na segunda, expandiremos os números de agentes, de documentos correlatos, e do espaço a ser analisado. Traremos para nossa perspectiva a complexa relação entre Pernambuco e Portugal no momento em que se esboçavam críticas e crises em torno do sistema colonial. Buscaremos a multiplicidade das ações dos agentes tal como Laura de Mello e Souza fez em recente obra²⁷.

No momento, o nosso trabalho se encontra na primeira etapa. Apesar de não termos acesso direto a todos os documentos preteridos, conseguimos entrelaçar as ações dos sujeitos, confrontar os seus discursos e, com isto,

ilustrar empiricamente esses aspectos mais abstratos [que advêm da subjetividade e interpretação], rastreando as trajetórias que deram carne e ossatura ao que, sem as personagens – fossem elas administradores reconhecidos ou servidores obscuros – seria apenas elucubração²⁸.

www.revistasociologiaepolitica.org.br/download/resumo/f09n17.pdf (Acessado em maio de 2005); GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes de Poder na América Portuguesa - O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822”. In: **Revista Brasileira de História**. v. 18 n. 36 São Paulo 1998 (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=pt&nrm=iso)

²⁶ Neste ponto nos referimos aos trabalhos em desenvolvimento ou já defendidos e que constam em forma de artigos em BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia (orgs). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Portugues (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005. Especificamente a **Parte IV**. Aliado aos estudos dos autores mencionados na nota acima.

²⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁸ Idem, p 77.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Anita Correia Lima de. “Notas sobre a Reforma Pombalina dos estudos menores no Brasil”. In: MAGALDI, Ana Maria *et al* (org). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Rio de Janeiro: Editora Universitária São Francisco, 2003. p 99 -116.

ANDRADE, António Alberto Banha de. **As Reformas Pombalinas dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva – EDUSP, 1978.

BARROS, Edval de Souza. “Redes de clientela, funcionários régios e apropriação de renda no império português (séculos XVI – XVIII)”. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: n 17, nov. de 2001.
www.revistasociologiaepolitica.org.br/download/resumo/f09n17.pdf

BELLO, Ruy. **Subsídios para a História da Educação em Pernambuco**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Reformas Pombalinas na Instrução Pública**. São Paulo: Edusp, 1978.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. “Discurso político e práticas educativas no Brasil do Século XVIII”. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: percursos e desafios da pesquisa e do ensino em História da Educação**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. v. 1. p 3702-3711.

GOUVÊA, Maria de Fátima. “Redes de Poder na América Portuguesa - O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822”. In: **Revista Brasileira de História**. v. 18 n. 36 São Paulo 1998
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200013&lng=pt&nrm=iso

GOUVEIA, José Camões. “Estratégias de interiorização da disciplina”. IN: HESPANHA, António Manuel (org). **História de Portugal: O Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. 367-392.

HESPANHA, António Manuel. “Governo, elites e competência social: sugestões para um entendimento renovado da história das elites”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia (orgs). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Portugues (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII”. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia (orgs). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Portugues (séculos XVI a XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005. pp 93-115.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, fins do século XVIII e primeira metade do século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portugal e o Brasil: a reorganização do Império (1750-1808)*. In: **História da América Latina: história da América Colonial**. BETHELL, Leslie (org). vol 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1997.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ASSÉDIO E BLOQUEIO:

A inviabilidade da estratégia holandesa frente à persistência do comércio colonial entre as Capitanias do Norte e o Reino de Portugal (1630-1635).

João Aurélio Travassos Pires Júnior
Universidade Federal da Paraíba
Graduando do curso de História
E-mail: joaobra_colonial@yahoo.com.br

Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves (orientadora)

RESUMO: Durante o período holandês, no contexto da guerra de resistência (1630-1635), a estratégia inicial utilizada pelo exército lusobrasileiro era a da chamada Guerra Lenta, uma guerra de usura na qual o impasse militar era a principal finalidade, assegurando o controle do interior da colônia e de localidades economicamente estratégicas. Concomitantemente, o exército neerlandês acreditava conseguir resultados positivos diante de uma política de bloqueio naval combinado ao assédio das praças fortes. Baseado nos estudos do grupo “A Conquista do Rio Ruim” da Universidade Federal da Paraíba, o presente trabalho procura analisar a persistência do comércio entre as Capitanias do Norte e Portugal, apesar da ocupação da Companhia das Índias Ocidentais. Além disso, procura também evidenciar a capacidade de sobrevivência que aquela possuía, fator que inviabilizou a estratégia da W.I.C.

Palavras-chaves: comércio interno, guerra lenta, período holandês.

Durante o chamado período colonial holandês, tratando-se aqui mais especificamente dos primeiros anos de ocupação do território (1630-1635), as capitanias do Norte foram palco de constantes conflitos pela posse de suas regiões economicamente estratégicas. Tais conflitos estão inseridos em lógicas e estratégias de combate diferenciados e que irão, no desenrolar de seu processo, delinear os resultados culminantes na efetivação da colonização empreendida pela W.I.C em território brasileiro. Nos primeiros anos de combate fica evidente que a Coroa não poderia enviar as tropas de restauração tal como se efetivara no socorro a Salvador no ano de 1625. As demandas

econômicas eram demasiadamente custosas e o contexto de guerras que a Europa vivia não favorecia esse sustento de armadas e outros tipos de ajuda. O fim do período de trégua entre a Espanha e as Províncias dos Países Baixos, em 1621, e os conseqüentes conflitos que este desencadeou tiveram também, obviamente, profundas influências na situação das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, especialmente por envolverem diretamente as duas nações beligerantes.

Considerado o pacto colonial não apenas à maneira estritamente economicista, mas também no que diz respeito às obrigações de defesa do território colonial, percebemos que as decisões tomadas pela metrópole acerca do envio de qualquer tipo de ajuda para o resgate do exército lusobrasileiro contra os holandeses¹ ficaram à mercê de uma série de combinações das necessidades tanto daquela quanto deste. Havia uma inclinação para a divisão dos custos e tarefas referentes à defesa colonial, sendo o poder naval o maximizador destes. Às forças coloniais cabiam os custos para com a defesa local², o que nos leva a crer, conseqüentemente, que havia na colônia o desenvolvimento de uma atividade econômica mínima, capaz de gerar os recursos necessários pelo guarnecimento desta despesa. E, mesmo que essa “divisão” de tarefas defensivas fosse passível de desvios e mobilidades dadas a casuais conveniências, e possivelmente era, evidentemente a colônia custeou, durante bom tempo, sua própria defesa local. Embora não tenha prescindido da ajuda metropolitana, percebemos que, durante a resistência, a Coroa ficou devedora do exército lusobrasileiro em relação às tropas. A população civil é quem mais carecia de recursos. Com o decorrer da guerra essa situação piora cada vez mais.

É importante lembrar também que a economia açucareira, após as duas primeiras décadas de expansão seiscentista, devido fundamentalmente à nova tecnologia do chamado ‘engenho de três paus’, passou para uma fase de menor crescimento no início da segunda década, tomando continuidade nos anos trinta do mesmo século. Muitos senhores de engenho de Pernambuco se encontravam bastante endividados já por volta de 1610, bem antes do decréscimo econômico, devido à política de créditos para a compra de escravos vindos da África.

¹ Quando uso o termo “holandeses” me refiro, na verdade, à República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, sob intermédio da W.I.C, visto que a Holanda era o nome de uma destas províncias. Os exércitos eram compostos de soldados estrangeiros, devidamente pagos para lutar em favor da W.I.C.

² Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 29.

Podemos levar em consideração também que, desde o início da ocupação neerlandesa, um dos principais alvos durante o conflito foi o sistema produtivo da colônia, sendo os engenhos, duramente atacados e devastados por ambas as partes em conflito, quando um ou outro lado se beneficiava de tais ações. A política estratégica do Reino espanhol diante das decisões sobre mandar ajuda (de qualquer natureza) ou não também estava extremamente ligada às condições reais internas da metrópole e às da colônia, condições estas obviamente analisadas do ponto de vista do Reino.

O processo dessas decisões se desenrolou durante todo o período holandês de forma que “a estratégia lusohispana na guerra de resistência primeiro, e a estratégia portuguesa na guerra de restauração depois, procurou, por conseguinte, combinar poder naval e defesa local, segundo a disponibilidade relativa de ambos ‘fatores’.”³ A Espanha encontrava-se, durante as guerras européias do século XVII, em uma situação em que preferia priorizar a racionalização de seus recursos em certas áreas e privilegiar outras, dada a extrema dificuldade que estas guerras lhe impingiam, além da necessidade de guarnecer o próprio território espanhol tanto em terra como, especialmente, em mar. Este último fator bem mais preponderante, como se sabe, depois da revolta da Catalunha e da restauração portuguesa, foi bastante influente durante a resistência. Além disso, a Espanha tinha um olhar bastante diferenciado sobre as terras brasileiras. Ao contrário de Portugal, o Reino dava mais importância econômica a outras de suas colônias e via o Brasil mais como um ponto estratégico na carreira para o continente africano e para a proteção de suas posses mais ao norte do globo. Isso não quer dizer que não houvesse esforço por parte da Espanha no que se refere ao envio de socorro à colônia, apenas não havia recursos a serem empregados em tantos empreendimentos. Há de se entender que existia uma política de prioridades e, bem mais além, de combinações de estratégias de ação.

A ênfase na estratégia de defesa centrada no poder naval se deu muito por influência de decisões advindas de Portugal e, principalmente, depois de iniciado o governo do Conde-duque de Olivares e suas reformas. Já as Províncias Unidas encontravam-se numa situação não menos conflituosa que a Espanha. Além de enfrentar a Guerra dos Oitenta Anos duramente (primeiro, em favor de sua libertação do domínio espanhol e, depois, em busca da cooptação de novos territórios que lhe favorecessem no

³ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 29.

mercado colonial) e, mesmo constituindo-se como uma das maiores potências navais a partir do século XVII, também tinha sérios problemas político-religiosos a enfrentar, visto que as duas partes protestantes, gomaristas e arminianos, travavam sérias divergências ideológicas que desempenhavam papel fundamental em decisões políticas. A organização político-administrativa das Províncias Unidas dos Países Baixos consistia na descentralização de órgãos deliberativos institucionais. Se comparada ao restante da Europa, comandada por governos centralizadores, as Províncias possuíam características republicanas bem mais avançadas, embora não perdessem certo viés oligárquico. Esse caráter descentralizador limitava algumas ações políticas e diplomáticas. As províncias se mantinham unidas politicamente em torno de algumas prerrogativas, dentre elas estava a preservação da autonomia municipal em relação às instituições centrais e provinciais, além de não abrirem mão de privilegiar o desenvolvimento comercial e manufatureiro. Na verdade, os conflitos ideológicos só recaíam mais ferozmente sobre as decisões das instâncias políticas quando as fases de crise se configuravam mais agudas. As instituições conservavam, assim, um caráter de homogeneidade razoável, ainda que um tanto “burocráticas”, se assim a podemos chamar, havendo também forte influência em aspectos de sua cultura política como práticas de cooptação através de cargos governamentais e outros privilégios. É preciso, no entanto, relativizar alguns valores que, para nós, no mundo contemporâneo, são considerados como não éticos. No século XVII as práticas cooptativas nas Províncias Unidas eram consideradas naturais, não possuindo nenhuma conotação pejorativa do ponto de vista moral. Enfim, a noção de ética diferia bastante de nossos valores atuais acerca da política.

No mais ainda havia, geograficamente localizadas ao sul dos neerlandeses, as Províncias Unidas que continuavam sob domínio espanhol. Diante desse conturbado contexto em que as duas potências, Espanha e Países Baixos, se encontravam durante o século XVII, e por conseqüência também o período inicial da colonização holandesa no Brasil, é que nos damos conta do quão importante é, para se compreender a presença holandesa nas capitanias do norte, não negligenciar o contexto europeu ou tomá-lo como elemento secundário na análise dos processos ocorridos no interior da colônia.

Como já foi dito, a terceira década do século dezessete, que abrange justamente o início da chegada holandesa à capitania de Pernambuco após a derrota em Salvador, entra com um nível de crescimento inferior aos anos anteriores. A quantidade de caixas de açúcar branco exportado do Brasil por intermédio da W.I.C, por exemplo, no ano de

1631 é de 828. Só nos anos que se seguem é que esse número aumenta consideravelmente, mantendo uma média de duas mil caixas⁴.

Volume de Exportação de Açúcar do Brasil Holandês (1631-1635)

Anos	W.I.C	Comerciantes Livres	Total
1631	828,0	-	828,0
1632	1.514,0	-	1.514,0
1633	-	-	
1634	2.117,0	-	2.117,0
1635*	2.370,0	287,0	2.657,0

* Segundo Puntoni, em nota de seu livro *A mísera sorte: a escravidão holandesa no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648*, apenas em 1635 é que comerciantes livres puderam realizar comércio sem o intermédio da W.I.C devido a determinação em ano anterior. É bom frisar que esta alegação, ao menos é o que parece, se restringe ao ponto de vista da legalidade.

Já em *Olinda Restaurada*, Evaldo Cabral de Mello nos aponta que a navegação entre o Nordeste lusobrasileiro e Portugal, no período de 1630-1635, cresce bastante no decorrer dos anos, tendo uma queda abrupta apenas no ano de 1635⁵. Esse período quinqüenal da terceira década do século XVII, porém, nos leva a uma reflexão acerca do real aproveitamento de ambas as partes beligerantes. Se a estratégia de guerra consistia também na destruição de centros produtores, de engenhos, como poderíamos pensar em um aproveitamento real desse momento de crescimento econômico?

Lembremo-nos, no entanto, do fato de extrema relevância apontado em *Olinda Restaurada* segundo o qual a exportação do açúcar no Brasil Holandês cresce consideravelmente durante os cinco anos de resistência⁶, ou seja, durante os primeiros

⁴ Cf. Pedro Puntoni. *A mísera sorte: a escravidão holandesa no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo, 1999, p. 81, tabela 2.

⁵ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 449, tabela 1.

⁶ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, p. 458.

anos de boa ventura econômica. Sendo assim, podemos concluir que a destruição material da economia colonial, ou seja, dos engenhos de açúcar, pode ter produzido prejuízos bem mais relevantes não imediatamente, mas *a posteriori* da efetivação do domínio holandês em território brasileiro. Durante o período de resistência, o que se vê é a apropriação de bens materiais, com todas as perdas decorrentes da guerra, produzidas no interior colonial durante um período favorável de produção.

Vejamos abaixo os números apresentados por Cabral de Mello sobre a navegação entre o Nordeste colonial e Portugal⁷:

Ano	Navios
1630	22
1631	31
1632	29
1633	47
1634	49
1635	02

Observada a tabela podemos notar que nos primeiros anos de resistência até 1634 as navegações entre Portugal e Brasil só aumentaram, tendo uma queda no ano de 1635. Nos anos de 1633 e 1634 observamos o mais alto grau de contato entre Portugal e Brasil no período de resistência. Deve-se levar o curso em consideração, embora não possuamos dados suficientes para dimensioná-lo. Além disso, podemos levar em consideração que a navegação destinada ao território brasileiro não era tão difícil de se efetivar, visto que, como muitas colônias portuguesas, o Brasil não possuía um território com obstáculos naturais que pudessem servir de empecilho a quaisquer invasões, diferentemente das colônias espanholas, que estavam localizadas em territórios de altiplano, onde o acesso era bem mais dificultoso. Logo, podemos levar em conta a seguinte conclusão, já demonstrada por alguns autores, de que o território brasileiro era bastante susceptível à permanência constante de contato comercial com a Coroa e, de fato, permaneceu.

⁷ Id. Ibidem. Tabela 16, p.458.

O conflito iniciado nos primeiros anos da terceira década seiscentista, conhecido como período de resistência, nos aponta o sentido de pensar os contatos entre metrópole e colônia como movimentos de altos e baixos, alterando-se no desenrolar dos fatos, porém não se esgotando em momento algum. A estratégia inicial do exército lusobrasileiro era de combater o inimigo através da guerra lenta, pela qual se pretendia manter o exército neerlandês o mais longe do interior e de pontos estratégicos da colônia, conservando, principalmente, um impasse nas decisões e nos rumos do conflito. Por sua vez, o exército inimigo tenta traçar suas estratégias de reação. A estratégia que a W.I.C tomara diante da guerra lenta, inicialmente, foi a de bloqueio naval aliado ao assédio das praças fortes, ou seja, o ataque direto a alguns pontos da defesa lusobrasileira. Esta estratégia não fora escolhida facilmente. O governo civil e os militares entraram em várias discussões quanto ao fato de adotar ou não tal estratégia, sem contar as ideologias advindas das facções protestantes envolvidas dentre todas as esferas deliberativas das instituições neerlandesas. Mas, por motivos de ordem econômica, e por julgarem ser mais eficientes na batalha naval os neerlandeses decidiram por adotá-la. Acreditava-se que, com a conquista de Olinda e de outras regiões estratégicas da economia colonial, por exemplo, ficaria mais fácil de dominar a população, já que os centros comerciais sob o monopólio inimigo forçariam uma política de paz com os invasores. Diederick Van Waerdenburch é quem vai formular crítica feroz à estratégia original das Províncias, em seguimento das diretrizes da W.I.C, pois não havia a devida guarnição, seja em caráter militar ou de aprovisionamento. As necessidades reais colocadas por Waerdenburch não chegam nem de perto de se concretizar, na prática, em ajuda de provisões e exércitos da Companhia.

Um aspecto também bastante relevante a ser destacado é que, mesmo com o domínio holandês do território colonial, a ser mais específico das capitanias do norte, ainda havia um “entreposto” de resistência lusobrasileiro fortíssimo, qual seja, a capitania de Salvador. Após a expulsão dos holandeses desta região e da impossibilidade de se repetir o mesmo feito nas capitanias mais ao norte, restaram aos portugueses o domínio de um território estratégico importantíssimo, fundamentalmente devido à sua proximidade geográfica. Território este que, nos anos quarenta, iria servir bastante ao reino durante as contendas diplomáticas e as políticas dúbias de D. João IV. Há de se considerar também as navegações com os chamados caravelões portugueses que, em contradição ao seu nome, eram bastante diminutos, o que facilitava bastante seu trânsito em rios mais estreitos e próximos ao interior da colônia e, conseqüentemente, a seus centros

produtivos, e para onde a metrópole poderia enviar embarcações com aprovisionamento, mas também com armas e soldados, sendo estas duas últimas possibilidades menos prováveis ou menos recorrentes.

Por fim, baseando-se na bibliografia consultada acerca do período colonial e chamando atenção para o fato de que este artigo constitui-se como um ensaio inicial para futuras análises acerca do mesmo tema, conclui-se que havia, dentro da colônia, uma dinâmica econômica que pressupunha, a rigor no quinquênio 1630-1635, a sustentabilidade de desenvolvimento material necessário para além dos domínios estabelecidos pelo pacto colonial tradicional, bem como a permanência de um constante contato entre metrópole e colônia mesmo durante a dominação holandesa. A produção e a exportação de produtos cultivados no Brasil não se restringiam ao açúcar, embora a base essencial da economia fosse este, mas havia uma gama de outros produtos que atuavam como coadjuvantes comerciais e que eram cultivados unicamente para o mercado interno, mesmo que em baixa escala. O período inicial de ocupação militar pelos holandeses e os conseqüentes conflitos com os lusobrasileiros não significaram, de forma alguma, o fim dos contatos marítimo-comerciais entre o Reino de Portugal e a colônia. A estratégia inicial holandesa visava, fundamentalmente, o bloqueio marítimo entre ambos, a fim de que as relações comerciais se restringissem à W.I.C e que, conseqüentemente, o território colonial conquistado passasse a seu comando mais rapidamente e se consolidasse o seu domínio. Contudo, vimos que a navegação entre o Nordeste colonial e o Reino de Portugal tornou-se mais evidente a cada ano, tendo inclusive aumentado (exceto em 1635). Além de levarmos em conta que as responsabilidades de defesa local estavam a cargo da colônia não se pode excluir que a ajuda da Coroa fosse imprescindível e que, mesmo sob o domínio da Espanha, era Portugal o país que mais se interessava nos assuntos referentes ao Brasil. Aliás, sabemos que nos anos trinta do século XVII a União Ibérica já não era tão inabalável quanto antes e que já havia um território, temperado pelo nacionalismo luso dentre outras questões políticas, preparado para que Portugal retomasse sua autonomia política, formalizada e reconhecida, diante da Espanha. A continuidade persistente desse contato comercial entre Portugal e colônia fez com que a estratégia holandesa não desse certo, forçando-os a tomar outro viés ofensivo na “reação à reação”, digamos assim.

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.

Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.
Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

BIBLIOGRAFIA:

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 2ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3ªed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O Imaginário da Restauração Pernambucana*. 3ªed. rev. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos Flamengos: Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. 3ªed. aumentada. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1987.

PUNTONI, Pedro. *A Miserável Sorte: A escravidão africana no Brasil holandês e as guerras do tráfico no atlântico sul, 1621-1648*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

OS EFEITOS DA COLONIZAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA INDENTIDADE DO POVO NORDESTINO.¹

Marlon Anderson de Oliveira²

1. RESUMO:

A colonização deixou marcas profundas e enraizadas no novo mundo, o processo de exploração mesmo tendo uma característica predatória, foi a base de constituição do povo brasileiro, porém revelou-se como o ápice da ganância das potências mercantilistas. A monocultura da cana-de-açúcar, a partir de sua implantação neste território tornou-se a mola mestra da colonização, matéria-prima de um produto que se perpetuou e que gerou lucros exorbitantes aqueles que se apresentaram como os homens civilizados e de muita fé. Sendo justamente o produto de tal amálgama da condição interativa ao longo de quase trezentos anos de dominação da cultura européia na conquista da América. A Escravidão atividade imprescindível para o desenvolvimento do processo de colonização foi o portal para o mais importante aspecto a ser analisado neste estudo, à miscigenação, o entrelaçamento das raças, a união de povos muito diferentes que se culminaram na formação de um povo bravo, altivo que de certo modo carrega em seus ombros, a herança de sofrimentos e de glórias passadas.

Palavras-chaves: Colonização, processo, miscigenação, identidade.

2. ABSTRACT:

The colonization has left deep scars and rooted in the new world, the process of holding even taking a predatory character, was the basis of formation of the Brazilian people, but proved to be the apex of mercenary greed of power. The monoculture of sugar cane, from its establishment in this territory became the master spring of colonization, raw material for a product that is perpetuated and exorbitant profits that generated those presented as civilized men and great faith. Being just the product of this amalgam of interactive condition over nearly three hundred years of domination of European culture in the conquest of America. The Slavery activity essential for the development of the process of colonization was the gateway to the most important aspect to be desmistificado in this study, miscegenation, the intermingling of the races, the union of peoples very different if that

¹ Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Especialista em História Regional do Brasil: Nordeste, pela Universidade Católica de Pernambuco.

² Professor da Rede Estadual de Ensino, especialista em História Regional do Brasil: Nordeste, pela Universidade Católica de Pernambuco (2005), mestrando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco, residente no município de Água Preta – PE. (marlonoliver@hotmail.com).

culminated in the formation of a people angry, altivo in a way that carries sues shoulders in the karma of suffering and past glories.

Keywords: Colonization, process, mix, identity.

3. INTRODUÇÃO:

Mais, qual a ligação do nordeste com o processo de colonização? O que aqui foi feito? Como a colonização, de modo particular a portuguesa influenciou na formação do povo nordestino? Aconteceu um novo encontro de culturas. É importante neste processo histórico destacar a atuação do descobridor, pois, sem dúvida sua atuação deve ser analisada. Estas foram a gêneses da formação do Brasil, e mais precisamente do nordeste, o qual devemos observar. Não, foi por acaso que os portugueses vieram parar na costa brasileira, isto deve ser observado hoje com olhos críticos, visto que a contextualização histórica do episódio do descobrimento é dúbia.³

O nosso descobridor com certeza já tinha informações precisas da existência destas terras ao sul da descoberta espanhola, maior rival naquele momento na corrida mercantilista, a versão que nos contam de que houve um afastamento provocado por erros de coordenadas já pode ser mais do que substituída, ou seja, já esta ultrapassada.

Mais, afinal, o que era Portugal?. País de dimensões pequenas, situado na Europa Ocidental que durante a expansão marítima se tornou uma das mais importantes potencias econômicas construindo assim um grande império ultramarino, detentor de varias colônias e possuidor de um grande número de escravos, era uma verdadeira potência econômica.

Os portugueses se destacavam também hábil facilidade pelo qual navegavam, suas caravelas eram velozes, aplicavam já em meados do séc. XV e XVI, técnicas de navegação herdadas na invasão dos mouros e conseqüentemente seu contato com os asiáticos fez estas técnicas ficarem mais desenvolvidas.

A estrutura política portuguesa era fundamentada na política centralizadora da Monarquia absolutista, todos estavam em torno do monarca absoluto, a sociedade era hora estamental, hora mutável, principalmente após o surgimento da Burguesia e do desenvolvimento das relações capitalistas a sociedade portuguesa também sentiu estes impactos e notoriamente percebia-se as mudanças causadas pelas novas atividades econômicas.

Atividades estas que vão impulsionar toda a corrida mercantilista portuguesa, a cobiça por metais preciosos e por novos comércios lucrativos era o carro chefe para o lançamento das caravelas ao mar rumo a lucratividade que as conquistas proporcionavam.

³ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à globalização.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 16-18.

De fato as pretensões portuguesas não eram as de simplesmente conhecer uma nova terra, ou como dizem alguns escritores, descobrir o paraíso terreal, era sim de conseguir novas fontes de riqueza, quando afirma-se que não existiu um erro cartográfico ou de coordenadas na viagem do descobrimento é por que já se tinha o conhecimento de correntes marinhas vindas do sul, isso dava suporte a crença de que existia uma nova terra, e que esta deveria ser conquistada primeiramente em nome de Deus e de sua majestade, que na época era D. Manuel. As pretensões eram evidentes, os portugueses não investiram numa viagem longa e cansativa para acertarem mediante um erro cartográfico, era lógico e exato, a ciência daquela nova terra.⁴

Achado? Descoberto? Encontrado? Invasão. Qual destas expressões deveríamos utilizar? Como entender este fato de nossa história? O certo é que as terras encontradas, achadas, descobertas ou até mesmo invadidas deveriam agora dar algum tipo de retorno para os descobridores, principalmente retornos econômicos que fossem favoráveis a coroa portuguesa que tinha investido alto nas navegações em busca de novos mercados consumidores e de metais preciosos.⁵

Mediante tal fato, a descoberta de certo modo passa despercebida pelo olhar de Lisboa, até então homens nus, árvores, pássaros silvestres e belezas naturais não chamaram a atenção dos portugueses, pois o que se poderia aproveitar destes meios? Assim durante um longo período de aproximadamente trinta 30 anos as terras descobertas ficaram a margem dos interesses portugueses, tendo apenas como fator importante a existência de grande quantidade de madeira pau-brasil.

O que de fato mudou nas terras descobertas a partir de 1530? Como os portugueses iriam administrar aquela tão vasta camada de terra? Sem dúvida o ano de 1530 foi o marco inicial nas mudanças proporcionadas pela Coroa em relação ao Brasil. Se durante os trinta primeiros anos as atividades desenvolvidas não ultrapassavam o limite da exploração da madeira, agora deveria-se dar um passo mais eficaz, pois, outras nações estavam realizando atividades de contrabando no litoral da colônia, prejudicando assim os ganhos reais.

Naquele momento era importante ressaltar que Portugal não admitia este tipo de atividade em suas terras demarcadas. A proteção do litoral era uma questão fundamental, os direitos de monopólio que foram estabelecidos com as posses espanholas deveriam assegurar a posse das terras portuguesas. O historiador Mário Maestri observa que o processo de colonização se dá efetivamente a partir de dezembro de 1530, quando o nobre Martim Afonso chega ao Brasil:

⁴ *Ibidem*, p. 26.

⁵ CHAUI, Marilena. **História do povo brasileiro**: Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 62.

Em dezembro de 1530, uma poderosa esquadra foi enviada ao Brasil – duas naus, duas caravelas, um galeão – transportando em torno de 400 homens fortemente armados. Martim Afonso de Sousa, navegador e militar comandava belicosa armada. Ele recebera ordens de combater os franceses com que deparasse; enviar para Lisboa carregamentos de torras de pau-brasil e, sobretudo, de explorar o litoral, o interior e o rio da Prata. As instruções determinavam que, cumpridos os objetivos da expedição, os tripulantes “que lá” quisessem “ficar e povoar” fossem desembarcados no novo mundo. Dessa viagem resultou na fundação em 1532, da vila de São Vicente, e no planalto, da vila de Piratininga. Iniciava-se a ocupação territorial e colonial da terra do Brasil.⁶

Iniciava-se a colonização do novo mundo português, processo este que vai extrair subitamente todas as riquezas existentes na nova terra. Vai também desencadear a formação de uma nova sociedade a base do escravismo modo de produção predominante durante os mais de trezentos anos de Brasil Colônia.

4. DESENVOLVIMENTO:

4.1. A Formação da Identidade do Povo Nordestino:

O que o Nordeste foi? e O que está sendo? E o que se tornará? Este é um grande questionamento que nos fazemos hoje em dia, Quais as perspectivas da região que no passado foi a jóia rara dos descobridores? Qual será o nosso sentido, em relação as demais regiões de nosso país? Como o nordeste brasileiro construiu uma identidade própria, impar, capaz de se destacar de todas as regiões que compõem a federação. É evidente que o Nordeste brasileiro é um diferencial na história do Brasil, quando nos indagamos o que ele foi, é por que sabemos que o mesmo já surgiu com uma potencialidade eximia. O Nordeste nasceu para ser grande juntamente com seu povo, não se pode dizer que nascemos para sermos uma região pobre e subdesenvolvida, já nascemos em berço esplêndido.⁷

Lançamos o Brasil para o mundo, o mundo veio conhecer o Brasil a partir desta parte das novas terras descobertas pelos exploradores portugueses, não foi a toa que a monocultura da cana-de-açúcar se transformou na atividade mais lucrativa da coroa, o solo era propício, o clima era favorável, a terra era boa, aqui de fato começa sem dúvida a construção da identidade do povo brasileiro, é aqui que acontece um novo gêneses, uma nova criação, não desta vez pelas mãos do criador como narra a literatura bíblica, mais sim pelo encontro de povos totalmente diferentes que se entrelaçaram e originam um novo povo.⁸

⁶ MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil**: colônia. São Paulo, Editora Contexto, 2001, p. 24-25.

⁷ JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Editora Cortez, 2001, p. 68-70.

⁸ *Ibidem*. p. 68.

Portanto o Nordeste merece o título de paraíso, que os portugueses imaginavam ter descoberto, foi o paraíso, local da miscigenação, é este Nordeste que de fato ainda é uma jóia rara, não mais nas mãos dos exploradores ibéricos, dos senhores de engenhos, dos coronéis, mais infelizmente de novos exploradores vestidos de colarinhos brancos que de tempos em tempos batem em na porta das casas pedindo o apoio das massas e prometendo o que não podem cumprir.

Sendo assim a historiografia Brasileira apresenta um nordeste sempre submisso, uma região dependente que ao longo do tempo sustentou as luxurias dos exploradores ibéricos e que se tornou alvo da cobiça de outras nações européias. Mais, como se formou a sociedade nordestina? Sabemos que a gênese está no processo de colonização, quando do encontro de culturas acontece a formação de um novo povo. A nova sociedade regrada agora pela autoridade da coroa e pelos preceitos católicos se desenvolvia e fixava raízes nas novas terras. O modo de produção escravista dava mais ênfase as novas elites que se formavam no seio da colônia, portanto a sociedade nordestina já se prefigurava-se como um antro de exclusão, onde classes distintas se alternariam na condução política, econômica, religiosa e social.

Diante disto entendemos o que o Nordeste por ventura está sendo hoje, ou seja, é um reflexo da sociedade colonial que se perpetuou ao longo dos tempos, lógico que não existe mais alguns mecanismos daquela época, porém outros segmentos de nossa sociedade reproduzem as origens coloniais. Refiro-me neste momento aos antigos senhores de engenhos que se transformaram nos grandes usineiros, não é muito diferente a conduta dos atuais senhores para com os antigos. A monocultura da cana-de-açúcar perdura, principalmente na região da zona da mata como principal atividade econômica, sendo a única fonte de renda da qual o povo se sustenta, a mesma vai moldar as bases sociais, ou seja, ainda vivemos numa sociedade da cana, onde muitos são explorados e poucos enriquecem, assim se desenha a sociedade nordestina.

A região vive um processo paralelo ao que no passado se desenvolveu, ainda observa-se a plena influência dos que nos governam e conseqüentemente daqueles que detém o maior capital, que aliados a quem estar no poder determinam os rumos da sociedade. Esses fatos apontam qual é o nosso lugar hoje no contexto histórico, econômico e político nacional. Somos uma parte significativa da história, mais nossa história não interessa, por que é o retrato dos vencidos e superados, ainda nos constituímos como um pólo de mão-de-obra barata requisitada para os mais adversos tipos de trabalho em troca de míseros salários e que em alguns casos se torna um novo tipo de escravismo.

No mundo político o nordeste se transformou em um curral eleitoral onde os grandes caciques políticos administram suas fortunas e sobrevivem da ingenuidade dos que necessitam de um pleno assistencialismo. Diante deste quadro social que atualmente

estamos vivenciando existem novas esperanças que devem ser abordadas, as heranças coloniais estão perpetuadas isto está evidente, porém a história é mutável, ou melhor, ela não está estagnada, parada, inerte. O Nordeste brasileiro tem todas as potencialidades para se tornar um grande centro. Mas se nos fizermos à pergunta, o que o nordeste se tornará? Será que sempre seremos submissos às regalias das elites nacionais, ou num futuro bem próximo tomaremos uma postura aguerrida? Como nos séculos anteriores onde as principais manifestações sociais explodiam na região⁹.

Ora se temos uma capacidade extraordinária devido a nossa formação étnica e cultural, o Nordeste e principalmente os nordestinos devem olhar mais adiante e conseqüentemente almejar uma posição mais digna da qual a região merece. É neste entreposto do que somos, e do que queremos ser, que podemos observar com nitidez os efeitos da colonização portuguesa, onde primordialmente estava estabelecida uma relação de exploração e dominação. Mais uma vez se nos indagarmos sobre as questões que envolvem a construção da história do Brasil, esbarraremos desta vez numa pequena palavra chamada identidade. Qual a identidade do povo brasileiro? O que faz o Brasil ser o Brasil, questionamento este que o antropólogo Roberto da Matta¹⁰ faz em seu ensaio, tentando evidenciar a identidade do povo brasileiro, e o nordeste? O que faz esta região ser um diferencial cultural? É lógico, evidente e expressivo, o nordeste tem uma identidade própria, porém foi construída aos moldes da colonização portuguesa, desta forma não podemos nos desprender das raízes ibéricas fincadas no processo de colonização. Podemos até especificar que a identidade do povo brasileiro está intimamente ligada a história que se desenvolveu no seio da região nordeste, foi neste pedaço do território que os elementos maiores da nossa identidade se chocaram.

As etnias formadoras da identidade brasileira constituíram um processo de miscigenação, não é a toa que somos um único país com tantas diferenças étnicas. Este processo de miscigenação é o pressuposto mais concreto da formação da identidade do povo nordestino, é a partir dele que entendemos diversas relações existentes em nosso meio social. Para historiadores que narram a fabulosa descoberta do Brasil a miscigenação é um ponto convergente, ou seja, era necessário acontecer, outros não evidenciam esta convergência definem que seria bem melhor que não houvesse a mistura das etnias que formaram nosso povo¹¹.

O historiador Francisco Adolfo Varnhagen considerado por muitos como o “Heródoto Brasileiro” (1850) é um extremo defensor da identidade branca do Brasil, ou seja, descreve

⁹ *Ibidem*, p. 74-76.

¹⁰ MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** cap. I, A questão da identidade. 1984.

¹¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003, p. 30-34.

claramente em sua obra História Geral do Brasil que nossa identidade deveria ser branca, européia, ou melhor, portuguesa com certeza.

O Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação não se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política. Os portugueses são os representantes da Europa, das luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo.¹²

A ênfase dada por Varnhagen é enfática, o Brasil deveria ter uma identidade branca, pura. A jovem nação, nascida no séc. XIX, já se apresentaria ao mundo com um trunfo, ser de descendência européia, ou seja, um país de origens ibéricas na América. Assim configura-se o olhar que vai nortear a história do Brasil, o período colonial foi o tempo propício para que os benevolentes portugueses deixassem suas marcas na evidente sociedade do novo país que nascia naquele momento.¹³

A visão que Varnhagen expôs deveria torna-se a maior referência para os futuros historiadores que vinhessem a escrever a história do Brasil, porém, a mesma torna-se ponto de contra censo, um expressivo elogio a colonização e a perpetuação portuguesa no Brasil. Varnhagem, define um Brasil tipicamente português, tínhamos conquistado a suposta independência política, mais, a nossa identidade permaneceria portuguesa.¹⁴

De certo modo o historiador tinha razão em evidenciar esta permanência das raízes lusas, a culminância do processo de emancipação do Brasil se realiza no ato do grito do Ipiranga, supostamente proferido por um português, assim se explica por que Brasil deveria ser livre, mais, continuar com uma identidade portuguesa. Varnhagem acentua bem isto quando diz, foi um príncipe português que liderou o processo de emancipação política do Brasil, lutando contra os seus próprios súditos portugueses, por um outro povo, um outro projeto de nação!¹⁵

Estava constituída a identidade da nova nação, independente e portuguesa. O pensamento de Varnhagem foi fundamental para a historiografia brasileira, mais é evidente que o mesmo representava uma elite dominante, e não poderia apresentar fatos e acontecimento da história que exprimissem as vitórias das classes inferiores. Estas, sim, representam uma identidade verdadeira do Brasil, são os vencidos e excluídos que não são citados por Varnhagem que constituíram um rosto para a jovem nação.

A história dos exaltados, principalmente no Brasil, vai sempre direcionar o nosso pensamento, porém é necessário se desmistificar isto, não foram as grandes ações portuguesas de que deram ao Brasil uma conotação de nação, povo, ou civilização. Foram

¹² *Ibidem*, p. 31.

¹³ *Ibidem*, p. 35-36.

¹⁴ *Ibidem*, p. 44-47.

¹⁵ *Ibidem*, p. 47.

às lutas do próprio povo e aqui citamos, a Revolução Pernambucana de 1817 que proferiu de fato o primeiro grito de independência deste país, movimento que caracterizou o sonho de uma nação livre autônoma, sem esta permanência portuguesa que nos remetia aos tempos de colônia e que cada vez mais perpetuava este sentido explorador desenvolvido pelos portugueses.

Pernambuco sempre foi um expoente em relação aos movimentos sociais que explodiram durante esta fase de transição do Brasil colônia para o regime Imperial, e não se pode de maneira nenhuma deixar de acentuar a Confederação do Equador (1824), que se apresenta como uma continuação dos ideais defendidos em 1817. Novamente Pernambuco toma as rédeas e se coloca na linha de frente da história, disseminando um verdadeiro sentimento de liberdade e independência, pois mesmo se tornando independente de Portugal, éramos governados pelo herdeiro do trono português, ou seja, não tínhamos nos desgarrado das raízes, mais permanência estava consolidada.¹⁶

Embora tenhamos que admitir a presente influência portuguesa na formação do Estado Nacional Brasileiro, devemos rever alguns aspectos da nossa historiografia, que enaltece com vigor exagerado a ação do descobridor, escondendo as minúcias da história que compõem a identidade do povo brasileiro. A história dos vencidos é esquecida, isto não se configura só nos primeiros momentos da nação, hoje, é possível observar, ou melhor, é evidente a continuidade da história dos vencedores, e cada vez mais os vencidos são jogados no vácuo do esquecimento, acentuo esta colocação, pois, é notável que o nordeste brasileiro em muitos momentos de nossa história, seja ela do passado ou presente é jogado neste vácuo.

De certo a importância da região se acentua na maioria das vezes quando se aproximam as eleições, ou quando atingidos pelas diversas catástrofes naturais. Quando deveria ser diferente, a construção da identidade nacional, começou aqui, mesmo a história na colônia tendo suas diversas fases predominantemente o ponto culminante da identidade brasileira e nordestina foi a miscigenação, que é tão abordada pelo mestre Gilberto Freyre.

Mestre por ter tido a facilidade de exaurir um Brasil colônia tão real, não fantasioso descrito por Varnhagem, na obra História Geral do Brasil (1850), a ação colonizadora se tornou um ato de bravura e coragem que todos nós devemos exaltar. Talvez seja necessário atribuir a Gilberto Freyre algumas prerrogativas da história do Brasil, e de modo particular do nordeste, Mestre, Genial, conservador, segundo Prof. José Carlos dos Reis (2003), mais porém acrescento mais dois adjetivos, dúbio, contraditório.

Genial ao descrever um Brasil miscigenado, e ao defender o entrelaçamento das raças, a necessidade e importância da presença do negro como elemento formador da

¹⁶ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil: do descobrimento à globalização**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p. 202-208.

identidade cultural do povo nordestino e brasileiro, ao definir um Brasil sexualizado, que nasce no desejo dos brancos para com as curvas das índias e as entranhas das negras, Gilberto Freyre se apresenta como mais um a construir uma definição do Brasil, o Brasil da Casa Grande e da Senzala.¹⁷

Dúbio, ou contraditório quando defende a continuidade da colonização portuguesa e não o rompimento com as evidências deixadas pelos colonizadores. Para Freyre o Brasil se tornaria um país potente que deslumbraria um futuro brilhante, porém, condicionado a uma permanência das raízes ibéricas, ou seja, uma plena continuação das estruturas coloniais que aqui já se mantinha por mais de três séculos, “O Brasil tem o seu futuro aberto, não há nada que o torne inviável, que o ameace no horizonte – desde que ele seja mais passado do que futuro, mais continuidade do que mudança”.¹⁸

Fica claro que Gilberto Freyre era avesso a uma mudança radical nas estruturas da sociedade brasileira, mais, qual seria o temor que esta mudança poderia causar? Ou melhor, o que o rompimento da continuidade ibérica na sociedade brasileira causou na jovem nação que nascia naquele instante? Era como se o Brasil não conseguisse ainda se apoiar com seus próprios pés e deveria se ter uma perene vigilância daqueles que foram os nossos ícones de um passado áureo da colonização.

Assim, Gilberto Freyre configura seu reelogio as práticas colônias, transportando-nos para um universo onde o nosso passado representa a construção de um presente viável, e um futuro de prosperidade. A visão de Freyre é um instrumento norteador do pensamento historiográfico brasileiro, de sua obra Casa Grande & Senzala, direcionamos um olhar diferenciado sobre a constituição da identidade do povo nordestino e brasileiro. A obra de Freyre deixou um legado cultural de vasta compreensão e ao mesmo tempo de vastos questionamentos, principalmente sobre a índole deste povo, Casa Grande & Senzala representa um enorme divisor de águas, que planifica a história da continuidade, mais acentua a importância da miscigenação como fator primordial para formação do povo brasileiro.

Para Freyre o encontro das raças e conseqüentemente a miscigenação, foi algo que fraterno, amistoso, ou seja, solidário, generoso, as diferenças poderiam se agrupar perfeitamente, sem nenhum impedimento, algo que mágico, para povos que se demonstravam tão diferentes. Desta premissa, surge a hipótese de uma larga democracia racial, que é explícita em sua obra, Gilberto Freyre coloca que principalmente o português estava predisposto para o entrelaçamento, isto facilitaria uma branda convivência e harmonia nas diversas situações da vida social do Brasil.

¹⁷ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003, p. 51-54.

¹⁸ *Ibidem*, p. 82.

Do ponto de vista étnico, o português não era um branco puro, e do ponto de vista cultural, não era um europeu puro. Assim, “impuro” étnica e culturalmente, ele estava predisposto a colonização híbrida dos trópicos e escravocrata dos trópicos. Etnicamente, o português já era miscigenado. O povo português é ao mesmo tempo europeu e africano. A influência africana ferve sob a europeia na vida sexual, na alimentação, na religião. É uma população já mestiça. Não há um tipo unificado de português. A raça não tem em Portugal um papel profundo. É um povo bicontinental.¹⁹

Esta democracia racial será um pressuposto do pensamento de Freyre, ele abordara que, a partir da predisposição dos portugueses para o entrelaçamento das etnias este processo de miscigenação será democrático e permitirá uma confraternização entre as três raças constitutivas da identidade brasileira. Agora como ponto de questionamento, esta democracia racial pode ser considerada como uma grande ilustração do autor, que em suas entrelinhas consolida a permanência das instituições portuguesas como centro alvo do processo de construção da identidade nacional, ou seja, a partir desta disposição em se relacionar com outros povos, os portugueses poderiam determinar o ritmo da colonização, e assim concretizar os ideais mercantilistas por traz de uma idéia de democracia das raças.

Desta forma a idéia de uma democracia racial, torna-se um dos questionamentos que devemos fazer a esta sublime obra da historiografia do Brasil. Que tipo de democracia era esta? Onde, mais se parecia uma ditadura racial. Exposto o ideal desta democracia das raças, Gilberto Freire aponta para o local que evidentemente acontecera este encontro feliz e amistoso das raças, ou seja, onde de fato esta democracia existiu.

O engenho será este palco, podemos até afirmar que a identidade nordestina nasceu nos rugidos do pensar da cana, do escorrer do caldo, da fervura, e do trabalho escravo do índio nativo e do negro africano. Mais, precisamente o engenho será a unidade de produção mais importante do período colonial que posteriormente vai ultrapassar a transição colônia-império. Se mantendo como o lugar ideal para o encontro das culturas, o professor José Carlos Reis descreve a colocação de Gilberto Freyre, “Esta confraternização ocorrerá na Casa Grande, que não se separa da senzala, mas a exclui. Ela é uma construção típica brasileira, correspondente ao novo ambiente físico e a nova atividade portuguesa: a monocultura escravista”.²⁰

A estrutura consolidada na Casa Grande, vai se transferir para o seio da sociedade colonial que posteriormente vive a chegada do período imperial. Na Casa Grande, o sistema social é regido pelo patriarcalismo, onde a figura do Senhor de engenho torna-se suprema, fazendo até às vezes do Estado, dentro de sua propriedade, o senhor criava as leis, julgava e aplicava as sentenças, estabelecendo assim uma supremacia. Isto nos faz perceber que a

¹⁹ *Ibidem*, p. 68.

²⁰ *Ibidem*, p. 70.

nossa sociedade, foi constituída de forma patriarcal e aristocrata a partir do desenvolvimento da lavoura da cana-de-açúcar. O nordeste brasileiro será o referencial desta sociedade, é aqui que este sistema se consolida e torna o Brasil nos tempos da colônia a mais importante peça do sistema de exploração, e nos tempos de império, um novo país que poderia ter um futuro áureo, próspero. É desta forma que a obra de Gilberto Freyre apresenta mais um ponto culminante da história do Brasil, nossa formação social, a partir da estrutura da Casa Grande que como foi bem mencionada era tipicamente brasileira em sua construção, porém interiormente portuguesa, pois as estruturas de seu governo retratavam toda a ação do colonizador.

Mantendo os olhos fixos nesta perspectiva historiográfica de Gilberto Freyre, podemos perceber seu dualismo, em descrever o Brasil português mais ao mesmo tempo miscigenado.

Este Brasil miscigenado que Freyre descreve, e que, inicia-se na predisposição do português para a convivência com outras raças, apresenta um elemento fundamental para a construção da identidade nacional, mais é essencialmente no nordeste que sua cultura é absorvida. O “negro”.

O Brasil dos três séculos fundamentados na cultura colonial, principalmente da cana-de-açúcar, recebeu uma forte influência do elemento negro, ou seja, nossa identidade como região e conseqüentemente como nação esta apoiada na cultura negra. O negro deu uma nova característica as bases sociais e econômicas do Brasil, mesmo vivendo no regime servil de exploração. Agora o olhar se volta para a Senzala, que evidentemente é excluída das narrações historiográficas mais tradicionais. A senzala, estrutura física do engenho revela a outra face de uma vida social aristocrata da casa grande. É na Senzala que se constrói uma miscigenação cultural, é lá que surge esta multiculturalidade que existe nos dias de hoje, neste ambiente nasce um novo Brasil, de identidade negra.

É nos engenhos de cana do nordeste e nas fazendas de café do sudeste que a escravidão torna-se a mola mestra da economia colonial e conseqüentemente do império. O elemento negro torna-se fundamental para o progresso da antiga colônia e do novo país que emerge. Diferentemente de Varnhagem, Gilberto Freyre não vai omitir a participação ativa do negro na formação da sociedade brasileira, ele o classifica como elemento indispensável, pois suas lutas e seu modo de vida penetraram na sociedade colonial e posteriormente imperial de uma forma brusca via escravidão, mais ao mesmo tempo propicia, visto o desenvolvimento econômico que era as bases do escravismo.²¹

A visão de Gilberto Freyre sobre a constituição da sociedade brasileira será um ponto de culminância para o entendimento do processo histórico do país. O Brasil

²¹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003, p. 63-78.

verdadeiramente soube hospedar culturas tão diferenciadas, ou seja, esta hospedagem foi harmoniosa, onde era nítida a troca de valores, e a reciprocidade cultural, o conquistador e o conquistado se depararam com uma situação muito agradável que conseqüentemente gerou esta sociedade que vivemos hoje²².

Ao longo da história, outras visões sobre a formação da sociedade brasileira foram construídas, visões estas que defendiam a lógica do mestre Freyre, mais que também criticavam seu dogmatismo da continuidade portuguesa no Brasil.²³ Mas, estas novas impressões tiveram como prumo norteador a obra de Freyre, no entanto se desenvolvem em questionamento referentes a sua visão.

O Brasil precisa de uma definição mais clara de sua história, ficar atrelado a pontos de vista que observaram o Brasil de cima para baixo, é evidentemente uma contradição para aqueles que querem desvendar este paradigma da formação de nossa identidade como região e como país.²⁴ A história nos proporciona esta oportunidade na medida que, enxergamos os lados e as visões opostas dos grandes escritores. É o caso de Capistrano de Abreu (1853), que para muitos é considerado uma espécie de Heródoto do Brasil, pois, em suas impressões sobre o Brasil estão inseridas visões que hora concordam com a tradicionalidade da historiografia, e em outros momentos se contrapõem à certas afirmações sobre a formação de nossa sociedade.

O fato é que Capistrano de Abreu constrói um novo jeito de olhar o Brasil e conseqüentemente seu povo, ele nos faz mergulhar em um Brasil de dentro para fora, ou seja, o Brasil que realmente era Brasil. A produção de Capistrano vai ser elaborada em um contexto diferente da Varnhagen, pois as duas visões se culminam na construção da história do Brasil, mais se divergem em pontos fundamentais. Um dos primeiros aspectos relevantes era a origem dos dois, Varnhagen fruto de uma sociedade aristocrata e conservadora ao moldes da monarquia. Capistrano, nordestino de aparência feia, filho de um Senhor de posses, marcado pela influência católica.

Estas diferenças de origens foram fundamentais para a construção da obra de Capistrano, pois, o mesmo em sua obra apresentou um Brasil que teve a maciça influencia portuguesa mais que porém era brasileiro, ou seja, nossa identidade sempre foi genuinamente brasileira, e não portuguesa como defendia Varnhagen e exaltava Gilberto Freyre. Para o professor José Carlos Reis (2003), Capistrano pode ser considerado um redescobridor do Brasil, sua visão passa a dar uma nova ênfase a historia do Brasil, agora era o Brasil descrito por um brasileiro e de modo mais particular um nordestino, mas, qual seria o futuro do Brasil apresentado por Capistrano?

²² *Ibidem*, p. 63-78.

²³ *Ibidem* p. 63-78.

²⁴ *Ibidem*, p. 63-78.

Que Brasil tão desconhecido era este aos olhos das elites dominantes?. Ao suscitar estes questionamentos de sua obra, defino que Capistrano foi essencial para a construção de nossa identidade, sua recusa do passado faz aparecer um Brasil típico brasileiro, um país de homens e mulheres fortes que tendem a prosperar e que rejeitam a continuidade de uma elite medíocre e exploradora.²⁵

Embora a visão de Capistrano de Abreu seja fundamental para o entendimento do processo histórico do Brasil, não se pode descartar as visões anteriores e contemporâneas de Capistrano, seu novo olhar sobre o Brasil o tornou uma espécie de norteador, agora quem quer entender o verdadeiro Brasil deveria ter acesso a obra do nordestino de aparência feia que com seus escritos apresentou os verdadeiros paradigmas da nação emergente. Capistrano foi definido da seguinte forma, era sem dúvida um erudito, um desbravador, com alguns momentos iluminados, revelou novas fontes e fez uma leitura inovadora da história do Brasil.²⁶

A ardua façanha de Capistrano de Abreu com sua obra Capítulos de História Colonial, se apresenta com um objetivo muito claro, o mesmo nos faz perceber como o Brasil poderia construir sua própria história sem a mancha exterior proporcionada pela herança portuguesa. Mas, como construir uma história, uma identidade brasileira sem a presença portuguesa? Fica muito complicado desvincular uma coisa da outra, pois não se pode imaginar a história do Brasil, ou, a formação da sociedade brasileira sem a pertinente influência Ibérica.²⁷

Porém não se pode negar que o Brasil tenha uma história individual, ou seja, brasileira por essência. Provar esta questão requer uma análise mais detalhada dos clássicos que interpretam a construção da identidade nacional, mais, a partir da obra de Capistrano é possível observar que o Brasil tem sua própria identidade, sua própria história.

Se a história é feita de sujeitos que vivem a mesma, o princípio primordial da história do Brasil deve ser seu povo, neste instante direcionamos olhar para o povo nordestino, que sem querer machucar a outros, é sem dúvida o mais brasileiro de todos. Se o povo é quem faz a história, e a mesma segue a dinâmica do tempo, o nordeste do Brasil é sem dúvida o berço da história deste país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

As lutas que aqui foram desencadeadas ao longo deste processo de construção de identidade nacional se tornam o maior referencial de uma história constituída pelo povo, o

²⁵ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: De Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003, p. 87-114.

²⁶ *Ibidem*, p. 94.

²⁷ *Ibidem*, p. 87 – 114.

sangue das vitórias e derrotas formam o alicerce que hoje pisamos e reverenciamos. Este é o passado a se resgatar, o passado do povo, não o das elites que dominaram e exploraram as massas populares, e que nos dias de hoje ainda se apresentam como as soluções para os diversos problemas que afetam a região e o país. Capistrano enfatiza que é do povo que vem a verdadeira face do Brasil, esta atribuição faz com que o povo seja realmente este sujeito de sua história, mais não só sujeito como também protagonista, atribuirá a este povo a condição de sujeito da sua própria história, que não deveria vir mais nem de cima e nem de fora, mas dele próprio.²⁸

Não fugindo do contexto histórico, Capistrano de Abreu em Capítulos de História Colonial segue o mesmo panorama dos demais escritos produzidos em relação a história do país, ele acentua a presença das etnias, dando a cada uma delas uma respectiva importância no processo de formação da identidade nacional. Mas, como elemento de diferença em sua obra, fica nítido o sentimento anti português, isto configura a posição de Capistrano em relação a Varnhagen, ou seja, o sentimento anti português é a principal diferença entre os dois escritores. Isto não significa que a presença portuguesa não teria sido importante, porém Capistrano não era de acordo com algumas posições expostas por Varnhagen.

Sem dúvida, a visão de Capistrano nos faz entender um Brasil totalmente diferente, visto agora da praia e não da caravela de Cabral como descreve o Prof. José Carlos Reis (2003), ou seja, o Brasil interior, aquele que desde o seu início deveria ser descrito, aquele que descobriu o sentimento de brasileiro.²⁹ Diante desta descoberta do sentimento brasileiro e do sentido real de sua história proposto por Capistrano de Abreu em sua obra, agora devemos analisar a importância da região que é sem dúvida o berço da identidade nacional, o nordeste brasileiro, dotado de contrastes, apresenta-se como a região de ênfase de nossos estudos.³⁰

A construção da identidade do povo nordestino e seus valores estão ligados intimamente a formação da identidade nacional, isto ficou claro e evidente na análise dos descobridores e redescobridores do Brasil, mais, agora fica em questão, que tipo de identidade nós temos? O que leva a região nordeste a se diferenciar tanto das demais regiões do Brasil? Quais são as perspectivas da região? O que se pode esperar do nordeste dentro das mudanças ocorridas no contexto histórico nacional? Estas indagações prefiguram a definição e objetivo maior deste estudo, tentar definir a identidade de um povo que durante o processo histórico concedeu as bases econômicas, políticas e culturais da nação.

²⁸ *Ibidem*, p. 95.

²⁹ *Ibidem*, p. 95.

³⁰ *Ibidem*, p. 95.

A identidade nordestina não está simplesmente em suas manifestações antropológicas culturais, estas podem ser definidas como o rosto da nossa identidade, mais, a essência do nosso povo está fundamentalmente em nossa história. Pode até parecer algo repetitivo, mais, porém, é evidente que o nordeste do Brasil se revela como o berço da nossa história, e aqui neste momento não quero mais fazer apologias aos triunfos do passado, mesmo tendo a consciência que os mesmos foram de suma importância para a construção deste estudo.

Reporto-me neste momento ao regionalismo existente nas entranhas do nordeste, a este sentimento tão forte que nos faz transfigurar uma aparência diferenciada de outras partes da federação. Observar tal aspecto é entender a origem da região nordeste, uma região que apresenta momentos de ascensão tanto no mundo político-econômico quanto na diversidade cultural, e que rapidamente expõe seus declives, mais que ao longo do processo histórico preserva a identidade de uma região forte e sofredora.³¹ Neste contexto é necessário observarmos os efeitos causados pelo processo de colonização na formação da identidade do povo nordestino. De fato, como o fator econômico influenciou na formação da identidade deste povo? Que tipo de sociedade surgiu mediante as consequências desta miscigenação? Diante destes questionamentos apresenta-se a necessidade de um detalhamento referente a estes aspectos importantes que contribuíram para a construção da história do Brasil e conseqüentemente do Nordeste.

6. REFERÊNCIAS:

CHAUÍ, Marilena. **História do povo brasileiro**: Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**: do descobrimento à globalização. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. São Paulo, Global, 2004.

JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Editora Cortez, 2001.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Brasil: Colônia**. São Paulo, Contexto, 2001.

MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Capítulo I, A questão da identidade. 1984.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: De Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003.

³¹ JUNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **A invenção do Nordeste e outras artes**. Recife, Editora Cortez, 2001, p. 76-78.

MARGRAVE – TRILHAS E CAMINHOS COLONIAIS DO RIO GRANDE

Walner Barros Spencer, Dr.
Sociedade Norte-rio-grandense de Arqueologia e Meio Ambiente / SONARQ

Levy Pereira, Esp.
Natal Land Clube / NLC

1. Introdução

Há 375 anos atrás as tropas batavas da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais – *der Geoctroyeerde West-Indisch Compagnie* – W.I.C. – ocupavam o Rio Grande do Norte. Desde então, muito se falou e se escreveu sobre os holandeses, seus feitos e desfeitos.

De um lado, tecem-se loas, de outro, proferem-se impropérios. Aqui, argua-se a competência; ali, denuncia-se a ganância inaudita. Um pouco atrás, admira-se a tolerância religiosa; adiante, abomina-se a crueldade impiedosa.

Esse jogo de puxa-empurra, por vezes equivocado, por vezes bizarro, alardeando nacionalidades, conclamando parcialidades, debatendo direitos, asseverando conquistas, documentado alguns, artificioso outros, adentrou mesmo o campo histórico.

A emoção está presente – mesmo que subliminarmente – na grande maior parte das obras históricas brasileiras sobre o assunto. Elas trazem uma visão portuguesa – melhor dizendo, ibérica – da questão do domínio do Nordeste brasileiro durante 24 anos por uma companhia de comércio formada com acionistas dos Estados Gerais dos Países Baixos Unidos – ditos, erroneamente, Holanda.

Valorizar a cientificidade, exercer a imparcialidade histórica – mesmo que não se possa ser neutro em razão dos conhecimentos que temos hoje e pela nossa *visão-de-mundo* – solicita identificar as evidências que ajudem a explicar a realidade do momento histórico considerado.

O domínio batavo do Nordeste brasileiro está perfeitamente adequado a este propósito, pois foi uma conquista efetuada por uma companhia de comércio que buscava, preponderante e especialmente, a lucratividade dos investimentos realizados. Afinal, como companhia acionária devia distribuir dividendos dos lucros auferidos em seus empreendimentos. Assim reza o Artigo XVI dos Privilégios concedidos e acordados em 1621 com “*as Nobres e Altas Potencias dos Estados das Províncias Unidas dos Países Baixos*”:

“Todos os 6 [sic] annos deve fazer-se um balanço geral de todos os equipamentos e retornos, assim como dos lucros e perdas da Companhia, separando-se a conta dos negócios da que se referir à guerra... e também devem ser feitas as partilhas dos lucros dos negócios, sempre que se achar que haja 10% de lucro¹.”

A cada balanço, os acionistas podiam optar por manterem o capital aplicado, no todo ou em parte, por mais um período igual de tempo, ou se retirarem da sociedade, recebendo o capital inicial em prazo determinado pelo Conselho dos XIX, a Assembléia Geral.

Nunca é demais lembrar que os acionistas da W.I.C. não eram unicamente formados pelas províncias de Amsterdã, Zelândia, Mosa, Holanda setentrional, Frísia e Groeninga, mas também de cidadãos comuns de qualquer país:

“XXIV - Todos os habitantes das Províncias Unidas e de outros países devem ser avisados por meio de editais que... serão aceitos os capitais que quiserem empregar na Companhia...²”

O lucro dessas companhias baseava-se no saque das riquezas tangíveis e de fácil conversão, principalmente metais e pedras preciosas adquiridas por ações de corso, permitidas pela Carta de Privilégio dada à W.I.C. pelos Estados Gerais.

A Companhia também auferia lucros no confisco dos bens de comércio dos conquistados, como cargas depositadas nos armazéns e portos. Quando possuíssem direitos de comércio, o redito incluía a taxação dos comerciantes e, mais tarde, com a conquista de territórios, com os tributos sobre a população. Também lucravam na importação e exportação de mercadorias. Por último, buscava lucrar aproveitando-se dos elementos econômicos existentes, visando à produção de produtos da terra com procura na Europa

A W.I.C. ainda se proclamava um instrumento eficiente de guerra contra o reino de Espanha, pois, como diz Joannes de Laet, de Antuérpia, diretor da Companhia:

“Não há afinal meio mais expedito e seguro de chamar o inimigo à razão do que guerreá-lo continuamente na América e assim supprimir a fonte de suas melhores rendas, para o que não faltarão à Companhia zelo e capacidade, bastando que o governo se digne de lhe dar a mão.³”

Em um primeiro momento, portanto, destruir, parece ter sido tão importante quanto saquear, no contexto da guerra das Províncias Unidas e a Espanha. E capturar

¹ LAET. Joannes de. História dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do anno de 1636. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. XXX (1908), 1912. p. 4.

² Id., Ibid. p. 12.

³ LAET. Op. cit. p. 10-11.

e destruir embarcações dos inimigos, após apoderar-se do butim, era prática comum efetuada pelos navios corsários da Companhia tanto no *Mare Brasilicum* quanto no *Mare Caribaeum*.

Conquanto existam nos Privilégios e seus complementos, alusões várias ao comércio, aos direitos e aos preços de venda de mercadorias arrecadadas, e negociadas pela Companhia; à formação das tropas de guerra; aos portos de chegada e partida nos Países Baixos; à distribuição e repartição dos bens desembarcados; à arrecadação de tributos, aos cometimentos de guerra, e outros, eles nada dizem sobre a colonização de outras terras, da administração de outros povos, do gerenciamento de lavouras, e da produção e beneficiamento dos produtos delas oriundos.

O mais próximo disso, como papel da Companhia, nos direitos e deveres a ela concernentes, é o artigo que estipula o povoamento – note-se a ressalva – de lugares desabitados e férteis. A bem da verdade, a idéia de colonização de terras por parte das Províncias Unidas, e a construção de um império extra-europeu, era a plataforma inicial de Willelm Usselinx, o mentor da W.I.C., que terminou derrotado em seus ideais e concepções.

Não é de estranhar que historiadores como G. Edmunds, citado por Wätjen, são taxativos em afirmar o espírito de agressividade da Companhia Privilegiada⁴:

*“A trading company in name, and armed and semi-independent corporation in reality, aiming indeed at profit, but profit by war rather than peace, its object being to strike home at the national foe upon his most vulnerable side and thus to bring him the more speedily to his knees.”*⁵

Ao correr dos anos, entretanto, a Companhia foi encontrando dificuldades de manter prospectos de abonamento e riqueza, de um lado, e de agir em detrimento da Espanha, causando-lhe prejuízos, de outro, ainda mais quando em comparação com a sua rival conterrânea, a Companhia Privilegiada das Índias Orientais. Nem tudo lhe saía a contento.

Não se esperava um grande comércio com os nativos desses lugares – América e África -, pois de pouco precisavam além de machados, facas, corais e outras bagatelas. Além disso, quase não se vestiam. Consequentemente, não podiam esperar grandes volumes de carga para serem transportadas de um para outro lado.

⁴ EDMUNDS. In: Wätjen. Hermann. *O domínio colonial hollandez no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938. p. 83

⁵ “Uma companhia de comércio no nome, uma corporação armada e semi-independente na realidade, fitando lucro na verdade, mas lucro por meio da guerra mais do que pela paz, e tendo por objetivo atacar ao inimigo nacional na casa dele, e assim fazê-lo ajoelhar mais facilmente.” (Tradução livre do autor).

O próprio curso estava cada vez mais dificultado pelo estado de alerta da Espanha. As frotas estavam sendo fortemente comboiadas, e somente a sorte de alguns, e o mau destino de outros, fazia com que alguma presa valiosa se desgarrasse e fosse encontrada pelos navegantes de curso.

Resta forçar os ibéricos a fazer a paz e incrementar o comércio ou, na recusa, privá-los definitivamente de seus lucros, inclusive estabelecendo os seus nacionais – os batavos – no lugar deles para haurir dos proveitos decorrentes. A idéia se fortalece quando a Companhia começa a sofrer forte pressão por parte dos Estados Gerais para atacar a América – nervo econômico da Espanha, enfraquecendo-a.

A W.I.C. pondera e busca se esquivar dessa missão. Por que arriscar o melhor da Companhia em uma aventura cheia de incertezas?

A Companhia estava bem informada sobre a América, e mais se informava sobre o que lhe interessava: quais os pontos fracos e os fortes. Em vista desses cuidados, a primeira opção era a de percorrer insistentemente a costa americana, atrapalhando o carregamento das riquezas para a Espanha, e forçando-a a gastar na reparação das fortalezas costeiras, e no aumento da frota de guerra. A W.I.C. pretendia se ressarcir de seus custos pelos atos corsários e, concomitantemente, enfraqueceria a Espanha – pouco lucro, mas bastante dano. Enquanto isso, tentaria golpes de mão em alguns pontos do Brasil, até achar o ponto mais fraco.

E assim, diz Laet, a Companhia, por força das armas empreendeu, *“por mar e por terra, contra o rei de Hespanha e seus súbditos ... principalmente na afamada província do Brasil, onde a Companhia acabou por fazer assento, substituindo-se aos seus inimigos⁶...”*.

2. Rio Grande - Præfecturæ batava

A Capitania do Rio Grande foi uma onde os batavos mantiveram núcleos populacionais e na qual levaram uma vida com certa organização social, convivendo, com humor variado, com nativos e colonos portugueses, durante cerca de 20 anos. Qualquer um poderia ter nascido e vivido nesse território, nessa conjuntura, e atingido a idade adulta, independente de etnia, nacionalidade ou partido.

Não houve atos constantes e regulares de guerra no Rio Grande, mas sim fatos isolados como a tomada da Fortaleza dos Santos Reis – marco inicial da presença neerlandesa -, das lutas em Cunhaú e lagoa de Guaraíras, além de quatro ou cinco razias de maior envergadura das guerrilhas pernambucanas ao sul do território no intuito primordial de destruir canaviais e arrebanhar gado vacum.

⁶ LAET. Op. Cit. p. 34-35.

Fora disso, não há documentação suficiente para afirmar que a presença holandesa ali tenha sido eivada de violência, excluindo duas matanças realizadas por tropas mistas de soldados e nativos das nações potiguara e tarairiú, sobre cidadãos. Mas, asseverem-se, estes foram fatos isolados no contexto de uma guerra violenta, e muitas vezes cruel, de qualquer dos lados envolvidos.

Seguramente, houve paz durante 12 anos, e ao tempo da administração do Conde Maurício de Nassau – de 1637 a 1644 -, uma relativa concórdia e mesmo amizade entre a totalidade dos moradores, como se pode depreender, inclusive, pela eleição de portugueses como escabinos - membros do Conselho de cada Prefeitura⁷.

O Rio Grande holandês apresenta certas particularidades que passam despercebidas muitas vezes. Mesmo sendo uma das Capitânicas em que os holandeses permaneceram por longo tempo, foi a que menor destruição física sofreu. Isso porque estava protegida geograficamente do contato regular e diuturno com as forças que buscavam destruir aos holandeses. Não é por acaso que ela garantiu durante longo tempo a alimentação das forças militares da Companhia com a carne de seu enorme rebanho de gado vacum.

Mesmo no auge das atividades das guerrilhas pernambucanas que incendiaram com suas tropas mistas as Capitânicas ao norte de Pernambuco, elas nunca adentraram extensivamente o território rio-grandense.

As tropas pernambucanas atacaram o Cunhaú e suas circunvizinhanças, inclusive a ilha que ficou conhecida como do Bom-Sucesso, hoje, com muita probabilidade, o local conhecido por Ilha do Maranhão. Andaram em força naquelas regiões inquietando aos batavos, e alcançaram a Lagoa de Guaraíras para lhes tomar as trincheiras e a casa forte construídas em uma pequena ilha, que ainda está lá, marcada pelas velhas cicatrizes dos sangrentos combates.

Uma só vez as tropas ibéricas perpassaram pelas áreas ao norte do rio Trairi. O fato ocorreu em 1640, quando da inusitada marcha épica das tropas desembarcadas em Touros, e que, sob o comando de Luiz Barbalho Bezerra, demandaram à Bahia, pelejando praticamente durante todo o caminho até o rio São Francisco.

Fica claro, portanto, que a Capitania do Rio Grande, devido principalmente à sua localização geográfica em função das disposições das forças portuguesas e

⁷ Os escabinos constituíam tribunais municipais de jurisdição civil e criminal, compostos de quatro membros (na PB e RN), de três. Como assistentes do Esculteto, que exercia funções de chefia administrativa, judiciária e de polícia, formavam com ele o Conselho Comunal.

espanholas – postadas estas para lá, além São Francisco – ficou defesa de ataques militares terrestres por um longo tempo.

No que tange às tropas pernambucanas – que usavam com muito êxito a tática das guerrilhas – o terreno do Rio Grande, em sua generalização – não lhes oferecia maiores facilidades, pois não havia a presença constante e maciça de matas, enquanto sobejava a campina. Como sabemos, esse tipo de guerra é baseada na ação de pequenas unidades táticas que atacam de inopino e de súbito desaparecem nas matas. Assim, a leitura dos cronistas da guerra dos pernambucanos contra os *holandeses* está eivada de alusões a matas fechadas onde se homisiava a população fugitiva e as tropas de guerrilhas.

A guerra luso-espanhola contra as forças da Companhia Privilegiada, á moda continental européia, com grandes manobras de tropas ou com o recolhimento a sítios defensivos, foi perdida, pois os holandeses a conheciam e eram muito experientes nela. Diferentemente, destarte, foi a guerra dos pernambucanos: rápida, solerte, fugaz, com tropas de todos os tipos e cada uma demonstrando novas peculiaridades de luta, quase que intangíveis, que faziam uma guerra visando o enfraquecimento de recursos da outra parte, ao esgotamento de seus víveres, a lhe impor dificuldades logísticas, com ataques e fugas quase que instantâneas, baseados tanto no conhecimento da terra para seus movimentos quanto para a sua alimentação – enfim, a guerrilha. E a eficiência e eficácia desta dependiam da existência de matas.

Os caminhos são sempre ínvios, necessitando de práticos que os conheçam. Os indígenas eram guias prestimosos, não só porque habitavam a terra secularmente, mas porque muitos dos caminhos – quiçá a maioria – era uma derivação ou extensão de antigos caminhos indígenas, os quais, anteriormente serviram de ligação entre as diversas tribos amigas, ou levavam à fronteira com as inimigas.

Desses caminhos haviam servido-se os franceses nos ataques à Paraíba, para impedir a colonização portuguesa, e foram usados igualmente pelas tropas lusitanas que acudiram de Olinda, em defesa e que foi combater aos potiguares no sopé da Chapada da Borborema.

As tropas terrestres que vieram apoiar a construção e a manutenção da Fortaleza dos Santos Reis percorreram essas mesmas antigas trilhas, e vinham de tribo em tribo, encontrando-as, como dispostas em rosário, e combatendo-as.

O primeiro caminho da Capitania – useiro e vezeiro -, que vinha da Paraíba por Tamatanduba, atravessava a várzea do Cunhaú, volteava a lagoa de Guaraíras – onde hoje é Tibau do Sul – passava por Campo de Santana velho, flexionava para oeste em direção à aldeia da aldeia de Mopubu, e dali alcançava Natal em um estirão

fatigante por dentre as dunas de Cajupiranga, serviu durante séculos aos esforços de consolidar a presença lusitana na região.

Quando se percorre partes desses caminhos - ainda as há, quase que intocadas – a impressão que se tem é de que eram como que túneis a atravessarem extensões fechadas de grandes e altas matas, pouco propícias a serem desbordadas, de visão periférica interior difícil, como que feitas a propósito para gente emboscada. As picadas eram estreitas, e a locomoção obrigava ao dispersamento da tropa. Um entreveiro nelas, com gente mal distinguida atacando, apresentava poucas opções de se retrair em ordem ou furtar-se ao combate em posição desfavorável.

Dominar a geografia, portanto, entender os caminhos, conhecer as picadas e as trilhas no meio da mataria, é vital para vencer. Da mesma forma, esse conhecimento, esse deslindar do emaranhado de picadas, das opções de caminho, das localizações dos elementos econômicos fundamentais como currais e aldeias, dos passos de rios, da posição das lagoas, das possibilidades de trânsito de um para outro lugar, é básico na compreensão de determinados fatos dessa época histórica tão importante que, tal qual um *landmark* – assinala um momento ímpar na história.

Este trabalho nasceu da percepção de que partes dessas velhas trilhas ainda persistiam, e esta percepção foi nascida da identificação arqueológica, feita pela equipe de um dos autores, Walner B. Spencer, em 2005, de uma parte do caminho colonial que cruzava – ao tempo em que ainda existia – uma língua de terra a leste da lagoa de Guaraíras, em direção ao abandonado local do primeiro e secular Campo de Santana, ao pé do Morro da Fumaça.

O trabalho de pesquisa é o resultado de uma parceria científica com o Natal Land Clube, na pessoa de seu presidente, o engenheiro aeronáutico Levy Pereira.

Mais de 4.000 quilômetros foram rodados em fins de semana, para conhecer, deslindar, percorrer, perguntar, conferir, confrontar, testar hipóteses e conjecturas.

Um agradecimento em especial a algumas pessoas:

Ao jornalista e jipeiro Roberto Guedes, que apresentou os autores um ao outro, pois teve a intuição de que a parceria entre os dois seria culturalmente frutífera; ao Dr. Edgard de Carvalho, grande conhecedor das histórias desta terra, e que tão cortês e desprendidamente nos deu acesso à sua coleção de mapas e cartas geográficas coloniais; ao engenheiro Tadeu Deusdará, que nos proporcionou apoio técnico no geo-referenciamento de diversos mapas; aos membros do Natal Land Clube, que, em seus Land Rovers, participaram das viagens de busca e identificação dos caminhos de Margrave, com suas intermináveis – e por vezes tediosas – idas e vindas; aos integrantes da SONARQ – Sociedade Norte-rio-grandense de Arqueologia e Meio

Ambiente – que estiveram sempre dispostos ao trabalho de campo, buscando indícios e vestígios identificatórios, e mantendo o espírito de camaradagem.

3. A transposição dos mapas de Margrave para ferramentas do Século XXI.

Objetivo: indicar da forma mais precisa possível em mapas de GPS os entes dos mapas da costa do Ceará e da Prefeitura do Rio Grande feitos por Margrave e publicados em 1647

Mapas utilizados:

Mapas Base:

- Mapas “*MARITIMA BRASILIAE UNIVERSAE*” e “*PREFECTURAE DE PARAIBA, ET RIO GRANDE*” obtidos do conjunto “BRASILIAE Geographica & Hydrographica Tabula nova, continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapoáma, de Paranambúca, Itâmaracá, Paraíba, & Potijí, vel Rio Grande”.

Mapas contemporâneos:

- Pranchas NATAL, SÃO JOSÉ DO MIPIBU e GUARABIRA, do IBGE, em escala 1:100.000;
- Mapas municipais de Macaíba, Canguaretama, Natal, São José do Mipibu, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Parnamirim, Nísia Floresta e Goianinha, escala 1:10.000.

Mapas de GPS:

- Mapas Tracksource Municipal e Tracksource Rodoviário elaborados pelo Projeto Tracksource Brasil para os softwares GPS TrackMaker e GARMIN MapSource;
- Mapas, imagens e objetos do software Google Earth.

Mapas históricos:

- “Capitania General de Pernambuco” publicado no livro do Henry Koster;
- “PROVINCIA DI PARAIBA” BN cart96519fo13

Entes trabalhados:

- Hidrográficos: rios e lagoas;
- Topográficos: cabos, baías, portos e barras de rios;
- Todos os entes nomeados (topônimos) e destacados na “NOTULARUM EXPLICATIO”, quadro com a convenção da simbologia para cidades, aldeias, fortalezas, caminhos, matas, campo, igrejas, currais, engenhos, casas, etc.;
- Todos os entes não nomeados mas reconhecíveis.

Ferramentas informáticas utilizadas:

- Equipamentos GPS – empregados na navegação para alcançar e mapear pontos de interesse, seus acessos e trajetos (caminhos): GARMIN GPSMAP 278, GARMIN GPSMAP 60 CSx e GARMIN GPSMAP 276C;
- Softwares de interação microcomputador-GPS:
 - GTM TrackMaker, <http://www.gpstm.com/>;
 - MapSource, da Garmin Ltd, <http://www.garmin.com/>;
 - Google Earth, da Google, <http://earth.google.com/>.
- Digitalização de imagens – scanner integrado HP Photosmart C3180 All-in-One e scanner ..., para digitalização dos mapas base e contemporâneos;
- Edição de texto e tratamento e apresentação de informação – MS Office: Excell, Word e Power Point;
- Máquina fotográfica e filmadora digital para registro digital de imagens usadas no trabalho e sua documentação.

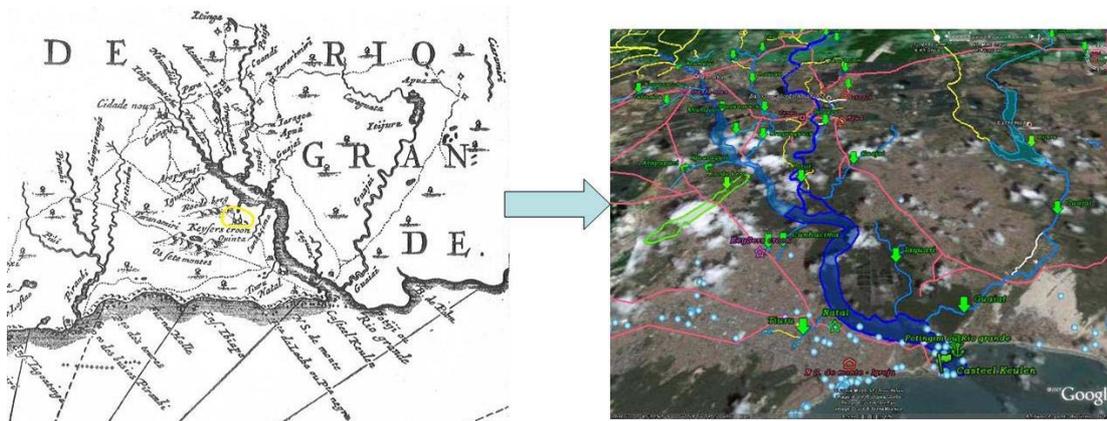
3.1 O papel dos softwares de interação microcomputador-GPS.

- GTM TrackMaker – escolhido pela facilidade de
 - Editar os entes básicos do mapeamento para GPS, a saber:
 - Ponto de interesse (waypoint) - usado para identificar entes pontualmente, tais como engenho, cidade, curral, fortaleza, salina, etc.;
 - Trajeto – empregado para definir rios, linha de demarcação ou de limite, e caminhos;
 - Polígonos fechados, para desenhar lagoas, rios largos e áreas de interesse.
 - Receber as imagens digitalizadas dos mapas base e contemporâneos para calibração, tornando-as pseudo-georeferenciadas, e assim podendo ser usadas para auxiliar na edição dos entes;
 - Interagir com o aparelho de gps, carregando ou descarregando waypoints e trajetos;
 - Transferir para o programa google earth os entes e as imagens digitalizadas de mapas.
- Garmin Mapsource – escolhido por ser o único capaz de transferir para aparelhos de GPS os mapas base de navegação em campo como o Tracksource Roteável Rodoviário e o Tracksource Municipal. Carregados com esses mapas, os aparelhos de GPS podem criar rotas eficientes de forma automática para se chegar por vias em uso nos ou nas proximidades dos entes.
- Google Earth – escolhido como programa para a apresentação e divulgação dos resultados deste trabalho, entre outros, pelos seguintes motivos:
 - Software livre, bastante popular, de fácil obtenção e de utilização interativa e simples;
 - Baseado em imagens de satélite, apesar de que em algumas regiões a resolução dessas imagens, por enquanto, ainda não apresenta resolução alta. Isso tem tendência de melhorar no futuro próximo.
 - Possui capacidade de girar o mapa transposto em qualquer sentido, o que possibilita visualiza-lo na orientação em que foram originalmente desenhados os mapas base, ou seja, com os paralelos no sentido vertical, com o oeste ao alto da imagem, e os meridianos no sentido horizontal, com o norte à direita;
 - Disponibiliza muitas ferramentas de organização e apresentação, com objetos tais como pastas, caminhos, marcadores e polígonos.

3.2 Metodologia de associação dos entes nos mapas de Margrave nas ferramentas de mapeamento e navegação atuais.

Ou, como transpor de:

Para:



A metodologia geral tem as seguintes etapas:

1. Inventário dos entes nos mapas base, relacionando ou marcando todos os topônimos nominados e os entes não nominados mas que sejam inequivocamente reconhecidos;
2. Identificação validada, positiva e imediata de topônimos:
 - Reconhecimento dos topônimos nos mapas contemporâneos cujo nome tenha sobrevivido sem ou com pouca mudança. Exemplos: Natal, hoje Natal, Trairi, hoje Trairi;
 - Identificação dos topônimos cujo nome se perdeu nos tempos através de pesquisa bibliográfica, incluindo-se aí mapas antigos.
3. Identificação probabilística, visando tornar o ente com localização difusa ou com localização altamente dispersa para ente com localização mais confiável ou de menor dispersão.

Para organizar e facilitar o trabalho de identificação, o mapa foi subdividido, do sul para o norte, em subáreas correspondendo aproximadamente às das bacias hidrológicas, e a abordagem seguiu, sempre que possível, a seguinte ordem:

- i. Entes na costa;
- ii. Entes hidrológicos, os rios e lagoas;
- iii. Caminhos;
- iv. Demais entes.

Também para facilitar a identificação dos caminhos, estes foram segmentados em trechos curtos, tais como entre vaus de rios, entroncamentos de caminhos, pontos notáveis, como cidades, engenhos ou fortalezas, ou combinação disso.

O processo de identificação probabilístico:

O cerne deste trabalho é esse processo iterativo de identificação probabilística, pois se inicia baseado em entes geográficos do mapa base transcritos em mapas contemporâneos, sob hipóteses baseadas em proximidade relativa, semelhança de forma geográfica ou em informação bibliográfica inconclusiva ou parcial.

A validação parcial ou completa, ou então a invalidação dessas hipóteses de localização, está prevista para ser conseguida pela pesquisa de campo geográfica e, sucedendo-a, a arqueológica.

Cada ente sofre um progresso de reforço de probabilidade de localização à medida que cada etapa dessa validação progride, mesmo nos casos em que uma dessas prováveis localizações seja descartada.

Esse processo é iterativo e tem uma fase prévia, que é o lançamento dos mapas contemporâneos digitalizados e dos entes com identificação validada no programa de interação micro computador GTM TrackSource.

Em seguida, sucedem-se as seguintes sub-etapas:

1. Lançamento e edição dos entes com identificação probabilística no programa *GTM tracksource*;
2. Carga dos pontos de interesse e trajetos desses entes no aparelho de GPS;
3. Pesquisa em campo, visitando a região do(s) ente(s) pesquisado(s), registrando em equipamento de GPS os trajetos e pontos relevantes, anotando as observações e contato com a população, fotografando ou filmando-os;
4. Registro dos dados obtidos;
5. Análise dos dados obtidos. Os de natureza geográfica são editados no programa *GTM tracksource*, corrigindo posições, editando e enviando contribuições ao Projeto Tracksource Brasil, para adição e melhoria dos mapas de GPS;
6. Retorno à etapa 01, para nova iteração.

3.3 A simbologia adotada para os mapas de GPS.

Os símbolos empregados nos mapas de GPS replicam aqueles do NOTULARUM EXPLICATIO dos mapas base numa relação biunívoca.

Convencionamos diferenciar os entes não hidrológicos com identificação validada daqueles ainda com identificação probabilística usando a cor verde para os primeiros e rosa para os ainda em avaliação, infelizmente, em alguns símbolos, ainda a grande maioria.

Na hidrologia adotamos uma convenção de cores diferente: para os com identificação validada, na cor azul e com marcador verde, rósea para os probabilísticos, inclusive seu marcador, amarelo para os não mapeados no mapa base. Finalmente, adotamos a cor branca para desenharmos trechos de hipotéticos cursos de rio no Século XVII e colorimos seus marcadores.

No decorrer deste trabalho chegamos à conclusão de que deveríamos mapear os elementos hídricos não mapeados ou que não constam nos mapas base, pois isso pode, na maioria dos casos, significar uma informação de que o levantamento em campo desse mapa feito no período colonial holandês não passou por esse rio ou lagoa. Isso também ajuda a delimitar a área detalhada no mapa base.

3.4 Produtos já decorrentes deste trabalho.

- Arquivos dos softwares Garmin *MapSource* e *GTM TrackMaker*, para carga em GPS e para visualização, aprimoramento ou expansão deste trabalho, com os seguintes objetos da Prefeitura do Rio Grande e costa do Ceará constantes nos mapas base:
 - Pontos de interesse (waypoints) razoavelmente bem localizados ou na melhor posição probabilística de cidades, portos, fortalezas, engenhos, currais, aldeias, salinas, currais, fontes, campinas e matas da;
 - Trajetos dos caminhos coloniais, na melhor posição probabilística.
- Arquivo do programa *Google Earth* para visualização, aprimoramento ou expansão deste trabalho, com os seguintes objetos da Prefeitura do Rio Grande e costa do Ceará constantes nos mapas base:
 - Pontos de interesse (waypoints) razoavelmente bem localizados ou na melhor posição probabilística de cidades, portos, fortalezas, engenhos, currais, aldeias, salinas, currais, fontes, campinas e matas da;
 - Trajetos de todos os caminhos coloniais, na melhor posição probabilística.
- Planilha Excell com todos os topônimos e acidentes geográficos não nominados, mas reconhecíveis, com os respectivos comentários dos autores deste trabalho e excertos da pesquisa bibliográfica e de mapas.
- Várias contribuições ao Projeto Tracksource Brasil para melhoria ou acréscimos aos mapas de GPS.

4. Considerações finais

O primeiro questionamento que se impõe diz respeito às razões que permitiram que se mantivessem íntegras pequenas partes dos caminhos originais dos tempos holandeses.

A principal delas diz respeito à economia dos lugares nos quais isso aconteceu, os quais reparam entre eles determinadas características. Uma delas, quiçá a mais importante, é o impacto amainado da pecuária e das plantações de subsistência.

A pecuária extensiva causa pouco impacto na paisagem, preservando as feições antigas dos lugares. Assim o plantio doméstico de hortaliças e a feitura de pomares frutíferos.

A outra, prende-se a fatos peculiares, como a mudança dos eixos de trânsito que dão vazão à economia – ferrovias abandonadas, estradas desusadas, mudanças de pólos econômicos, alteração da produção agrícola – adicionada de acidentes ambientais como a abertura da lagoa de Guaraíras para o mar, na segunda década do século XX, que flagrantemente modificou o potencial da região isolando-a economicamente.

Já a moderna lavoura da cana de açúcar foi causa do desaparecimento de velhos caminhos, ou de suas alterações ao ponto de os tornarem irreconhecíveis.

Os canaviais antigos ocupavam preferencialmente as várzeas mais drenadas e o início de suas encostas. Assim, os tabuleiros foram poupados ao plantio industrial da cana de açúcar, isto até 1970, quando da instalação no Estado das grandes usinas de alto rendimento, principalmente com a implantação dos projetos de produção de álcool combustível.

Plantio mecanizado e moderno, ele nivela as terras a serem plantadas, aplainando-as onde possível. Este tipo de tratamento do solo altera profundamente a feição da paisagem. Ao par disso, a busca de eficiência no manuseio e transporte intra-lavoura e com a usina de beneficiamento demanda o corte e a abertura racional de estradas interiores, não respeitando as trilhas venerandas do passado.

Foi em razão do aumento da área plantada dos canaviais, a partir dos anos 70 que as matas sofreram um grande desbaste apoucando-se e mesmo terminando de existir em grandes extensões – seja mata atlântica, seja mata litorânea -, mormente na zona sul da região objeto da pesquisa.

A descaracterização e o desaparecimento dessas antigas passagens não é objetivo das unidades açucareiras envolvidas, pois a importância delas como patrimônio histórico era desconhecida, pois as próprias estradas o eram.

Este trabalho ensinará a comunicação a essas grandes empresas da importância cultural de tais elementos da paisagem, no afã de realizar uma parceria

positiva para a preservação – ou mesmo a identificação *in loco* – das trilhas de interesse histórico.

Nos 375 anos que se passaram, muitos pontos sofreram modificações radicais e extremas. Pequenos riachos sumiram, naturalmente assoreados ou artificialmente aterrados; lagoas dessecaram; outras, como a extensa lagoa Cunhaú – ou Cunhai, no mapa base – foram de tal maneira infestadas de altas aningas⁸, que só com muita dificuldade foi reencontrada.

A mudança toponímica foi de bastante e variada monta, apresentando desde o caso em que houve pouca ou quase nenhuma modificação, até o total desaparecimento de topônimos – mesmo da memória coletiva dos lugares -, a corruptela de muitos outros e a migração de nomes de um para outro elemento geográfico.

Uma das mais características do mapa de Margrave é a sua nítida intenção de marcar os pontos de interesse sócio econômicos, em detrimento das indicações de cunho militar.

Assim, ele demarca a existência de cidades, aldeias (abandonadas ou ativas), engenhos (movidos à água ou por força animal), e currais de gado. Estes últimos geralmente estão situados em locais nos quais os acidentes geográficos auxiliavam naturalmente na contenção dos animais, como encontro de rios, pântanos, lagoas, etc., facilitando o seu manejo - no sentido de malhada do sertanejo -, assim como eram os antigos rincões gaúchos.

Duas cidades assinaladas simbolicamente pela convenção do mapa não foram identificadas com certeza: uma, a do Keisers Croon, e a outra, a Cidade Noua (cidade nova). Da primeira, nem rastros, mesmo na memória histórica ou na tradição oral; a segunda, ainda sob análise, promete ser, efetivamente, restos de um projeto holandês de construir uma cidade para reunir a administração da Prefeitura, o qual teria sido iniciado na área ao sul da atual cidade de Macaíba.

Esta pesquisa ainda está em seu começo, e este trabalho é a primeira parte. As próximas etapas privilegiarão o estudo e a pesquisa sistemática de identificação de vestígios arqueológicos porventura existentes nos caminhos, validando-os definitivamente e incorporando-os à história da região.

Um dos resultados prementes é a descoberta de que as trilhas eram através de matas cerradas, altas e de difícil trânsito, próprias para emboscadas, pois a vantagem

⁸ Planta da família das aráceas (*Montrichardia linifera*) de fibras aproveitáveis para cordoalha, no fabrico de papel, etc.

ficava nitidamente do lado do atacante que, de tocaia, esperava conscientemente as tropas que se movimentavam, a dois de fundo, pelas picadas.

Os armamentos europeus da época não possuíam facilidade de manuseio, eram pesados e de carregar pela boca. A pólvora negra, fumarenta, era higroscópica, i.e., absorvia a umidade do ar do interior da floresta. O alcance era curto – cerca de 60 metros em seu melhor – e a munição disparada perdia eficácia em meio à galharia das matas. Que reste claro que esses fatores afetavam mais a quem sofresse o ataque do que ao tocaia. Bordunas e armas brancas eram as armas decisivas nesses entreveios. Ambas eram bem manejadas pelos indígenas e ainda favorecia aos atacantes, pela escolha do lugar e pelo momento de empenhar o combate, livre de bagagens e matalotagem.

Destarte, nesses confrontos, o jeito europeu de lutar levava desvantagem enorme, o que não acontecia nas ocasiões em que as tropas se defrontavam em campo aberto. Esta, por certo foi uma das razões que protegeu a Prefeitura do Rio Grande dos assaltos destrutivos das forças irregulares dos pernambucanos, pois significativa parte dela era formada de campinas.

É necessário que se aponte que nas regiões em que houve o dinamismo histórico daquela época, não havia o problema de abastecimento de água, bastante fácil em todo ele, ainda mais naquela época, com menores alterações ambientais.

Salvar estes patrimônios históricos, permitir que sejam percorridos nas suas partes mais significativas, incentivar o seu estudo e sua análise, incluí-los em roteiros turísticos temáticos, conscientizar os poderes públicos e as empresas privadas de suas responsabilidades culturais, são objetivos a serem alcançados com o seguimento do presente trabalho.

Ao final, ele pretende contribuir para a consolidação da identidade dos norte-rio-grandenses e fazê-los mais orgulhosos a cada dia de pertencerem a esta terra.

5. Bibliografia consultada

BARLÉU. Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. 2ª ed. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Brasília: Ministério da Educação, 1940.

BARO. Roulox; MOREAU. Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo. EdUSP, 1979.

CALADO. Frei.Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: FUNDARPE, 1985.

- CASAL. Aires de. *Corografia Brasilica: ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil, 27)
- CASCUDO. Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956. (Coleção Documentos Brasileiros, 79).
- _____. *Nomes da terra – Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- _____. *História da cidade do Natal*. 2ª ed. Natal: EdUFRN; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL – MEC, 2ª Edição, 1980;
- _____. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- COELHO. Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630 1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, 366 p. (Coleção Recife, 12).
- GERRITZ. Hessel. Journaux et nouvelles tirée de la bouche de marins hollandas et portugais, etc. In: *Annais da Bilioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, vol. XXIX, 1909.
- KOSTER. Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e Notas Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Nacional, 1942. Título original: Travels in Brazil.
- LAET. Joannes de. *História ou Annaes dos feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até ao fim do anno de 1636*. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. XXX e XXXI, 1912-1913.
- LEITE. Serafim, S.J. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portuguesa. 1943, tomos II e III.
- LIRA. Augusto Tavares de. *Domínio Hollandez no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Dezembro de 1914.
- MEDEIROS FILHO. Olavo de. *No Rastro dos Flamengos*. Natal: Fundação José Augusto. 1989.
- MELO. José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos flamengos*. 3ª ed. Recife: FJN / Massangana, 1987. (Coleção Estudos e Pesquisas, 60).
- NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP. 1981.
- RAPHAEL DE JESUS. Frei. *Castrioto lusitano ou História da guerra entre Brasi, e a Hollanda, etc*. Paris: Aillaud, 1844 (Digitalizado, Harvard University Library).
- SANTIAGO. Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE. 1984. 612 p. (Coleção pernambucana. 2ª fase, 1).

SESMARIAS DO RIO GRANDE DO NORTE. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado;

Natal: IHGRN, 2000, 5 vol. (Coleção Mossoroense, série C, 1136-1140)

SOARES. Antônio. Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Mossoró: ESAM, 1988, v. 1. (Coleção Mossoroense, 417).

SOUSA. Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil.* Comentários e Notas de Varnhagen,

Pirajá da Silva e Edelweiss, São Paulo: MEC, 1974.

SPENCER. Walner Barros. *Ecos de silêncio: a história indígena recusada.* Dissertação

de Mestrado em Ciências Sociais (Antropologia).UFRN. Natal, junho de 1999.

ASPECTOS SOCIAIS DA DEFESA DA BAHIA DURANTE AS GUERRAS HOLANDESAS (1624-1654)

Wolfgang Lenk
Doutorando em Economia Aplicada,
com área de concentração em História Econômica,
pelo Instituto de Economia da UNICAMP

E-mail: w.lenk@uol.com.br

Resumo:

Propõe-se que a compreensão do fracasso do Brasil holandês pode ser feita a partir de uma visão totalizante da sociedade colonial. A formação social da colônia portuguesa proporcionou hostilidades dificilmente contornáveis pela Companhia. Entretanto, ela também implicou em grandes obstáculos à mobilização de tais hostilidades para a guerra propriamente dita. Sendo assim, foi necessário que tal mobilização de homens e recursos para a guerra fosse adaptado ao contexto colonial. Isso aconteceu através da integração de oficiais do exército regular à sociedade e da adaptação da estrutura tributária à açucarocracia.

Abstract:

The paper proposes an understanding of the Dutch failure in holding its Brazilian colony from a broad point of view of the colonization process and the colonial society thereby created. Such social formation brought pressure between that society and the Dutch West India Company. Nevertheless, it also meant significant obstacles to war mobilization amongst the colonial population, against the Dutch invasion. War mobilization, therefore, had to be adapted to that context. The means of that were the integration of regular army officers with society and the adaptation of fiscal stances to the wealth structure of the sugar producing hinterland.

Sobre as reações da sociedade colonial, da Bahia e de Pernambuco, à ocupação e colonização pela Companhia das Índias Ocidentais (a *WIC*), muito pode ser explicado a partir de uma visão totalizante de suas estruturas, ligadas ao próprio processo de exploração do Brasil e da formação sócio-econômica resultante. Sobretudo, é a partir deste ponto de vista que se pretende mesmo entender o destino do Brasil holandês, praticamente selado na *débâcle* de 1645 e nas subseqüentes derrotas nos Guararapes. A formação social da colônia portuguesa proporcionou hostilidades dificilmente contornáveis pela Companhia. Entretanto, ela também implicou em grandes obstáculos à mobilização de tais hostilidades para a guerra propriamente dita. Sendo assim, foi necessário que tal mobilização de homens e recursos para a guerra fosse adaptado ao contexto colonial – e aqui, mais uma vez, a colonização portuguesa foi bem sucedida. Tal argumento, pela abrangência, exige a

satisfação de grande número de senões e poréns – alguns dos quais pretendemos trabalhar com estas páginas.

Ressalte-se, aliás, que houve a possibilidade de paz entre os dois Brasis, o lusitano e o neerlandês. Depois da seqüência de confrontos em 1638 e 1640, ambos os lados mostraram-se incapazes de liquidar a fatura com um movimento militar decisivo. No arrabalde de tais movimentos, a guerra descambou para a destruição dos engenhos e canaviais inimigos, e o bom senso teve de prevalecer. Do contrário, seria destruída em grande parte a razão da presença de ambas as potências na América do Sul. Em meados de 1640, o Conde de Nassau e o Marquês de Montalvão deram-se trégua, antecipando a paz e a aliança entre Portugal e as Províncias Unidas que seguiria à Restauração de 1640. Para todos os efeitos, D. João IV e os holandeses uniam-se contra Castela.

No entanto, a aliança não apaziguou, senão de modo efêmero, o conflito com a *WIC* no Atlântico Sul. Sobretudo, porque a Companhia havia ocupado Luanda, justificando-se tortuosamente na demora em se noticiar a paz ao Recife, de modo que permanecia, de fundo, em conflito com o tráfico do colonizador português. A América Portuguesa, portanto, permaneceria em constante descrença na “paz nassoviana”. Uma carta, anônima, de um morador de Pernambuco ao governador Antônio Teles da Silva, em 1644, parece tentar convencê-lo de que aquela trégua não era coisa de se valer:

Só a guerra desta terra está em cala, e toda a mais parte do mundo arde nela; se bem se está perdendo à míngua, por falta de diligência, que assim como estes estão em Holanda desculpando-se com Sua Majestade, os Estados com a Companhia, a Companhia com o Brasil, e o Brasil com Angola: e debaixo disso fazem o que querem; também, senhor, poderá haver uma desculpa para o Brasil; que bom fora de se inquietá-lo.¹

O texto pede, abertamente, a retomada do conflito pelo governo da Bahia. Dizia, ademais, haver três meios de fazer aquela guerra: primeiro, “queimar canas, destruir fazendas, matar bois e retirar negros”; outro era “retirarem-se os moradores” para a Bahia, de modo a interromper a produção de açúcar do Brasil holandês e tirar aquele com quem o holandês tinha negócio. Finalmente, pedia-se o envio, da Bahia, de companhias de campanhistas, com trezentos homens (são mencionados Antônio de Freitas da Silva e André Vidal de Negreiros), além do “Camarão e seu gentio, para

¹ “Cópia de uma carta que um morador de Pernambuco escreveu ao governador e capitão geral do Estado do Brasil Antônio Teles da Silva, em 7 de Agosto de 644”, AHU

domesticar o de cá, que está quase arruinado contra os flamengos”.² Enfim, eram mecanismos que se propunha para, a baixo custo, fazer grande dano ao jugo da *WIC* em Pernambuco. É difícil supor que o governo da Bahia tinha autonomia para tanto, mas, aparentemente, manteve-se uma pequena colaboração neste sentido. Pelo menos, em janeiro de 1643, quando Antônio Teles da Silva remetia pólvora, morrão e balas de mosquete para moradores de “Pará e Maranhão”, que haviam “degolado holandeses que lá foram dar”.³

No entanto, havia mais em questão do que o interesse imediato do campanhista, ou do exército, em manter a Bahia grandemente militarizada, ainda que isso implicasse, para a sociedade colonial, em uma carga fiscal considerável e alguns problemas com o governo – de fato, em 1642, quando Teles da Silva pedia um reforço de mil homens para o presídio da Bahia, dizia ter apoio da população: “os moradores, vendo quanto convém para segurança desta praça haver três mil homens, *eles mesmos se querem fintar para a sustentação deles*, pelos meios mais suaves, de que ficam tratando (grifo nosso)”.⁴

Essa predisposição para o conflito derivou de gravames estruturais que impediam a aceitação de um Brasil holandês pelo senhor de engenho, além do simples fato de sua ascendência lusitana. Pois este senhor é um certo português, específico, que leva a glória de Cristo e da Coroa ao além-mar. Ele é um colonizador: de territórios, supostamente, mas de homens e mulheres, sobretudo.⁵ Poderia duvidar de sua filiação luso-católica, apenas se pudesse prescindir do imprescindível, a imperiosa certeza de não ser africano ou ameríndio, a quem escraviza e catequiza a seu bel prazer. A palavra “mestiço”, ou “mulato”, não lhe agrada – sobretudo, se verdadeira. No máximo, ele pode averiguar suas diferenças, as vicissitudes da situação colonial. Isso implica em ver-se especificamente português, porque lhe é necessário idealizar um império no qual suas barbaridades se justifiquem; onde ele, colonizador, apareça como justo conquistador. É curioso, aliás, que apareça, na liderança do movimento contra a *WIC*, um João Fernandes Vieira, um madeirense,

² Ibid. O documento, que avança na elaboração de uma estratégia para reavivar a guerra ao holandês, adianta em larga medida o que seria feito em Pernambuco depois do levante de 1645.

³ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1002. Talvez escondesse o que verdadeiramente era um carregamento para Pernambuco.

⁴ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 976.

⁵ Veja-se, entre outros, Vera Lucia Amaral Ferlini. *Colono e colonizador: aspectos da dinâmica sócio-econômica da colônia*. USP, 2005.; e Vera Lucia Amaral Ferlini, "Colono ou colonizador? Indagações sobre a identidade na luta contra os holandeses (Pernambuco, 1630-1640)". In: XVIII Simpósio Nacional de História, 1996, (Recife): Associação Nacional de Professores Universitários de História.

atlântico, nem tão colonial, nem tão metropolitano. Tudo fica mais grave se consideramos o papel central da religião nessa ideologia, desde o “Prestes João” e os primórdios da expansão portuguesa, *vis-à-vis* a tolerância religiosa e a visão pragmática do escravismo pela colônia holandesa.⁶

Idéias, idéias; negócios à parte: a ideologia da conquista e da catequese não impediu que muitos homens livres colaborassem com a invasão para ascender ao senhorio to. No entanto, mesmo este viria a ter grandes problemas com os holandeses. Como uma companhia privilegiada de seu tempo, a *WIC* conglomerava funções de Estado e do capital; porém, não podia abandonar seus traços capitalistas no trato da economia colonial, cuja exploração comercial era seu móbil mais imediato. Assim, a empresa falhava (nem deixaria de fazê-lo) ao tratar o senhor de engenho simplesmente como um elo mercantil à produção. Mas o senhor de engenho, que é senhor de escravos, não pode separar, do valor do escravo, o valor de sua força de trabalho, de modo que lhe é impossível adequar o regime de produção ao regime de valorização.⁷ Não que o lucro na produção fosse impossível, ou que o prejuízo fosse uma certeza – o importante é que ligava-se ao comércio com extraordinária fragilidade. Portanto, uma vez que a Companhia tenha decidido liquidar o capital empregado no financiamento da produção, tornava-se inviável a reprodução da estrutura produtiva. A permanência do senhor na açucarocracia passaria necessariamente pelo mau relacionamento com a Metrópole-Companhia.⁸ Assim, com o afastamento do Conde de Nassau do governo de Recife e o levante dos senhores de engenho de Pernambuco, imediatamente abriu-se a colaboração com a Bahia, em prol do reinício da hostilidade.

Se havia dois motivos muito fortes para a beligerância da sociedade colonial perante à *WIC*, o que impediria a estabilização da paz nassoviana, a Coroa portuguesa também tinha suas razões em sustentar os efetivos militares na Bahia – a despeito da trégua e da aliança anti-castelhana entre Portugal e Holanda. Uma vez que Lisboa se mobilizava para sustentar o movimento restaurador no campo de batalha, a aliança holandesa era-lhe imprescindível. Foi necessário reconhecer o

⁶ Pedro Puntoni. *A mísera sorte*. São Paulo: HUCITEC, 1999, cap. 2.

⁷ Não é necessário esperar que as intempéries da seca, a brutalidade do escravismo, o azar ou o descasamento de prazos, nem qualquer fragilidade do tempo ou razão externa à relação com o comércio coloque o “capital” do senhor de engenho a perder. Ao contrário da economia capitalista, aqui basta o crédito para, paradoxalmente, adiantar a falência do produtor, porquanto a usura sobre os adiantamentos é capaz de apropriar-se, progressivamente, de todo o excedente da produção. (Karl Marx. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio B. Kothe. 3 ed. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1988, v. 5, p. 98-99).

⁸ José Antonio Gonsalves de Mello. *Tempo dos Flamengos*, influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: J. Olympio, 1947

Brasil holandês, e D. João IV evitaria ao máximo que a tensão sul-americana azedasse a relação com os Estados Gerais. No limite, era-lhe permitido defender a Bahia, que agora aparecia como a jóia de sua colônia no Brasil.⁹ Haveria, então, de também ser correia de transmissão, por onde Portugal permitir-se-ia apoiar, disfarçadamente, o levante Pernambucano. Entretanto, visto que toda a capacidade militar do Reino seria lançada contra Castela, a Bahia, com uma economia de subsistência mobilizada (depois de quinze anos a sustentar o presídio), bem artilhada e municuada, teria de cumprir as funções de um posto militar, de maneira a depender o menos possível do apoio metropolitano.

Finalmente, o exército na Bahia se justificava porque a sociedade colonial, escravista, pode *dispersar*, mas nunca depor suas armas. De fato, a luta contra o holandês sempre foi conduzida em paralelo à guerra intrínseca contra a resistência do ameríndio hostil e do africano escravizado. Do modo como esta era conduzida, muito provavelmente, derivava-se, naquela, a brutalidade, a escolha da hinterlândia como campo de batalha, a preferência pela emboscada. Por outro lado, da guerra holandesa e do fortalecimento militar de Salvador também derivou-se uma renovação da agressividade contra aquele que resistia à colonização.

Entretanto, os traços de beligerância daquela sociedade não eram suficientes para combater com autonomia o holandês, apesar da predisposição para o seu enfrentamento. Não apenas por conta da simples situação colonial: a ausência de soberania política para transformar hostilidade em guerra e a falta de todo o petrecho bélico necessário, sobretudo naval. Era difícil mesmo o alistamento dos homens aptos disponíveis.

A estrutura da sociedade colonial restringia a mobilização militar de sua população que não fosse para o próprio exercício da colonização. Vale retomar o argumento de Evaldo Cabral de Mello, em *Olinda Restaurada*.¹⁰ Além dos motivos universais para se evitar o recrutamento local (facilidade de deserção, favorecimento de forças autóctones), o governo da guerra no Brasil era acrescido de um terceiro e principal gravame: a base escravista da sociedade. Em primeira instância, isso significa que um quarto ou um terço da população não pode ser mobilizada; ou algo mais, se considerarmos que um grupo importante da população livre e apta responde pela pacificação dos escravos e pela compulsoriedade do trabalho. Assim, o

⁹ Charles R. Boxer, *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*, Londres: Athlone Press, 1952, p. viii. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

¹⁰ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda restaurada*. 2 ed., guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, op.cit., p. 224 e segs.

recrutamento era restringido à população livre remanescente. Em Pernambuco, encontrá-la-íamos nos setores de subsistência e de extração do pau-brasil, que parecem ter contribuído com dois terços dos soldados recrutados entre os moradores.

Mais do que isso, a guerra aos holandeses implicava na possibilidade de revolta da população escrava, com o que a sociedade colonial não estava disposta a se arriscar. Dois acontecimentos fizeram-na testar seus próprios limites e mobilizar-se contra o holandês. Primeiro, a ocupação de Olinda e Recife, que levava o conflito para os arredores da cidade, depois para a hinterlândia açucareira e os baluartes do interior – de modo que a guerra batia às portas da propriedade rural e a própria desorganização da capitania dava à Matias de Albuquerque um contingente de homens lançados à guerra por força das circunstâncias. Segundo, a decisão do levante contra a Companhia holandesa (alimentada pelas questões do endividamento e da propriedade dos engenhos), que lançava a classe dos senhores de engenho no caminho incontornável do conflito. Porém, nem por isso optaram pela mobilização geral e pela conflagração aberta: “a estratégia adotada na resistência como na restauração visou sobretudo a minimizar o impacto da guerra sobre o funcionamento do setor açucareiro como setor dominante da economia colonial”. Ou seja, “guerra lenta”, de usura.¹¹

Na Bahia, depois de 1625, não havia necessidade tão premente de mobilização complementar ao exército que compunha a defesa de Salvador. Ademais, o próprio setor de subsistência não podia ceder muitos braços para a força armada: o presídio de Salvador impusera uma carga adicional sobre o ramo, em volume que dificilmente estava apto a responder imediatamente. Considerada apenas a plana de soldados pagos, regulares do Reino, aquela guarnição era maior que o exército de Pernambuco. Também servia como exército permanente, enquanto a milícia pernambucana servia em turnos de três meses, permitindo-se que produzisse nos intervalos parte significativa do seu próprio sustento. Na Bahia, é maior a dependência de relações mercantis com a produção da subsistência, daí a carga fiscal a ser distribuída pela população do Recôncavo. Compreende-se, portanto, o silêncio quase completo das fontes documentais sobre o recrutamento na Bahia para o presídio de Salvador. No momento em que isso parece acontecer significativamente, trata-se de alistar exatamente os retirantes pernambucanos que andavam à esmo no Recôncavo.¹² Além disso, ouve-se ecos do recrutamento em Pernambuco, ou notícias esporádicas sobre

¹¹ Ibid., p. 235.

¹² *Correspondência do Conde da Torre*, v. 3, fl. 190-219v.

a mobilização em outras capitâneas: um agrupamento de homens do mar, recrutado em Porto Seguro (de boa reputação, aliás); uma companhia levantada no Rio de Janeiro para o seu presídio.¹³ Do Recôncavo baiano, quase nem uma palavra – mal pode-se dizer que o recrutamento ocorreu.

Tampouco haveria grandes motivos para o alistamento de negros ou indígenas no exército. Existiu, mas em proporção muito menor que sua população entre os moradores poderia sugerir. Aliás, no presídio de Salvador, aparece restrita a funções que revelam a mesma projeção de aspectos da sociedade colonial. Daí se encontrar, em papéis claramente servis, “negrinhos de doze até dezoito anos” na folha de oficiais do exército, ou “tambores negros” que serviam sem soldo – ao contrário do tambor branco, pago normalmente, o negro apenas recebia “calção e gibão branco”.¹⁴ Naturalmente, não se pode olvidar os terços de Henrique Dias e Antônio Filipe Camarão; em 1638, eram compostos de 160 e 406 homens respectivamente.¹⁵ No entanto, o próprio Evaldo Cabral de Mello já tratou de desmistificar a “democracia racial” do exército português em Pernambuco, ao mostrá-la acompanhada do medo de levante generalizado da mão-de-obra escrava, do uso do contingente negro no “roubo” de escravos do inimigo e na própria coerção sobre a população escrava – tudo sempre sob a vigilância do exército regular.¹⁶ Como já se viu anteriormente, era a guerra latente de conquista dos povos indígenas e de controle da população escrava ou dos mocambos que definia os papéis atribuídos aos contingentes de negros e índios “cooptados”.¹⁷

À margem dessa ordem, houve um momento de colaboração dos mocambos com portugueses. Em 1638, quatrocentos mocambeiros apareceram na Torre de Garcia D’Ávila, nas nonas de maio, “se oferecendo para combater em troca de

¹³ Ajuda 51-X-7, fl. 82, 499; BNL, Col. Pomb. 442, fl 25; DHBN, v. 3, p. 49-50. Passou pela Coroa a conveniência de se fazer o levantamento no Brasil, como mostra uma consulta do Conselho da Fazenda de 1635. Aqui, vê-se o governo de Portugal nomeando treze capitães para fazer o levantamento na colônia, especificamente em Pernambuco. Chegava-se a enviar patentes militares com o nome em branco, para distribuição na colônia. Nem por isso, é claro, tornava-se mais fácil contornar os obstáculos impostos pela estrutura de poder da sociedade colonial. (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 640, Ajuda 51-X-1, fl. 123). Em 1639, o Conde da Torre esperava que a popularidade de Luís Barbalho e D. Vasco Mascarenhas (futuro governador) rende-se frutos em uma leva de gente sobre a população colonial, sem resultados relevantes. (Ajuda 51-X-7, fl. 499).

¹⁴ Ajuda 51-X-7, fl. 488; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1030.

¹⁵ Ajuda 51-X-7, fl. 499.

¹⁶ Mello. *Olinda restaurada*, , p. 237-247.

¹⁷ Vale lembrar que também houve negros a serviço da Coroa de Portugal como soldados durante a Guerra de Restauração, embora seus números certamente tenham sido insignificantes. (Jorge Penim Freitas. *O combatente durante a Guerra da Restauração*. Lisboa: Prefácio, 2007, p. 107).

liberdade (...). Parece que lhe faremos tudo o que eles quiserem”, diz o registro de Pedro Cadena de Vilhasanti.¹⁸ Os termos de tal liberdade, para nossa infelicidade, não são mencionados, nem podemos saber se houve um acordo de paz com os mocambos do Itapicuru e além, ou se os mocambeiros tiveram espaço para integrar-se, como forros, à colônia. Se é que a iniciativa teve sucesso. Paz e integração seriam promessas que a sociedade colonial teria dificuldade em cumprir, já que em 1640 e 1643 haveria novas expedições contra os mocambos daquela área, e as proibições de 1626 e 1628 mostram o que um negro livre podia esperar da sociedade. Dificilmente, portanto, essa colaboração militar, restritíssima, tenha sido um mecanismo eficiente de cooptação. Há ampla notícia de que negros das companhias libertavam outros dos seus.¹⁹ Não surpreende, portanto, que a Câmara tenha rechaçado veementemente a proposta de diplomacia com os mocambos, oferecida pelo Marquês de Montalvão. Note-se que toda a documentação sobre expedições contra mocambos provém da Câmara, e praticamente não aparece entre os papéis de Portugal. E que a cadeia, povoada por negros fugitivos, ficava no andar térreo do edifício daquele órgão desde sua construção, no século XVI. As sessões aconteciam na sobreloja.²⁰

Chega-se, enfim, ao problema: a sociedade colonial, profundamente “militarizada”, mobilizava-se tibiamente contra o invasor holandês.

Por quase oitenta anos de conquista, havia-se construído uma eficiente estrutura político-militar, bem atrelada à produção e à exploração colonial, que garantira a Portugal o controle da costa entre o Amazonas e São Vicente e, portanto, foi determinante na constituição da sociedade colonial.²¹ Ao topo, as principais famílias de administradores coloniais, caudilhos, mercadores, senhores de engenho – simbioticamente articulados. Aliás, também foi um elemento fundamental a aliança com grupos indígenas específicos – embora, em meados do século XVII, os “aliados” já se poderiam ver como vítimas do mesmo genocídio, aceleradamente consumidos pela doença européia e pelo trabalho compulsório. Como pôde-se ver no capítulo

¹⁸ Vilhasanti, op.cit., p. 49-50.

¹⁹ Mello, *Olinda restaurada*, op.cit., p. 238-9. Um caso ilustrativo é o de João Fernandes, que não à toa ganhou o apelido de “Anjo”. Capitão de uma companhia de negros, andou pela campanha de Pernambuco sem licença e levou culpa de “certo levantamento”, com o que foi condenado às galés por dez anos. Porém, o Conselho Ultramarino aceitou seus apelos e, em 1648, depois de cinco anos, foi libertado e supostamente reintegrado do terço de Henrique Dias (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1314-5).

²⁰ Em 1643, por exemplo, os governadores da junta que derrubara Montalvão foram denunciados por vender, a seu lucro, 46 negros que estavam na cadeia da cidade. (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1020)

²¹ Entre outros, veja-se o trabalho mais recente de Rodrigo M. Ricupero. *Honras e mercês: poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. (Doutorado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005.

anterior, tal estado de beligerância não apenas se manteve (pois intrínseco àquela sociedade), como determinou aspectos do confronto com os holandeses e renovou-se como consequência das invasões. De fato, encontraremos muitos dos quadros da conquista e da preação escravista perfeitamente ativos durante o conflito, no comando de milícias e companhias de ordenança: gente como João Álvares da Fonseca, Belquior Brandão, Martim Soares Moreno (o conquistador do Ceará), Afonso Rodrigues Adorno. Todos membros de famílias profundamente enraizadas no processo de conquista do território.²²

Entretanto, tal estrutura político-militar que se havia montado diante das tarefas da colonização adequava-se com muita dificuldade às vicissitudes da guerra holandesa. Até certo ponto, isso foi possível: são as mesmas milícias da colonização que impedem o domínio flamengo do Recôncavo, durante a ocupação de 1624; conduzem toda sorte de escaramuças e incursões da guerra volante. Também o invasor soube dar importância a seus aliados tapuias. Aqui, a sociedade colonial tinha todos os meios de se defender – desde que a comunicação com a Europa estivesse garantida. Mas o conflito apresentou-se de outras formas: a guerra naval e a guerra de cerco (com o que se pode aferir a grande diferença das invasões holandesas para as invasões francesas do século XVI, praticamente restritas ao extrativismo e à exploração oportunista dos conflitos entre povos indígenas). Além da disputa marítima pelas rotas do Brasil, a defesa da colônia dependeu da sustentação de sua praça de armas principal. Para tanto, era preciso infantaria de número e disciplina, que a sustentasse durante confrontos de intensidade, no tempo e no espaço. Seu *locus* é a posição estratégica, não a fronteira aberta. Aliás, na falta de disciplina e treinamento, sempre haveria de se contar com números elevados, reservas, a maior população que se pudesse armar à disposição do comando.

Trata-se, assim, de uma forma de organização militar que está muito além do belicismo privatista e facinoroso da sociedade colonial dos Quinhentos.²³ Esta foi a lição aprendida em 1624, posta em prática no cerco de 1638. Assim, o presídio soteropolitano aparece como um elemento ligeiramente estranho, autônomo em

²² Ibid., caps. 6 e 7. Sobre a participação das companhias de ordenança e esses caudilhos da sociedade colonial no quadro militar, veremos mais adiante.

²³ É válida a recordação: formas de organização militar que respondem por determinada conquista têm um reflexo sempre muito importante na sociedade que se forma, a partir de então. Os estudos que tratam da matéria são muitos, alguns são clássicos – como um todo, é assunto que vai muito além das capacidades do autor deste trabalho. Os exemplos são inúmeros: o papel da infantaria na democracia grega ou nos cantões suíços, o papel da cavalaria pesada na aristocracia feudal, a cavalaria ligeira e o nomadismo mongol, a marinha na plutocracia capitalista. Uma análise elaborada pode se encontrar em Charles Tilly. *The formation of national States in Western Europe*. Princeton: University Press, 1975.

relação às práticas da colonização quinhentista. Não à toa a restauração de 1625 foi observada por testemunhas quase como uma segunda ocupação. A começar, porque a infantaria da Jornada dos Vassallos imediatamente se pôs a saquear o que havia no local, como se apreendesse o butim de uma cidadela pagã; um comportamento muito pouco “restaurador”. Sobretudo, pelo que se deixa perceber no comentário de Antônio Vieira: a Bahia restaurada estava “*oprimida* com mil soldados de presidio; e para os sustentar com tributo lançado sobre os moradores... esta cidade padece muito, e tarde voltará ao antigo... tudo causam pecados, que agora são mais que nunca (grifo nosso)”.²⁴ Era preciso costurar o presidio à sociedade baiana.

Sobretudo, era preciso distribuir a carga fiscal relativa ao pagamento da soldada. Para a infantaria regular (de “soldados pagos”, como se dizia), de número e disciplina, o vencimento do soldo era fundamental. Aí a chave da diferença para a milícia dos moradores, cuja sustento dependia dos meios de subsistência dos próprios componentes – presas, portanto, à estrutura política e fundiária que as ensejavam.

Contudo, a diferença não implicava necessariamente em oposição. Pelo contrário, o tempo que se seguiu à restauração de 1625 permitiu que os militares do presidio se radicassem na sociedade baiana, cada qual à sua maneira; enquanto a guerra também deu oportunidade aos milicianos da ordenança para ascender na estrutura do exército, qualificar os serviços prestados à Coroa e, de quebra, galgar posições na administração colonial. Aqui propriamente, esteve a importância da distribuição de mercês.

Assim, é possível encontrar militares em todos os ramos do governo (com exceção do clero, talvez): na Câmara, na Fazenda, na justiça, como escrivão, auxiliar ou como oficial. Uma ascensão razoavelmente frutífera poderia ser operada, a partir da indicação para alferes de uma companhia por seu capitão. A depender de suas afiliações e seus feitos (seja na guerra ao holandês, ou nas disputas internas), um oficial haveria de ter suas oportunidades de engrandecimento e associação privilegiada: um bom casamento, uma boa posição. Mais de um ergueu seu patrimônio

²⁴ Johann Gregor Aldenburgk, “Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-5” (1627). Trad. Alfredo de Carvalho. In: *Revista dos Tribunais*, São Paulo: [s.n.], 1961, p. 212 e segs.; Antônio Vieira. *A invasão holandesa da Bahia*. Salvador: Progresso, 1935, p. 73-4 (grifo nosso). As diferenças entre o soldado do presidio de Salvador e o contingente militar recrutado entre a população colonial também era percebida pelos holandeses. Em 1645, um deles registrou que “a maior parte da tropa inimiga, afora os trãsfugas e *os soldados da Bahia*, se compõe de criados, mulatos e quejanda canalha, gente esta que não tem experiência do manejo do mosquete ou arcabuz e é mais própria para o trabalho ou para serem escravos do que para a guerra” (Mello. *Olinda restaurada*, op.cit., p. 259 – grifo nosso).

no comércio de abastecimento; para o quê haveria de ser bom trampolim uma posição de almoxarife “da gente de guerra”, almotacel, ou qualquer outra ligada à aquisição e distribuição de rações pela Fazenda Real para o exército.²⁵

Ou, pelo contrário, a posição no comércio serviria de alavanca para entrar na administração. Pois a mercancia foi atividade comum entre os homens do presídio desde 1626, quando a feira ocorria nas barbas dos oficiais da cidade: “não querem guardar as posturas da Câmara”, diziam, “sendo que admitem em seu bairro e quartel muitas vendas e tratos, com grande perturbação do povo”. Ao mesmo tempo, de volta a Portugal, D. Fadrique de Toledo e o alto comando da Jornada dos Vassallos eram surpreendidos com grande carga de pau-brasil, contrabandeado à margem do estanco real.²⁶ Portanto, o comércio aparecia de alto a baixo e do colonial ao metropolitano. O almirante e os oficiais da armada do Conde da Torre faziam negócio com o provisionamento de socorros do Reino; mesmo enquanto faltavam rações no presídio, “os mantimentos que trouxeram é público e notório o vender-se publicamente por toda esta cidade”. Mais tarde, haveria o capitão que fretava um dos navios da frota da Companhia Geral, enquanto se valia do serviço militar para pleitear uma ajuda de custo.²⁷ Na Bahia, mais de uma vez pôde-se ver a João de Araújo acusar seus algozes de “regatões de peixe”; mas ele mesmo, que era “senhor de muitos cruzados”, esteve à frente de uma compra de farinha em Boipeba, a pedido da Câmara, e era indicado pelo provedor-mór como beneficiário de “outros aproveitamentos” além do soldo, com o que “sustenta com largueza em sua casa, onde ordinariamente tem muitos hóspedes”.²⁸

Para o soldado raso, à margem da “economia da graça” e desprovido de cabedal, era mais difícil atingir uma boa posição na sociedade. Quem sabe, se tivesse habilidade no jogo. Houve quem se estabeleceu nos ofícios mecânicos – os da artilharia, principalmente, pois ali havia carpinteiros recrutados para as obras do “trem de artilharia”, ou do “trem de campanha”, como se viu. Entre os praticantes de ofício na cidade, registrados no levantamento (incompleto) de 1642, encontramos quatorze

²⁵ Entre os muitos exemplos, cite-se o tenente que possuía uma balança nos trapiches da praia, ou o alferes que fiscalizava a carne para Bagnuolo (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1138, *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara*, v. 1, p. 378)

²⁶ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 423, 449-455.

²⁷ Ajuda 51-X-7, fl. 84.; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1477.

²⁸ Ajuda 51-VI-21, fl. 278; AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 801, 908, 1109; DHAM: AC, v.1, p.308. Há também militares como Diogo Gonçalves Lago, no presídio de Salvador desde 1619, que anos depois diria ter “grande cabedal de fazenda e gado” no São Francisco (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1050).

soldados (dos quais, três artilheiros), entre os duzentos nomes arrolados.²⁹ Mas o trabalho manual era pejorativo, e seus praticantes relegados à uma “arraia miúda” de homens livres, além da qual o soldado teria poucos meios de se associar.

Por sua vez, a boa posição social facilitava a carreira militar. Para o chefe de milícias, o ingresso no exército regular era excelente pedida – principalmente quando não havia grande expectativa de guerra com os holandeses. João Álvares da Fonseca ofereceu uma centena de homens para combater em Pernambuco em 1637; quando os portugueses já se haviam retirado para o sul, e da Bahia uma expedição contra os mocambos do norte.³⁰ No exército, um de tais caudilhos receberia da Fazenda Real os meios de sustento (armas e munições, inclusive) para a sua companhia. Sobretudo, teria sua folha de serviços em melhor conta, já que aos olhos da Coroa uma patente nas ordenanças era vista como inferior a um posto no exército regular.³¹ Entretanto, dependia-se de mercê régia para assumir posto no exército, com a qual ainda se haveria de esperar na fila para uma vaga no comando. Com a coadunação do governador, era possível ocupar um posto interinamente. Até o vice-reinado do Marquês de Montalvão, em função da intensidade da remessa de tropas do reino, parece ter prevalecido no quadro de oficiais aqueles que haviam levantado suas companhias em Portugal, ou eram de lá nomeados.

A partir de 1640, o militar da colônia começa a ocupar espaços. O governo interino da junta que derrubou o Marquês foi particularmente fértil, pois a Coroa apenas começava a digerir a Restauração, e na Bahia havia desordem na estrutura de terços, que eram muitos. João Álvares foi mesmo nomeado mestre-de-campo de um deles, por provisão dos mais politicamente ativo dos três governadores, Lourenço de Brito Corrêa.³² O reforço que veio em 1647, com a armada de Antônio Teles de Menezes, disparou o confronto: os moradores reivindicavam para si o quadro de oficiais. A nomeação de Nicolau Aranha, que deixou o levante de Pernambuco para pleitear o cargo em Lisboa, já havia causado “geral o descontento que resultou entre

²⁹ DHAM: AC, v. 2, p. 288-405.

³⁰ Este João Álvares era companheiro de armas de Belquior Brandão, que comandava a expedição (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 752).

³¹ O que, a bem da verdade, não impedia o Rei de agraciar os chefes de milícia com as mercês que pediam, por pragmatismo. Veja-se um parecer do Conselho da Fazenda, endossado pela Coroa: “os serviços de Francisco Rodrigues de Araújo são de soldado miliciano, e que só se pode considerar por grande o de sustentar cinquenta soldados e fazer por sua indústria trazer os mantimentos que alega. Mas que isso se não prova bastantemente, nem provado ficam sendo serviços merecedores das mercês que pede; pelo que parece, que visto dizer-se que é pessoa de importância e de zelo no Brasil... deve V.M. mandar que o governador do Brasil informe da qualidade destes serviços”. (AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1519)

³² AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1109-10.

os oficiais e soldados”: passava à frente de Antônio de Brito de Castro, que era “o capitão mais antigo do terço”.³³ Depois, logo no início daquele governo, nomeou-se um oficial da armada (recém chegado do Reino) para o cargo de sargento-mór, “sem fazer caso algum dos que, por espaço de anos, serviram no mesmo terço com valor e risco de suas vidas, e dispêndio de suas fazendas com largueza”. Mal se haviam fechado as feridas da “guerra de Itaparica”, contra Von Schkoppe. O acirramento da disputa levou o Conde a mandar dois capitães presos para Lisboa e dois para Pernambuco, num gesto desmedido. Logo foi desautorizado pela Coroa, que concedeu indulto aos capitães. O Conselho Ultramarino avaliava “estes capitães de tanto préstimo e serviço, como se refere, casados, ricos e moradores na terra, que com mais vontade hão de defender, e de cuja guerra (sendo presente tão viva) tem particulares notícias, convém muito tê-los contentes e animados, pelo que também pode servir de exemplo para outros”.³⁴

Trata-se do mesmo discurso que apareceria em várias situações específicas, a partir desse período: era preciso compensar os moradores da Bahia, como um corpo autônomo, pela grande lealdade que demonstravam e pelas enormes misérias que padeciam na guerra. É o espírito que está por trás da concessão do privilégios da cidade do Porto à Salvador, em 1646.³⁵ Aparece em disputas que, entre 1645 e 1653, apresentaram-se entre a sociedade colonial e o governo metropolitano: a regulamentação das balanças de açúcar, o regime de navegação em frotas, a representação nas Cortes de Lisboa. Em todos os casos, buscava-se a complacência da Coroa para aquele povo “tão benemérito, pelo muito que tem despendido nos contínuos tributos com que está sustentando, há tantos anos, tantos mil homens de presídio”.³⁶ O mesmo acontecia no exército e na administração: os colonos viam-se “merecedores dos benefícios que há naquele Estado, que não levam por estarem longe da presença de Vossa Majestade, donde se provêm em pessoas deste Reino que nunca se viram no Brasil, nem seus ascendentes”. Em 1654 veio a provisão régia: os postos da administração colonial (na Bahia e, mais tarde, em Pernambuco), eram reservados para aqueles que haviam servido na guerra contra o holandês.³⁷

³³ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1270.

³⁴ O Conde de Vila Pouca bem fora avisado pelo antecessor: “não deixei de fazer advertência ao Conde Governador que deve esperar ordem expressa de V.M. para se resolver”, foi o que disse Antônio Teles da Silva. AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1301, 1302-5.

³⁵ Ruy, *História político administrativa*, p. 195; “Traslado dos privilégios que sua Majestade (sic) concedeu aos cidadãos da Bahia de Todos os Santos”. In: *RIHGB*, t. VIII, 2ª ed., 1867

³⁶ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1138, 1500, 1527.

³⁷ AHU-Resgate, Bahia, Luísa da Fonseca, n. 1461;

Além do processo de integração do exército regular à sociedade colonial, que levou algum tempo e atravessou alguns atropelos, foi fundamental para a defesa da posse portuguesa da Bahia um mecanismo de financiamento do exército que fosse condizente com o processo de colonização. Principalmente, porque o vencimento de soldos precisava acontecer com recursos locais, e a falta de sustentamento da tropa implicava em revolta e indisciplina dos soldados, com grande prejuízo para os moradores e ameaça à defesa da capitania (de fato, Nassau atacou Salvador em 1638 baseado na informação de que o exército ibérico estava sem receber).

Naturalmente, a organização social da colônia implicava em tal concentração de riqueza que a casta senhorial tornava-se o grupo mais facilmente tributável. Entretanto, como se viu, é justamente o grupo cujo apoio foi fundamental para um resultado da guerra favorável a Portugal. Foram dois os meios pelos quais foi possível contornar a situação. O primeiro, a concessão de hábitos das ordens militares, principalmente a Ordem de Cristo, cujo irmão era isento do pagamento de dízimos (o principal meio de arrecadação na colônia). Os registros de mercê e despachos dos Conselhos da Coroa preservaram grande número de tais pedidos, já examinados por Cleonir Albuquerque.³⁸ Uma vez que o principal critério para a outorga das concessões era a qualidade do serviço prestado durante a guerra, tem-se aí um meio pela Coroa de mobilizar recursos imediatamente, com base na arrecadação futura dos dízimos. É possível encontrar, por exemplo, senhores da colônia colocando recursos próprios (em geral, ligados ao abastecimento do exército), às vezes mesmo tropas pessoais, a serviço da Coroa na esperança de uma boa graça concedida pela Coroa.

Outro mecanismo foi a imposição dos vinhos, que passava parte do ônus do financiamento do exército ao seu comerciante – portanto, ao capital comercial. Não à toa os representantes da Companhia Geral de Comércio do Brasil perderam tanta saliva defendendo-se desta arrecadação, sobretudo durante o governo do Conde de Castelo Melhor. Este tomou partido dos oficiais da Câmara, endossando a revogação da vintena (um adicional de arrecadação, de caráter “voluntário” e “extraordinário”, semelhante ao dízimo). A concessão que se fazia aos comerciantes era a proibição da cachaça, como meio de favorecer a saída do vinho nas tavernas.

Assim, buscava-se ao máximo transferir o ônus da defesa da capitania sobre a “arraia miúda”, a “grande massa de gente livre, mas miserável” que habitava o Recôncavo. Ninguém soube pôr em palavras esse esforço melhor que o próprio

³⁸ Cleonir Xavier de Albuquerque. *A remuneração de serviços da guerra holandesa*, a propósito de um sermão do Padre Vieira. Recife: UFPE, 1968.

Francisco Barreto, mestre-de-campo general durante a restauração de Pernambuco e, posteriormente, governado da Bahia:

“E não é razão política, a que estas (as proibições da cachaça) tem contra si, de padecerem muitos pobres na sua falta: porque as repúblicas se não conservam com os pobres (que nesta podem ter outros exercícios mais úteis); senão com os ricos, que as fazem opulentas. E nesta praça se está vendo que só sobre os ricos cai todo o peso das fintas, e a exceção com que se cobram os faz descompor, por serem comumente quando não tem valor algum de seus frutos, malbaratando-os antes de os lavrarem, ou vendendo seus escravos, com que se atrasam e impossibilitam invariavelmente os cabedais. E não é conveniente destruir os que conservam as praças por preservar os que as debilitam, e muito menos permitir nestes dois gêneros (de aguardente), que arruinam; podendo lograr com interesse comum do Reino (de Portugal) e do Estado (do Brasil) aquele de que tanta dependência tem o negócio que a aumenta e os soldados que a seguram (grifo nosso).”

Aqui, fica documentado a consciência da administração colonial em favorecer a reprodução da estrutura produtiva colonial, para que fosse menos atingida pela guerra. Na Bahia, portanto, o exército costurou-se à açucarocracia (depois de algumas tensões) e na arrecadação fiscal procurou-se protegê-la, mesmo em detrimento de interesses de curto prazo do capital comercial.

Não é nosso intuito afirmar a transigência da Coroa no governo do Brasil, dobrando-se ao poder local do senhoriato. Acabada a guerra, a Metrópole passou a conta. Os privilégios de isenção tributária foram revistos, e a açucarocracia colonial teve de amargar o “Donativo da Rainha da Inglaterra e Paz de Holanda”. Não á toa é possível encontrar no período uma seqüência de revoltas fiscais, como faz Luciano Figueiredo.³⁹ Por outro lado, retomou-se da mesma forma a rotina na exploração da produção açucareira pelo capital comercial, haja visto a Guerra dos Mascates. Nosso argumento há de ficar mais claro se houver a lembrança de que, *pari passu* ao que acontecia na Bahia, dentro do Brasil holandês o passar dos anos impediu a reprodução da açucarocracia e apodreceu as bases de seu domínio. Porque haveríamos então de ver Lisboa como Metrópole débil, de poderes limitados, “reinando sem governar”? O que se destaca é, pelo contrário, a grande capacidade que teve o Estado português na América do Sul em arregimentar uma casta, amealhada indiscriminadamente entre a canalha, a serviço da exploração colonial.

³⁹ Luciano R. de A. Figueiredo. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. USP, São Paulo, 1996; Veja-se também *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Referências bibliográficas

- “Traslado dos privilégios que sua Majestade (sic) concedeu aos cidadãos da Bahia de Todos os Santos”. In: *RIHGB*, t. VIII, 2ª ed., 1867.
- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de. *A remuneração de serviços da guerra holandesa*, a propósito de um sermão do Padre Vieira. Recife: UFPE, 1968.
- ALDENBURGK, Johann Gregor. "Relação da conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-5" (1627). Trad. Alfredo de Carvalho. In: *Revista dos Tribunais*, São Paulo: [s.n.], 1961, p. 212 e segs.
- BOXER, Charles R., *Salvador de Sá and the struggle for Brazil and Angola*, Londres: Athlone Press, 1952, p. viii. Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.
- FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Colono e colonizador: aspectos da dinâmica sócio-econômica da colônia*. USP, 2005.
- _____, "Colono ou colonizador? Indagações sobre a identidade na luta contra os holandeses (Pernambuco, 1630-1640)". In: XVIII Simpósio Nacional de História, 1996, (Recife): Associação Nacional de Professores Universitários de História.
- FIGUEIREDO, Luciano R. de A. *Revolutas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa: Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761*. USP, São Paulo, 1996.
- _____. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- FREITAS, Jorge Penim. *O combatente durante a Guerra da Restauração*. Lisboa: Prefácio, 2007, p. 107).
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Regis Barbosa e Flávio B. Kothe. 3 ed. 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada*. 2 ed., guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998, op.cit., p. 224 e segs.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Tempo dos Flamengos*, influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: J. Olympio, 1947
- PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- RICUPERO, Rodrigo M. *Honras e mercês: poder e patrimônio nos primórdios do Brasil*. (Doutorado em História Econômica). USP, São Paulo, 2005.
- RUY, Afonso. *Historia política e administrativa da cidade do Salvador*. Salvador: Beneditina, 1949.
- SALVADO, João Paulo, e Susana Münch Miranda, eds. *Cartas do primeiro Conde da Torre*. 4 vols. [s.l.]: Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001.
- TILLY, Charles. *The formation of national States in Western Europe*. Princeton: University Press, 1975.
- VIEIRA, Antônio. *A invasão holandesa da Bahia*. Salvador: Progresso, 1935, p. 73-4 (grifo nosso). *Documentos Históricos do Arquivo Municipal: Atas da Câmara*, v. 1, p. 378)
- VILHASANTI, Pedro Cadena de, ed. *Relação diária do cerco da Baía de 1638*. Lisboa: [s.n.], 1941.

POPULAÇÃO E CIRCUITOS MERCANTIS NA CAPITANIA DA PARAÍBA NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII

Yamê Galdino de Paiva
(Graduanda em História pela UFPB – yamepaiva@yahoo.com.br)

Mozart Vergetti de Menezes
(Prof. Dr. do Departamento de História da UFPB – arrettado@uol.com.br)

O presente trabalho deriva de uma pesquisa de iniciação científica (PIBIC), financiada pelo CNPq, que aborda a atuação de Fernando Delgado Freire de Castilho como governador da Capitania da Paraíba entre os anos de 1798 e 1802. Substituindo o falecido Jerônimo José de Melo e Castro, Fernando Delgado foi designado a assumir o posto de capitão-mor da subordinada Capitania da Paraíba. Muito mais do que tomar posse de um simples posto administrativo (que trazia consigo funções militares), Fernando Delgado havia sido incumbido por ordens régias de averiguar o real estado da capitania, seu comércio, população, atividades produtivas, extensão das matas e outros dados que julgasse ser relevantes, a fim de dissipar qualquer incerteza acerca da conveniência ou não da anexação da Paraíba à Pernambuco¹.

Fernando Delgado deveria, portanto, identificar as fraquezas da Capitania da Paraíba e as possibilidades de superá-las. O cumprimento dessa tarefa resultou em diversas correspondências suas à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, expondo os pontos de estrangulamento da economia paraibana, a fragilidade do corpo militar, a vulnerabilidade da defesa do território, em decorrência do péssimo estado das fortificações, a irregularidade das rendas reais, o parco comércio existente no interior da Capitania, os obstáculos gerados pela subordinação à Pernambuco, dentre outros aspectos². Nesse conjunto insere-se uma série de mapas concernentes à produção, consumo, exportação e importação da Capitania, número de habitantes (discriminados segundo etnia/cor e condição jurídica), de casamentos, nascimentos e mortes, ocupações dos habitantes e principais moléstias obituárias³. São, pois, as tábuas de importação/exportação e as tabelas de população o alvo de interesse do nosso estudo.

¹ As instruções recebidas por Fernando Delgado do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Souza Coutinho, em cumprimento às ordens de D. Maria I, está transcrita em PINTO, 1977, pp. 180-185.

² Os dois principais documentos contendo a avaliação geral da situação da Capitania por Fernando Delgado são AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2471 e PINTO, 1977, pp.205-13.

³ Essa documentação integra os documentos avulsos da Capitania da Paraíba, presentes no Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilizados pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

Antes de apresentarmos as informações relativas aos circuitos mercantis e à população da Capitania da Paraíba, no intervalo de 1798 a 1805⁴, faz-se necessário uma reflexão sobre a situação econômica da mesma no período final da anexação, situação a qual Fernando Delgado relatou à metrópole poucos dias antes da decisão régia pelo desenlace administrativo que submetia a Paraíba a Pernambuco.

A historiografia clássica paraibana é consensual quanto à debilidade financeira e produtiva da Capitania da Paraíba. A exigüidade das rendas, a baixa lucratividade do açúcar, a escassez de mão-de-obra escrava africana, o diminuto nível de produção dos gêneros de subsistência e o fraco e quase inexistente comércio interno são os principais fatores apontados para explicar o estado crítico no qual estava mergulhada a Paraíba. Segundo Horácio de Almeida,

[...] o estado em que [Fernando Delgado] encontrou a Capitania era de estagnação geral.
Fontes de rendas esgotadas. Engenhos desprovidos de safra e escravos. Aparelhamentos fabris estragados. Produtos agrícolas sem preço no mercado. Comércio inexistente. Os negociantes da praça não passavam de meros agentes do Recife e nesta qualidade oprimiam o povo.⁵

É certo que o período de subordinação (1755-1799) da Paraíba à Pernambuco correspondeu a uma difícil fase para a primeira. Não se pode, todavia, reduzir unicamente esse “atraso” da Capitania ao julgo político-administrativo no qual esteve submetida por mais de quarenta anos. Vários fatores concursaram para debilitá-la. Às dificuldades de gerenciar um governo subordinado, somam-se as conseqüências provocadas pela atuação da Companhia de Comércio, as secas que assolavam as produções e a população, e as próprias dificuldades impostas para reestruturação da Capitania após a expulsão definitiva dos holandeses em 1654. Não se deve esquecer ainda as iniquidades e usurpações dos administradores, práticas comuns à colônia como um todo, que prejudicavam qualquer esforço direcionado à promoção da agricultura, comércio e aumento das rendas reais. Havia também, no caso da Paraíba, o entrave colocado pelo eterno atraso do envio do dízimo⁶ pela Alfândega de Pernambuco para esta capitania.

⁴ Não há, contudo, mapas para o ano de 1803 e o de 1799 só apresenta os valores integrais da capitania.

⁵ ALMEIDA, 1978, p. 87.

⁶ Desde 1723, a arrematação do dízimo da Paraíba se dava na praça de Pernambuco, em um só contrato. Pernambuco ficava responsável por enviar vinte mil réis anuais à Paraíba, quantia, teoricamente, considerada equivalente à arrecadação desse imposto nesta capitania. As delongas no envio desta importância e mesmo a sua não remessa geravam atritos entre o governador da Paraíba e o

Apesar das circunstâncias que impunham amarras ao crescimento da Capitania, Fernando Delgado realçou, em suas cartas, a potencialidade da natureza física e humana encontrada nesta plaga. O governador fala da abundância de ricas matas, de rios navegáveis, bons portos e ancoradouros, da fertilidade da terra para o desenvolvimento de diversas produções desde o açúcar até os gêneros alimentares, das excelentes ribeiras propícias para a criação de gado, da prontidão e lealdade dos habitantes para com os interesses da Coroa, entre outros aspectos. A seu ver, o principal problema da capitania encontrava-se na subordinação da mesma à vizinha Pernambuco. Para ele, o fim da anexação seria o passo inicial e mais importante para melhorar o estado da Capitania, especialmente através da agricultura e comércio, considerados “os mais importantes ao aumento e riqueza desta capitania e que necessitam de uma independência absoluta de Pernambuco”⁷.

Não obstante a fragilidade da Capitania da Paraíba no momento em que Fernando Delgado foi investido no cargo de capitão-mor, os mapas de produção, importação e exportação produzidos na sua gestão e na dos seus dois sucessores, Luis da Motta Fêo e Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque, mostram as principais produções da Capitania, destinadas ao consumo interno e/ou à exportação, bem como os artigos importados pela mesma. Se os números relativos à totalidade da produção, consumo, exportação e importação apresentam verossimilhança com o estado da capitania acima exposto, significa que a Paraíba tinha ótimas possibilidades de crescimento mediante sua agricultura e comércio. Mas, parece-nos haver uma incoerência entre os dados e uma economia praticamente paralisada, como dizem os coevos e os historiadores clássicos. A quantidade do que era produzido e exportado e os respectivos valores em dinheiro arrecadado evidentemente não caracterizam uma opulência. Contudo, espelha a potencialidade econômica da mesma. Os artigos importados e seu consumo interno, especialmente para a área do sertão da Capitania, corroboram para a sustentação dessa idéia: a Paraíba não parecia tão decadente quanto se coloca (va).

Outra peculiaridade da documentação em tela é a sua ocorrência para as vilas e freguesias da Capitania existentes no período, assim como para a totalidade desta. A presença de informações atinente à importação, exportação e população para cada unidade administrativa da capitania possibilita averiguar essas variantes nas áreas correspondentes ao litoral e sertão. A importância dessa separação está em visualizar a distribuição populacional da

de Pernambuco. Não raro, aquele subia à real presença a pouca atenção e mesmo o descuido do general governador de Pernambuco na execução de sua obrigação. Para mais informações, ver MENEZES, 2005, capítulo IV.

⁷ Narração de Fernando Delgado sobre o estado em que se acha a Capitania da Paraíba em 1799. PINTO, 1977, p. 209.

capitania, a concentração de determinadas categorias populacionais em áreas específicas, a relação disto com as atividades produtivas realizadas, o que cada localidade exportava e importava com seus respectivos valores e os portos de onde viam e para onde iam tais produtos. Busca-se, através desses mapas, fazer algumas interpretações sobre os pontos já citados, evidenciando certas análises.

Os mapas de exportação e importação das vilas e freguesias da Capitania da Paraíba explicitam a existência de circuitos mercantis envolvendo essas localidades e as demais Capitânicas do Norte (Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco). Sempre se apontou o porto do Recife como sendo a principal, e ou mesmo, a única via de escoamento das produções da Paraíba. O porto da Paraíba nunca apresentou grande atividade. Permaneceu sufocado pelo da capitania vizinha que embarcava quase a totalidade das mercadorias da Paraíba, seja do litoral ou do interior, como afirma ALMEIDA:

A estrada principal que vinha do sertão fazia ligação direta com o Recife, que absorvia tudo quanto a Paraíba produzia. Uma variante é a que tomava rumo da capital paraibana. Pela estrada principal escoavam-se os produtos do sertão.⁸

Mais recentemente, a mesma aceção é encontrada em Roberto Smith, que, ao falar do perímetro da Capitania de Pernambuco, composto por Alagoas (parte integrante do seu território) e as capitânicas a ela anexas, isto é, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, afirma que essa área correspondia à “região de controle mercantil e colonial exercida a partir da cidade e porto de Recife, único ponto de entrada e saída do comércio monopolizado através da Capitania com a Metrópole”.⁹

Algumas vias de comunicação da Capitania da Paraíba com suas vizinhas foram reverenciadas por alguns autores como Caio Prado Júnior e Irineu Jôffily. O primeiro, no capítulo sobre vias de comunicação e transporte de “Formação do Brasil Contemporâneo” diz que o ponto central desses caminhos que interligavam o espaço que hoje compõe o atual Nordeste encontrava-se no Piauí. Daí partiam três outras vias, dirigidas para leste, sudeste e sul. A linha do leste atingia parte do território da Capitania da Paraíba, mais especificamente Pombal e Patos, incrustados no sertão paraibano, mas também passando pela atual Itabaiana (localizada na área que hoje corresponde ao agreste), onde se bifurcava em duas direções, uma que conduzia à Cidade da Paraíba, e outra que descia para Pernambuco. Em suas palavras:

⁸ ALMEIDA, 1978, p. 87.

⁹ SMITH, 2002, p.7.

A linha leste dirige-se para o Ceará, onde passa por Arneirós e Icó; daí se dirige à Paraíba, que atravessa pelo eixo do seu território, tocando em Pombal e Patos, alcançando o rio Paraíba que acompanha até o lugar onde hoje está Itabaiana. Aí se bifurca, continuando um ramo pelo mesmo rio até a capital da capitania; infletindo o outro para o sul em demanda de Pernambuco.¹⁰

Irineu Jôffily também distingue alguns caminhos que intercomunicava comercialmente a Paraíba às capitanias vicinais. Reconhecendo Campina Grande como importante conduto de integração entre litoral e sertão, visto que a mesma constituía uma feira de gado, Jôffily identifica-a como “o ponto de união das duas artérias do sertão, denominadas estradas do Seridó e de Espinharas”¹¹. Diz o autor:

A primeira [estrada do Seridó] tomava o rumo de noroeste, passando pelos lugares onde hoje estão as povoações de Pocinhos e S. Francisco e territórios adjacente à de Pedra Lavrada, onde descia a Borborema (fralda ocidental), dava no rio Seridó, e acompanhando-lhe as margens penetrava na Capitania do Rio Grande do Norte até os sertões do baixo Piranhas e Apody. Transpondo os limites desta capitania, de um lado, procurava de novo o Paraíba pela ribeira de Porcos ou Patú, e de outro atingia as águas do baixo Jaguaribe, no Ceará.

A estrada de Espinharas tomava a direção de oeste passando por grandes travessias; tocava na pequena ribeira de Santa Rosa, a dez léguas, e nove mais adiante na povoação dos Milagres, no rio Taperoá; e acompanhando mais ou menos as margens deste rio, tocava na lagoa do Batalhão, e descendo a Borborema seis léguas além dava nas águas do rio Piranhas ou Espinharas, que acompanhava até o lugar onde hoje é a vila de Patos. Aí dividia-se a estrada; à esquerda dirigia-se para o Piancó, tendo um desenvolvimento de cerca de 40 léguas até os confins da respectiva ribeira; à direita seguia em linha reta para a povoação das Piranhas, depois vila e cidade de Pombal; continuando para Sousa, no rio do Peixe, passaria depois mais ou menos próximo aos lugares hoje ocupados pela Vila de S. João do rio do Peixe e cidade de Cajazeiras, em seguida penetrava na capitania do Ceará, onde subdividia-se servindo a todo o vale dos Cariris Novos e sertões do Icó, Inhamúns e Crateús, por onde entrava na capitania de Piauí.

Esta foi a grande artéria que ligava à capital aos sertões mais afastados da capitania, ligando igualmente estes aos de suas vizinhas, e esta comunicação tem-se mantido sem a menor interrupção até hoje.¹²

Estas estradas constituíam algumas vias pelas quais circulavam os produtos idos da e vindos para a Paraíba. Os mapas de exportação e importação indicam os portos de origem e destino dessas mercadorias. Aracati, Açú, Mossoró, Paraíba, Recife, Goiana, Itamaracá, Olinda, Lisboa e Porto compunham os pontos de embarque das produções da capitania e/ou de recebimento dos artigos enviados da metrópole. Esta constatação rompe o monopólio exclusivo

¹⁰ PRADO JR, 2004, p. 241.

¹¹ JÔFFILY, 1977, p. 225.

¹² Idem ibidem, pp. 225-6.

exercido pelo porto do Recife sobre as produções da Paraíba. Certamente, Recife continuava a ser o principal local de escoamento dos produtos daquela e de entrada de outros, mas deixa de ser pensado como a única via de fluxo de mercadorias, seja saída ou abastecimento.

Os produtos exportados pela Capitania da Paraíba consoam com a sua condição colonial. São gêneros de subsistência, couro e seus derivados, açúcar, tabaco, algodão, gado vacum e cavalariagem, farinha, mel, aguardente, azeite, madeira, entre outros. Quanto à importação destacavam-se tecidos de variados tipos (panos de algodão, linho e seda; cassas finas e grossas; crês; durantes; druguetes; chitas; bretanhas; holandas; baetas; riscados; lila; gangas; casimiras), vinho, pólvora, louça, vinagre, carne seca, sal, ferro, manteiga, chapéus e papel. A circulação dessas mercadorias pelas capitanias do norte e a renda derivada dessa movimentação comercial ratificam a idéia exposta de não total apatia da economia da Paraíba. Evidentemente, o volume das transações comerciais da capitania, quando comparado com a da totalidade do território colonial, possuía um peso pouco significativo. No entanto, não está em questão aqui o valor da mesma para a metrópole. Cabe apenas verificar, através desses dados, que a capitania não produzia apenas para consumo interno. Atendendo ao seu próprio status de colônia, ela gerava riquezas, comprava manufaturas da metrópole e ainda contribuía para a própria reprodução do corpo de oficiais régios no além-mar, sendo responsável pela manutenção do aparato administrativo da Capitania da Paraíba. Cumpria, pois, o papel a ela designado.

População na Capitania da Paraíba em fins do século XVIII e início do XIX

As estatísticas que possuímos da colônia são extremamente escassas. Não havia coleta regular e sistemática de dados, e faziam-se levantamentos apenas para dois fins específicos e restritos: um eclesiástico, outro militar.

(...)

Parece que só muito tarde, já pelos últimos anos do século XVIII, a metrópole cogitou da organização de estatísticas gerais e sistemáticas. Tiveram tal objetivo, segundo as aparências, as instruções dadas em 1797 ao governador da Paraíba, Fernando Delgado Freire de Castilho, cujo texto possuímos, e que teriam sido o padrão de uma circular sobre o assunto, enviada na mesma ocasião a todos os governadores da colônia. Solicita aí o governo central dados estatísticos de natureza vária e que deveriam ser coligidos anualmente: movimento demográfico (nascimentos, casamentos, óbitos), ocupações, comércio, preços.¹³

A solicitação de dados demográficos mais sistemáticos pela Coroa data da segunda metade do século XVIII. A maior perscrutação da colônia brasileira insere-se numa atitude

¹³ PRADO JR, 2004, p. 35.

assumida pelo governo português, a partir do Marquês de Pombal, de verticalização do conhecimento acerca das virtualidades que a mesma apresentava. A política demográfica pombalina manteve-se, ou melhor, intensificou-se no governo de D. Maria I, quando verifica-se um cuidado com a padronização dos dados estatísticos. A preocupação em estabelecer numericamente uma idéia da população da colônia brasileira fazia parte de uma política metropolitana fixada desde os tempos de D. José I com o objetivo de maior controle sobre o território, seja quanto ao povoamento e ocupação das terras, ou às esferas tributária e mercantil¹⁴. Nesse sentido situa-se a determinação do Conselho Ultramarino dirigida aos capitães-mores do Brasil, em 1797, para a realização de levantamento censitário e econômico das capitanias. A ordem enviada expressava que,

Desejando Sua Majestade que a esta corte cheguem anualmente noções muito exatas, e individuais de cada uma das capitanias do Brasil, foi servida ordenar que se preparassem os mappas que acompanham esta carta, e que os remetesse a VMCE, afim de que se principie um trabalho, por meio do qual se possa chegar ao conhecimento: 1) dos habitantes que existem na Capitania; 2) das ocupações dos mesmos habitantes; 3) dos casamentos anuais, nascimentos e mortes; 4) da importação; 5) da exportação; 6) das produções da Capitania, consumo e exportação das mesmas produções; 7) dos preços correntes dos gêneros; 8) do número dos navios que entram e saem. A estes 8 mappas se ajunta uma instrução para o modo de os formar, a qual com os referidos mappas Vmce comunicará a pessoa incumbida d'este trabalho.¹⁵

São estas instruções que Fernando Delgado recebeu ao vir governar a Capitania da Paraíba. Delgado atendeu prontamente as disposições reais, uma vez que esse conjunto de informações foi recolhido nos moldes que acima se apresentam. Já nos referimos aos mapas de produção, exportação e importação. Passemos agora aos de habitantes da Capitania¹⁶.

Os estudos sobre população da Paraíba colonial¹⁷ são assaz parcos e pontuais. Dentre eles destacam-se os que abordam escravidão e população negra. A dificuldade de compor um quadro de habitantes está na fragmentação dos documentos e na escassez das fontes. A documentação por nós pesquisada possui uma qualidade: a de permitir a visualização da composição demográfica da Capitania da Paraíba tanto em sua dimensão mais geral, de Capitania, quanto mais específica, das vilas que a compunham. Outrossim, apresenta os habitantes especificados pela categoria étnica (branco, preto, mulato, índio), jurídica (livre e

¹⁴ SMITH, op. cit., p. 6.

¹⁵ MARCÍLIO, A.H.U.-Mato Grosso, maço 24. In: Marcílio, M. L., 1979, p. 70 *apud* SMITH, op. cit., pp. 2-3.

¹⁶ Pelo fato de a análise sobre a população da Capitania da Paraíba estar em processo de finalização, não apresentaremos aqui dados numéricos sobre a mesma.

¹⁷ Os principais trabalhos que trazem dados populacionais mais sistemáticos sobre a Paraíba são GALLIZA, 1979; OLIVEIRA, 2007; ROCHA, 2007.

escravo, apenas com relação aos pretos e mulatos) e de gênero (homens e mulheres), agrupados em intervalos de idade (1 a 5 anos, 6 a 10 anos, ..., 100 anos).

A Capitania da Paraíba, entre os anos já selecionados, possuía uma população que variava entre 30 e 60 mil pessoas. O que chama a atenção são os valores de negros, principalmente os pretos escravos, para a área do sertão. A historiografia paraibana tendeu a desconsiderar a última categoria nesse espaço. Apoiados em autores clássicos, como o já citado Irineu Jôffily, ou José Américo de Almeida, reitera-se a concepção da ausência ou pouca importância do negro na economia sertaneja, especialmente na atividade da pecuária. Diz Américo de Almeida:

(...) no sertão o cruzamento se operou entre índios e portugueses, quase com a exclusão do negro.

As condições do meio, que não permitiam o trabalho agrícola, prescindiam da escravaria. Demais, o indígena é, de seu natural, apto ao pastoreio.¹⁸

A mesma idéia está presente em Jôffily:

Depois que a colonização estendeu-se à todo o território da capitania, com o desenvolvimento da cultura do algodão nas caatingas, aumentou o elemento africano, sem que contudo, ele chegasse a preponderar em parte alguma pelo número; principalmente no sertão, onde foi sempre fraco, porque para os trabalhos pastoris era muito mais apropriado o americano.¹⁹

No fim da década de 1970, Diana Galliza, no livro “O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)”, caminha na contramão da noção exposta pelos autores supracitados, ao reconhecer que “embora tenha sido desprezada pelos estudiosos da história da Paraíba a participação do escravo na zona criatória, sua presença foi marcante no sertão paraibano. Durante a segunda metade do século XIX, foi acentuado o número de escravos na área sertaneja”²⁰. Desde o fim do século XVIII é possível atestar a presença do elemento negro, seja ele livre ou escravo, no sertão da Capitania da Paraíba. Para 1798, primeiro ano para o qual possuímos o conjunto de informações levantado por Fernando Delgado, os valores de pretos e mulatos cativos não são nem um pouco tímidos, seja para sertão ou para o litoral. Os livres, no entanto, suplantam numericamente aqueles e representam boa parcela da população total.

¹⁸ ALMEIDA, 1980, p. 524.

¹⁹ JÔFFILY, op. cit., p. 235.

²⁰ GALLIZA, op. cit., p. 54.

Considerações Finais

Os mapas de consumo, exportação, importação e habitantes da Capitania da Paraíba na passagem do século XVIII evidenciam ligações comerciais existentes entre a Paraíba e as capitanias vizinhas a ela, isto é, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. A percepção desses circuitos mercantis torna-se fundamental para matizar a exclusividade exercida pelo porto do Recife quanto ao escoamento das produções e abastecimento da Paraíba. A documentação exhibe outros trânsitos portuários existentes que promoviam as transações de compra e venda das mercadorias exportadas e importadas. Vale ressaltar que o desvelamento dessas outras vias de comunicação mercantil não retira a importância de Recife para o fluxo mercatório da Paraíba, mas suaviza qualquer incontestado monopólio dado àquela praça. Além disso, inviabiliza a idéia de esterilidade da Capitania como consequência dos quarenta e quatro anos de subordinação.

Outrossim, a documentação em questão permite traçar um quadro geral da população da Capitania da Paraíba para os anos assinalados. Por se tratar de uma pesquisa em execução, preferimos não apresentar nenhum esboço do perfil dos habitantes, uma vez que a demografia histórica consiste numa área bastante melindrosa, na qual qualquer descuido de cálculo tende a encorpar ou adelgaçar algum grupo. Adiantamos, contudo, a presença não tão diminuta de negros livres e escravos no sertão da capitania, pretendendo, em outros trabalhos, expor de maneira mais consistente e sistemática a participação desses negros na zona criatória da Paraíba no limiar do século XIX.

Fontes e Bibliografia:

1. Fontes primárias manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino

(AHU – Arquivo Histórico Ultramarino; ACL – Administração Central de Lisboa; CU – Conselho Ultramarino; 014 – cota relativa à Paraíba; Cx.- Caixa; D. – número do documento)

AHU_ACL_CU_014, Cx. 32, D. 2372.
AHU_ACL_CU_014, Cx.33, D. 2418.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2420.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2422.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 33, D. 2423.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 34, D. 2473.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 35, D. 2510.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 36, D. 2617.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 38, D. 2711.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 39, D. 2764.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2891.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3273.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 46, D. 3274.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3318.
AHU_ACL_CU_014, Cx. 47, D. 3319.

2. Fonte Impressa:

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1977. v. I. (Documentos paraibanos, 3).

3. Livros, teses e artigos citados:

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1978, v. II. (Documentos paraibanos, 7).
ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3 ed. João Pessoa: A União, 1980.
GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1979.
JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus, 1977.
MARCÍLIO, Maria Luiza. Levantamentos Censitários da Fase Proto-Estatística do Brasil. In: **Anais de História**, Assis, II, pp. 63-75.
MENEZES, Mozart Vergetti de. **Colonialismo em Ação: Fiscalismo, Economia e Sociedade na Capitania da Paraíba, 1647-1755**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
OLIVEIRA, Elza Régis de. **A Paraíba na crise no século XVIII: subordinação e autonomia (1755 – 1799)**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
_____; MENEZES, Mozart Vergetti de; LIMA, Vitória Barbosa (orgs). **Catálogo dos documentos manuscritos referentes à capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa**. João Pessoa: Editora Universitária, 2002.

ANAIS DO II ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL.

Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394.

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual.** Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SMITH, Roberto. A Presença da Componente Populacional Indígena na Demografia Histórica da Capitania de Pernambuco e suas Anexas na Segunda Metade do Século XVIII. In: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. **Anais....**Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.